

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA  
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL  
MINTER – PUCRS/FCR

FRANCISCO CARLOS FERREIRA

A COLONIZAÇÃO DE TERRAS E A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM  
RONDÔNIA NOS ANOS 1980: Estudo de caso sobre a formação da Comunidade de  
Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha

PORTO ALEGRE  
Março 2015

FRANCISCO CARLOS FERREIRA

A COLONIZAÇÃO DE TERRAS E A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM  
RONDÔNIA NOS ANOS 1980: Estudo de caso sobre a formação da Comunidade de  
Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha

Dissertação apresentada como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em História das  
Sociedades Ibéricas e Americana  
no Programa de Pós-Graduação em  
História, no Mestrado  
Interinstitucional (MINTER)  
Pontifícia Universidade Católica do  
Rio Grande do Sul (PUCRS) e  
Faculdade Católica de Rondônia  
(FCR).

Orientador: Charles Monteiro

PORTO ALEGRE

Março 2015

F385c      Ferreira, Francisco Carlos  
A colonização de terras e a ação da igreja católica em Rondônia nos anos 1980: estudo de caso sobre a formação da comunidade de Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha. / Francisco Carlos Ferreira. – Porto Alegre, 2015.  
118 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História  
Orientação: Prof.Charles Monteiro

1. Rondônia - História. 2. Amazônia. 3. Igreja Católica. 4. Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha. I. Monteiro, Charles. II. Título.

CDD 981.15

## DEDICATÓRIA

Às primeiras famílias que iniciaram a Comunidade Cachoeirinha e que fizeram das dificuldades dos primeiros anos de ocupação um aprendizado para as outras famílias que foram chegando mais tarde. Dedico especialmente ao casal Raimunda e José, meus pais, que passaram para mim o entusiasmo, a perseverança, a humildade e os valores de se viver em comunidade.

## **AGRADECIMENTO**

Em primeiro lugar a Jesus Cristo, Mestre dos Mestres por ter me apresentado com essa oportunidade e ter me ajudado a enfrentar todas as dificuldades.

Ao Governador de Rondônia Sr. Confúcio Moura e toda sua equipe pela iniciativa em propor esse estudo aos professores selecionados.

À Faculdade Católica de Rondônia pela parceria e disponibilidade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História no Mestrado Interinstitucional (MINTER) da PUCRS, especialmente ao meu orientador Professor Dr. Charles Monteiro por ser o meu maior incentivador na superação de meus limites e sempre estar pronto para dar uma palavra de incentivo com clareza, objetividade e carinho.

Aos amigos do Mestrado que compartilharam comigo momentos de aprendizado, especialmente a Solange, Simeia e Anderson, rimos, choramos e nos ajudamos mutuamente.

À minha família, especialmente meus pais José e Raimunda, minha esposa Joesia e meus filhos Calina e João Carlos pela paciência, estímulo, por terem superado a minha ausência e a falta de tempo, sem perderem a fé, a esperança e o amor.

Aos professores e profissionais da educação das escolas Municipais de Theobroma João Marques Ferreira e Josilei da Silva Nascimento, bem como os alunos dessas duas escolas pela companhia, pela ajuda nos trabalhos e pela compreensão na minha ausência.

Enfim agradeço à comunidade Cachoeirinha, fonte de inspiração, especialmente os depoentes que não mediram esforços para deixarem registradas suas memórias e enriquecer essa pesquisa com sua experiência de vida.

## RESUMO

No contexto do Regime Militar, o discurso do presidente Garrastazu Médici (1975) reforçava a ideia de mandar “homens sem terra para terra sem homens”. A Amazônia era vista como celeiro do mundo e possuía um vazio demográfico, podendo assim transformar-se na solução para os problemas da seca e da migração do Nordeste. Uma das prioridades da Doutrina de Segurança Nacional era ocupar o território da Amazônia. A criação do Estatuto da Terra, em 1963, do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), criados em 1964, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, faria com que esse discurso se concretizasse, além da construção das rodovias Transamazônica e a Cuiabá-Santarém em 1968. Por outro lado, em meio a tantas famílias que chegavam de vários cantos do país e tendo que enfrentar as dificuldades que Rondônia, em particular oferecia, é que a Igreja Católica passou atuar na formação de Comunidades Eclesiais de Base tendo como diretrizes as conclusões do Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais na América Latina que surgiram a partir dele. Foi nesse contexto, que foi criada a Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha no ano de 1982 e que está localizada na Linha 605, trinta e cinco quilômetros da Paróquia São João Batista no Município de Jaru, Rondônia, Diocese de Ji-Paraná, como modelo dessa atuação.

**PALAVRAS CHAVES:** Amazônia, Rondônia, Colonização de Terras, Igreja Católica, Comunidades Eclesiais de Base, Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha.

## **ABSTRACT**

In the context of the military regime, the president's speech Garrastazu Medici (1975) reinforced the idea of sending "men without land to land without men". The Amazon was seen as breadbasket of the world and had a demographic void, and thus can become the solution to the problems of drought and migration from the Northeast. One of the priorities of the National Security Doctrine was to occupy the territory of the Amazon. The creation of the Land Statute in 1963, the Brazilian Agrarian Reform Institute (IBRA), Agrarian Development National Institute (INDA), created in 1964, the Superintendent of the Amazon Development (SUDAM), established in 1966, would helped that speech became a reality and the construction of the Trans-Amazonian highway and the Cuiabá-Santarém in 1968. on the other hand, in the midst of so many families who arrived from various corners of the country and having to face the difficulties Rondônia, in particular offering is the Catholic Church began work in the formation of Base Communities having as guidelines the conclusions of the Second Vatican Council and the Episcopal Conferences in Latin America that emerged from it. It was in this context that was created the Community Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha in 1982 and is located on Line 605, thirty five kilometers from the Parish São João Batista in the municipality of Jaru, Rondonia, Roman Catholic Diocese of Ji-Paraná, as a model that performance.

**KEYWORDS:** Amazon, Rondônia, Colonization of Land, Catholic Church, Christian Base Communities, Community Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha

## Lista de Figuras

|                |    |
|----------------|----|
| Figura 1 ..... | 17 |
| Figura 2 ..... | 21 |
| Figura 3 ..... | 24 |
| Figura 4 ..... | 34 |
| Figura 5 ..... | 44 |
| Figura 6 ..... | 44 |
| Figura 7 ..... | 46 |



## **Lista de Tabelas**

|                |    |
|----------------|----|
| Tabela 1 ..... | 25 |
| Tabela 2 ..... | 27 |
| Tabela 3 ..... | 63 |
| Tabela 4 ..... | 83 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                         | 11  |
| CAPÍTULO I. AQUESTÃO DA TERRA .....                                                                      | 17  |
| 1.1. Retrospecto da colonização em Rondônia.....                                                         | 17  |
| 1.2. O Projeto de Colonização Padre Adolpho Rohl .....                                                   | 26  |
| CAPÍTULO II. A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA EM RONDÔNIA .....                                             | 30  |
| 2.1. Contextualização da atuação da Igreja Católica na transição do século XX à década de 1970 .....     | 30  |
| 2.2. Atuação da Igreja católica na área do PIC Pe. A. D. e a criação da Comunidade de Cachoeirinha ..... | 45  |
| CAPÍTULO III. MEMÓRIAS DAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS QUE FORMARAM A COMUNIDADE DE CACHOEIRINHA.....             | 61  |
| 3.1. A chegada a Rondônia.....                                                                           | 61  |
| 3.2. Acesso aos lotes de terra e os primeiros anos de ocupação.....                                      | 68  |
| 3.3 As primeiras formas de organização das famílias .....                                                | 73  |
| 3.4 Dificuldades nos primeiros anos de ocupação .....                                                    | 78  |
| 3.5. A presença da Igreja Católica na CEB Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha .....                  | 83  |
| CONCLUSÃO.....                                                                                           | 93  |
| BIBLIOGRAFIA.....                                                                                        | 99  |
| ANEXOS .....                                                                                             | 105 |

## INTRODUÇÃO

A Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha, criada no ano de 1982, está localizada na Linha 605, trinta e cinco quilômetros da cidade de Jaru, Rondônia. Ela é uma das cento e vinte Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Paróquia São João Batista pertencente à Diocese de Ji-Paraná. Na década de 1980, a Igreja Católica atuou de forma significativa na formação de CEBs em Rondônia, tendo em vista o grande número de famílias que chegavam de vários estados no contexto do processo de colonização do Norte do país.

A cidade de Jaru que pertencia ao Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto do Oeste, a partir de 1975 passou a ser uma extensão desse projeto com o nome de PIC Padre Adolpho Rohl onde foi fundada a Paróquia de São João Batista em dezembro de 1978 (LIVRO TOMBO 1978-1999, p.3) O objetivo de formar as Comunidades Eclesiais de Base era concretizar as propostas do Plano de Emergência elaborado em 1962 que propunha reformas na política para solucionar os graves problemas sociais e econômicos, mas também criar meios e condições para que a Igreja Católica no Brasil se ajustasse à imagem de Igreja do Vaticano II, descentralizando as paróquias e criando as CEBs (BEOZZO, 2010, p.10).

No contexto do Regime Militar, o discurso do presidente Garrastazu Médici, em 1975, reforçava a ideia de mandar “homens sem terra para terra sem homens”. A Amazônia era vista como celeiro do mundo e possuía um vazio demográfico, podendo assim transformar-se na solução para os problemas da seca e da migração do Nordeste. Uma das prioridades da Doutrina de Segurança Nacional era ocupar o território da Amazônia. A criação do Estatuto da Terra, em 1963, do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), criados em 1964, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, faria com que esse discurso se concretizasse, além da construção das rodovias Transamazônica e a Cuiabá - Santarém em 1968 (IANNI, 1979, p.33-37).

O órgão responsável pela ocupação da terra seria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Através dele foram criados os Projetos

Integrados de Colonização (PICs), sendo o PIC Ouro Preto a primeira experiência em Rondônia.

O objetivo principal dessa pesquisa é refletir sobre a atuação da Igreja Católica no contexto político, social e econômico de colonização de Rondônia, destacando mudanças internas provocadas pelas Conferências de Medellín e de Puebla, bem como pela 7ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil em Itaici, e o Encontro Interregional, em Santarém, responsáveis por darem uma nova feição à atuação da Igreja Católica na Amazônia. É nesse contexto, que problematizamos a criação das CEBs na Diocese de Ji-Paraná.

Para atingir o objetivo, tornou-se necessário compreender esse processo de colonização de terras num contexto amplo, mostrando a atuação da Igreja Católica na região antes do Regime Militar e ligando-a aos principais fatos políticos do período.

O ponto de partida para essa contextualização foram os discursos do presidente Getúlio Vargas entre 1933 e 1940, que apresentavam a Amazônia como problema e estimulavam uma “Marcha para o Oeste”, concretizada no Plano de Valorização Econômica para a Amazônia, presente na Constituição de 1946 e na criação do órgão executor Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVA). Em 1953, a construção da estrada Belém - Brasília e, finalmente, o Instituto Nacional de Colonização (INIC) foram iniciativas importantes para o processo de colonização de terras em Rondônia e na Região Norte (CARDOSO, MÜLLER, 1978, p. 110-115).

Nos anos 50, a região amazônica vivia as consequências do acordo de Washington e o segundo ciclo da borracha. Dentro da Igreja Católica se iniciava a Ação Católica juntamente com a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB). Três grupos passaram a existir dentro desse órgão: os Tradicionalistas, que queriam fortalecer a presença da igreja na sociedade tornando-a católica; os Modernizadores Conservadores que queriam mudanças, mas rejeitavam um movimento político aberto; e os Reformistas, que queriam mudanças através de um trabalho pastoral mais intenso com mudanças políticas (MAINWARING, 2004, p. 56-57).

Por um lado, a CNBB apoiava os reformistas e estimulou a utilização do Método de Educação de Adultos Paulo Freire, que se comprometia com a transformação da

sociedade, por outro, ela também apoiou as ações da SPVA e da SUDENE. Fazia críticas tanto ao comunismo quanto ao capitalismo e afirmava ser urgente um plano de pastoral especialmente para a América Latina. Tendo sido este o pedido do próprio papa Pio XII. A Igreja Católica nesse momento atuou de forma ora conservadora e ora moderada, apoiando o governo nacionalista e anticomunista de Vargas. Ela pregava que o Estado deveria seguir sua doutrina social e percebia os problemas sociais de forma moralista, ignorando suas causas estruturais.

No Território Federal do Guaporé e, depois, Rondônia a Igreja Católica atuou de forma sacramentalista através de visitas de padres aos seringais a pedido dos seringalistas para realizarem os ritos sacramentais e demais celebrações (SANTOS apud CEHILA, 1992, p.307). Ela se organizava em Prelazias, que visavam à reconquista espiritual, tendo em vista o avanço do protestantismo, da maçonaria, do espiritismo e dos cultos populares reforçado pela falta de padres. As visitas eram realizadas pelos padres salesianos através dos rios Madeira, Guaporé, Machado, Jamari, Jaru e também por terra, como por exemplo, através da ação missionária do padre Adolpho Rohl. O qual daria nome a um projeto de colonização da região. No ano de 1974, chegaram os padres combonianos em Rondônia.

No primeiro capítulo foram abordados os fatores de atração das famílias para a Amazônia e, especificamente, o contexto geral do processo de colonização de Rondônia. A partir de uma revisão bibliográfica, foram apresentadas várias faces da política de colonização do Norte do país, que incentivaram e promoveram a saída dessas famílias de seus estados de origem. Já o segundo capítulo trata da atuação da Igreja Católica em Rondônia na organização dessas famílias através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Parte da Igreja abandonou uma posição conservadora e moderada de apoio ao Golpe de 1964 e passou a opor-se ao Regime Militar através das críticas às políticas salarial, sanitária, educacional e à repressão. Inspirada nas Conferências de Medellín e de Puebla. A Igreja engajou-se na defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas pela redemocratização política do Brasil. Foi o período de amadurecimento das CEBs como centros de evangelização e também motores dessa nova política social.

O segundo capítulo aborda a atuação da Igreja Católica no processo de colonização de Rondônia. As CEBs tiveram presença reforçada pelas decisões da 7ª Assembleia Geral dos Bispos em Itaiçi, em 1979, como parte da Ação Católica. As CEBs

fortalecidas pela Teologia da Libertação passaram a ser vistas como um alicerce político da atuação da Igreja. Embora o Papa João Paulo II afirmasse que a Teologia da Libertação devesse ser vista com cautela e que não caberia a Igreja indicar soluções técnicas para os problemas sociais, mas esforçar-se na busca de soluções calcadas na “luz do Evangelho”.

As CEBs tornaram-se referenciais ideológicos para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), para onde elas enviavam suas denúncias para serem debatidas. As mesmas foram reforçadas pelo Encontro Interregional em Santarém, visto como o início da “Igreja Amazônica”. Pois, incentivou a formação de padres nativos, catequistas, leigos e multiplicadores da palavra que promoviam cursos bíblicos, a pastoral da juventude, a pastoral indigenista e, principalmente, a pastoral dos migrantes.

Com a implementação dos projetos de colonização foi preciso ampliar essa atuação da Pastoral da Terra com a criação de novas Dioceses e Paróquias, já que centenas de pequenas comunidades nasciam numa distância de quatro ou cinco quilômetros umas das outras. Com a chegada das religiosas Irmãzinhas da Imaculada Conceição, Filhas Missionárias e Irmãs Combonianas iniciou-se a preparação das lideranças formadas por leigos vindos de vários cantos do Brasil.

Além dos cursos de formação bíblica e de formação de ministros, os agentes de pastoral se preocupavam em difundir as Diretrizes Pastorais da Diocese, visando a evangelizar e preparar o processo de transformação sócio-econômico. O que estava em sintonia com as Conferências de Medellín e de Puebla. Priorizavam os grupos de reflexão que ligavam a fé com a vida cotidiana, comparando-a com as experiências dos cristãos da bíblia. Mas também, difundiam novas orientações sobre política, higiene, prevenção de doenças, planejamento familiar, direitos salariais, política de preços justos etc.

O terceiro capítulo discute as falas e as memórias das famílias mais antigas da Comunidade Cachoeirinha, com o objetivo principal de refletir sobre como essas famílias perceberam o contexto político no qual estavam inseridas, frente à propaganda do governo em defesa da colonização de novas fronteiras agrícolas. Também busca compreender os interesses dos órgãos executores da Reforma Agrária e como se dava o controle social das famílias pelo governo militar. Para tanto, torna-se necessário problematizar e contextualizar as memórias dessas famílias na década de 1980. Mas

também deixar registrado para as novas gerações que hoje convivem com a energia elétrica, escola até o Ensino Médio, asfalto e estradas vicinais, meios de transportes e acesso aos postos de saúde, as condições de vida e de trabalho desses primeiros moradores, seus problemas com a falta de alimentação, de moradias, de estradas, de postos de saúde, de escola, etc.

As memórias dessas primeiras famílias permitem refletir sobre as formas de organização social para fazer frente aos problemas que passavam. A Igreja foi além de um local para celebração da religiosidade popular, um lugar de fundação e organização de uma comunidade antes de qualquer aprovação da Igreja.

Por uma década, as famílias se orientavam através dos livros, revistas, jornais trazidos pelos agentes de pastoral nas visitas realizadas quatro vezes no ano, além do acompanhamento das lideranças através dos cursos de formação. Como essas famílias compreenderam o processo de criação das Comunidades Eclesiais de Base que foram estruturadas com regras e diretrizes transmitidas por padres e freiras às lideranças leigas? Para isso é necessário perceber nas falas dessas pessoas que atuaram de forma direta na Comunidade. Como viam, o que achavam dessa presença dos agentes, de que forma se difundiam as normas da igreja e como a comunidade as recebia?

Nas entrevistas foram apresentadas falas de mulheres e homens chefes de família que relataram as dificuldades desse processo de ocupação, mas também a memória de lideranças que ingressaram na política, de jovens da época e de um padre que ainda vive na região. As entrevistas foram semi-estruturadas, realizadas a partir de um conjunto de questões gerais colocadas aos entrevistados, que se encontram em anexo e baseadas na concepção de História Oral Temática de José Carlos Sebe Bom Meihy e embasadas nos textos de Maurice Halbwachs, Marieta de Moraes Ferreira, Michael Pollak, Alessandro Portelli, Paul Thompson e Núncia Santoro de Constantino que ressalta que esse tipo de História Oral se preocupa com o testemunho usado como qualquer outro documento, que busca principalmente a informação do depoente organizada em roteiro, tendo a interferência do entrevistador de forma clara e objetiva, através de questionários curtos e com perguntas semelhantes. Essa semelhança poderá até correr o risco de respostas repetitivas, mas segundo a autora, “quanto mais forem constatadas as mesmas informações, quanto maior for o prestígio do depoente, mais sentido terá a entrevista” (CONSTANTINO, 2011, p.18).

As entrevistas foram realizadas nas casas dos depoentes entre os meses de Setembro de 2013 a Dezembro de 2014. Os depoimentos foram gravados e transcritos. Posteriormente, foram destacados os núcleos de temática para a sua interpretação. Cópias das gravações e das transcrições dos depoimentos serão depositadas no Laboratório de História Oral da PUCRS.

Em anexo encontram-se o questionário e as fotografias dos depoentes da década de 1980, que serviram para manter vivas suas memórias. Algumas charges dos livros de reflexão da época retratam a preocupação da Diocese de Ji-Paraná de engajar os migrantes em sua doutrina social, além do diário escrito a mão da depoente Raimunda da Silva Ferreira e documentos de Declaração de Doação de Terras para a construção das CEBs próximas da Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha, mostrando como era a organização administrativa da Paróquia de São João Batista referente às comunidades que nasciam.



## CAPÍTULO I. A QUESTÃO DA TERRA.

### 1.1 Restrospecto da Colonização em Rondônia.

O objetivo desse capítulo é compreender como se deu o processo de colonização de Rondônia no contexto mais amplo do processo de colonização de terras no Norte do Brasil nos anos 1980. O objetivo é situar a formação da Comunidade Cachoeirinha, que nesse período pertencia ao município de Jarú (Ro), no quadro mais amplo das políticas públicas de terras e de atuação da Igreja Católica na Amazônia. As famílias que fundaram a Comunidade Cachoeirinha eram provenientes de estados dos sul e sudeste, que receberam lotes de 50 hectares de terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Porém, as famílias que formaram a Comunidade Cachoeirinha não compreendiam o contexto socio-político mais amplo no qual estavam inseridas, como se pode observar nos depoimentos obtidos no terceiro capítulo. Portanto, torna-se necessário fazer uma retrospectiva dos principais fatos relativos à ocupação da região amazônica nos anos de 1980 para compreender suas falas.



Figura 1 FONTE: <[WWW.bing.com/imagens/blogsp](http://WWW.bing.com/imagens/blogsp)> Acesso em 14/04/2015

A questão da terra é um problema político, social e econômico estrutural desde o processo de conquista portuguesa no século XVI. No século XIX, a posse da terra e de escravos eram os principais pilares que mantinham o consenso entre as elites do Império. No entanto para compreender ocupação da região norte no período republicano, poder-se-ia começar elencando os discursos do presidente Getúlio Vargas, realizados em Belém, em 1933, e, em Manaus, em 1940, e divulgados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (SECRETO, 2007, p. 115-135).

No primeiro Governo Vargas (1937-1945) pensou-se numa política específica para a região Amazônica, por um lado, ela era vista como um problema, devido ao atraso em que vivia (Oliveira, 1983, p.263). Por outro lado, a Amazônia poderia ser a saída para o grande número de migrantes nordestinos castigados pela seca. Vargas elabora um plano de desenvolvimento, que seria chamado de “marcha para o Oeste”. Em seus discursos, Vargas dizia que a Amazônia deveria ser integrada ao corpo da nação, e para isso era necessário adensar o povoamento, incrementar o rendimento agrícola e aparelhar os transportes (Secreto, 2007, p. 120). Segundo essa autora, Vargas afirmava que:

O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de culturas agrárias, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. (SECRETO, 2007, p.120).

A Marcha para o Oeste foi, devido a Segunda Guerra Mundial, desviada para a busca de borracha e o cumprimento dos Acordos de Washington. Segundo Maria Verônica Secreto (2007, p.115), as intenções colonizadoras foram abandonadas e adotou-se a prática de encaminhar os trabalhadores sem suas famílias para a ocupação da região. Para Souza (2000, apud SANTOS, 2008), com o início da Segunda Guerra Mundial, o governo voltou a incentivar a indústria da borracha, visando de um lado, permitir uma nova ocupação do Território, e, por outro, garantir o fornecimento dessa matéria prima no mercado desta região. Assim foi criado em 1942 o Banco de Crédito da Borracha, como resultado dos Acordos de Washington propostos pelos EUA ao Brasil. Para Teixeira (1992, p.160), esses acordos previam iniciativas destinadas a eliminar o sistema de barracão e aviamento. Para quebrar o monopólio das casas aviadoras foi criado o Banco da Borracha S.A., que financiava o seringalista em troca da exclusividade na comercialização do produto. Segundo Santos (2008), os Acordos de Washington tiveram como principal objetivo estimular o crescimento da produção de borracha durante a

Segunda Guerra, dando início a um grande esforço de produção nos seringais amazônicos. Segundo Santos (2008, p. 11):

Cerca de 60 mil trabalhadores, principalmente nordestinos, foram enviados para a Amazônia entre 1942 e 1945, contando com o suporte organizacional do Departamento de Imigração –DNI. Foram criados órgãos de gerenciamento do programa de retomada da produção de borracha no Basa e os EUA sendo os principais: SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia). Posteriormente substituído pela CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia) a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA).

O Batalhão da Borracha foi criado pelo Decreto Lei nº 5.225 de 1º de Setembro de 1943. A principal frente de recrutamento para esse exército da selva seria o nordeste brasileiro. Após a convocação, o jovem nordestino era submetido a rigoroso exame médico. Os mais fortes eram selecionados e embarcados em navios rumo à Amazônia numa viagem que durava cerca de três meses. Os que adoeciam ou morriam eram deixados nas barrancas dos rios (CEPAMI, 1990, p.10).

Segundo o Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes (CEPAMI, 1990, p. 10), com o fim da guerra os “soldados da borracha” não viram suas promessas e os compromissos assumidos pelo governo atendidos. Eles foram esquecidos na selva pelo governo brasileiro. Com a chegada de novos migrantes para os projetos de colonização de Rondônia, os soldados da borracha exigiram do Estado um pedaço de terra<sup>1</sup>. Receberam lotes de terra no município de Porto Velho em lugares sem recursos e sem estradas (CEPAMI, 1990, p.10).

A promulgação do Artigo 199 da Constituição de 1946 foi o primeiro passo para a implantação de uma política de desenvolvimento e integração da Amazônia ao resto do país (CARDOSO, 1977, p.111). O Plano de Valorização Econômica da Amazônia tinha como objetivo diagnosticar os problemas econômicos e sociais da região e propor soluções para mitiga-los através de políticas públicas (IANNI, 1979, p.35-36).

---

<sup>1</sup> **Art.199.** Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária. **Parágrafo Único** – Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que se trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal. Disponível em [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br) //... **Artigo-199 da Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946.** Acesso em 14/04/2015.

Para executar esse plano foi criado a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVA),<sup>2</sup> subordinada ao presidente da República e deveria coordenar e direcionar as atividades de todos os órgãos que atuassem na região amazônica relacionados à colonização. Para manter a SPVA seriam destinados 3% da renda tributária da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios. Outros projetos deveriam surgir tendo como objetivo:

Incentivar a agricultura, pecuária, piscicultura como fontes básicas para o sustento das populações regionais... Especializar e qualificar a mão de obra para o desenvolvimento da região... Criar políticas de incentivo fiscais e creditícios visando incentivar os investidores nacionais e estrangeiros e fixar a população nas zonas fronteiriças (CARDOSO, 1977, p.111).

Os presidentes que sucederam Vargas antes do golpe de 1964 também colaboraram para esse plano de desenvolvimento. O Presidente Juscelino Kubtschek de Oliveira (1956-1960) em seu Plano de Metas visava superar o isolamento regional e integrar da região Amazônica com a construção de estradas como a Rodovia Belém Brasília<sup>3</sup> de 1960. Dessa forma, segundo Sousa (2002) e Santos (1993):

O governo Juscelino também impulsionou a criação de núcleos de colonização, propondo uma política direcionada à orientação das migrações internas... Em 1959 criou-se a Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários, cujo objetivo central era “fomentar a transferência dos excedentes demográficos observados no Nordeste Oriental para outras áreas”. (SOUZA, 2002, p.49, SANTOS, 1993, p. 36).

---

<sup>2</sup> O SPVA foi criado pela Lei nº 1.806 de 6 de Janeiro de 1953. Cf. IANNI, Octavio. Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia. 1979, p.36.

<sup>3</sup> A Rodovia Belém-Brasília, concluída em 1960 pela SPVA, unindo o Planalto Central à Brasília. Idem. p.36-37.

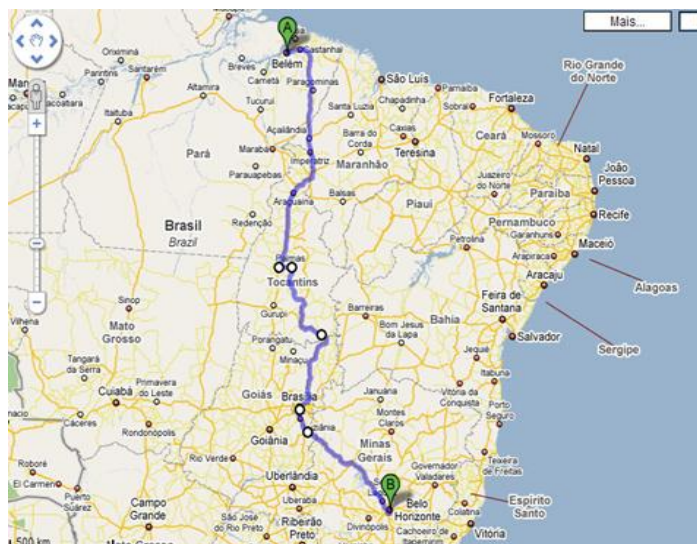


Figura 2 Fonte: < <https://alefilizzola.files.wordpress.com/2009/03 mapa-belém-palma>> Acesso em 14/04/2015.

O Plano de Metas tinha como objetivo fazer o país crescer “cinquenta anos em cinco” e visava o crescimento nos setores de transporte, energia, alimentação e indústria. Porém, o campo continuava baseado no latifúndio, caracterizado pelo atraso tecnológico e a miséria no meio rural (Morissawa, 2001, p.83). Em 1954, havia surgido o Instituto Nacional de Colonização (INIC), que tinha como objetivo elaborar e executar programas de colonização em âmbito nacional visando assentar trabalhadores em pequenas propriedades agrícolas. A Reforma Agrária era uma necessidade para tentar resolver os problemas do campo, tendo-se em vista as lutas camponesas em quase todo o território brasileiro. Ela entrou novamente em pauta no projeto político do governo de João Goulart (1961-1964) com o anúncio das Reformas de Base:

O governo teria de implantar as reformas de base, ou seja, mexer nas estruturas econômicas e sociais... O plano de reforma agrária de Jango previa a desapropriação de 100 quilômetros de cada lado de todas as rodovias federais. O governo tomaria terras improdutivas, isto é, pedaços de terra que os latifundiários, mesmo sendo donos, nunca tinham aproveitado e as distribuiria aos camponeses (MORISSAWA, 2001, p.83).

Com o Golpe Civil-Militar de 1964, as Reformas de Base foram engavetadas. Porém, nesse período intensificou a ocupação da Amazônia, especialmente de Rondônia. Multidões de pessoas saíram de seus Estados de origem em busca de terra. Boa parte

delas atraídas pela propaganda do governo federal, que afirmava ser a região norte o “celeiro do mundo” (Lima, 2001, p.140).

É importante ressaltar o grande interesse dos governos militares, a partir do golpe de 1964, em incorporar efetivamente o território amazônico, como afirmação da nacionalidade e desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, ocupar a Amazônia torna-se a prioridade máxima como aponta Becker, (1991):

A ocupação da Amazônia se tornou prioridade máxima após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina de segurança nacional, o objetivo básico do Governo Militar torna-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão de obra, sob forte controle social (BECKER,1991,p.12).

Esse controle social não era percebido pelas famílias entrevistadas para esta pesquisa, já que em nenhuma de suas falas emerge essa compreensão. Dessa forma foi cumprindo o objetivo dos militares de desestimular os movimentos sociais que almejavam uma verdadeira reforma agrária. As famílias que formaram a comunidade de Cachoeirinha vindas em sua maioria dos estados do Paraná e Mato Grosso entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, vieram com o sonho da “terra prometida”, onde “tudo que se planta dá,” e não percebiam a questão política camuflada na propaganda do Governo Federal. Por exemplo, o slogan “integrar para não entregar”, que na verdade consistia em um amplo controle social (IANNE, 1976, p.63). As famílias que chegavam do sul do país fugiam da crise econômica em que viviam, principalmente as geadas sucessivas, a reavaliação das terras e acima de tudo a ilusão de que a Amazônia seria o “El Dourado” do século XX (Martins,1986, p. 43).

Os objetivos de promover o controle social e de evitar uma verdadeira reforma agrária ficaram patentes na elaboração do Estatuto da Terra no governo do Presidente General Castelo Branco (1964-1967). Pelo Estatuto da Terra, novos conceitos foram criados para designar os diferentes tipos de propriedades: minifúndio, módulo rural, empresa rural quando 50% da área de terra fossem ocupadas por agricultura; latifúndio por exploração, quando a área de terra continuasse inexplorada; e latifúndio por dimensão, quando ultrapassasse 600 vezes o módulo regional. (Morissawa, 2001, p. 99).

Para colocar em ação o Estatuto da Terra foram criados dois órgãos: O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ambos criados em 1964, e sendo o primeiro encarregado das áreas prioritárias dos estados do Sudeste, do Sul, Centro - Oeste e Nordeste, e o segundo encarregado das colônias fora dessas prioridades: a região norte e a Amazônia. Dessa forma, a antiga SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada pela Lei nº. 5173, de 27 de Outubro de 1966.

Esse novo órgão teria como objetivo coordenar as ações do Governo Federal na Amazônia visando elaborar e executar o Plano de Valorização, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, tendo como agente financiador o banco BASA (CARDOSO, 1977, p.115). Segundo Cardoso (1977, p. 116), o BASA oferecia facilidades fiscais, isenções de impostos e empréstimos agropecuários. Assim, áreas de terra foram definidas como prioritárias à colonização, os espaços em que deveriam ser divididos os lotes de terra e como os colonos seriam selecionados.

Em 1967, como relatou Octavio Ianni, a SUDAM lançou o primeiro plano quinquenal de desenvolvimento (1967-1971), que visava à segurança, à colonização e à defesa nacional. Já que a região amazônica era considerada um vazio demográfico e econômico, uma região com escassez de recursos, de capital, dispersão de recursos humanos e econômicos e insuficiência de meios de transporte e comunicação (IANNI, 1979, p.36). Mais tarde a questão do transporte foi entregue à Empresa Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). No caso de Rondônia, com a construção da BR 29, iniciada em 1956, os ônibus e os caminhões “pau-de-arara” eram a forma de transporte usada pela maioria das famílias para chegar ao estado.<sup>4</sup> Em março de 1977, o empresário Assis Gurgacz instalou uma filial de transporte e turismo na então Vila Rondônia com ônibus saindo de Vilhena à capital do estado como pode ser observado nas fotos de arquivo<sup>5</sup>:

---

<sup>4</sup> A ideia da construção da BR-364 remonta a 1944 quando o então presidente Juscelino Kubstschek decidiu construir a BR-29, que ligaria Mato Grosso à Rondônia e Acre. A BR-29, irmã gêmea da Belém - Brasília constitui a primeira iniciativa de vulto para penetração sistemática da Amazônia.

<sup>5</sup> Disponível em <[www.acirgurgacz.blogspot.com](http://www.acirgurgacz.blogspot.com)> Acesso em 17 de Abril de 2015.



**Figura 3** Fonte: Acervo pessoal da família do autor

O discurso proferido pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) na cidade do Recife, em 1970, permite compreender melhor os objetivos da ocupação da região amazônica. Nele, o então presidente via a Amazônia como uma solução para o problema do êxodo rural de multidões de nordestinos, que sofriam os efeitos da seca e que fugiam para o sudeste (Ianni, 1979, p.33). Desse modo, foi criado em 16 de junho de 1970 o Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha como principal ação a construção das rodovias Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. As terras localizadas numa faixa de 100 km às margens dessas rodovias seriam destinadas à colonização. Segundo Becker:

Foram concebidas num esquema de urbanismo rural a ser implantado nas áreas de “vazio demográfico”: Lotes de 100 ha seriam distribuídos aos colonos que teriam numa rede hierarquizada de núcleos urbanos – ruropolis, agrópolis e agrovilas - a base de sua organização (BECKER, 1991, p.32).

Para Becker (1991, p.14), foi o próprio governo que passou a viabilizar e subsidiar a ocupação de terras frente a expansão pioneira numa poderosa estratégia através de alguns elementos aqui apresentados:



| <b>Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 a 1988)</b> |                                                                                               |                                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ano                                                                             | Programas, Projetos e Órgãos Executores.                                                      | Objetivos                                                                                                               |
| 1953                                                                            | SPVA-Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia/ Presidência da República | Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.                                              |
| 1958                                                                            | Rodovia Belém-Brasília (BR-010) /Ministério dos Transportes, DNER.                            | Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país.                                         |
| 1960                                                                            | Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) /Ministério dos Transportes, DNER.                        | Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia.                                              |
| 1966                                                                            | SUDAM/Ministério do Interior                                                                  | Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais.           |
| 1968                                                                            | SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) Ministério do Interior                    | Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos. |
| 1968                                                                            | Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia / Ministério das Minas e Energia       | Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento e isenção de impostos.                                               |
| 1970                                                                            | PROTERRA- Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste   | Promover a capitalização rural                                                                                          |
| 1970                                                                            | INCRA/ Ministério do Interior                                                                 | Executar a estratégia de distribuição da terra.                                                                         |

**Tabela 1: FONTE:** Bertha K. Becker (1991) e Ivaldo Lima (2001).

Através do INCRA, os militares controlavam os trabalhadores rurais que enganados pelas propagandas saíam de seus estados e buscavam na Amazônia uma saída para a seca, a fome, a falta de empregos, de investimentos no campo e de reforma agrária no nordeste. O controle social já iniciava no momento da seleção e nos modelos complexos de colonização chamados de Projeto Integrado de Colonização (PIC), de Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e de Projeto de Assentamento Rápido (PAR). Para Bertha K.Becker essa era uma forma de controlar a reforma agrária:

Na verdade, trata-se de distribuir terra sim, mas sob o controle do Estado, estimulando, orientando e prevenindo os movimentos espontâneos da população. A colonização é uma estratégia que retira o controle da terra dos governos estaduais para o governo central; é

entendida como capaz de solucionar conflitos sociais... (BECKER, 1991, p.32)

Já Santos (1993), ao comentar sobre o INCRA, afirma que:

O INCRA era o órgão federal responsável pela colonização... Incumbe-lhe a organização dos programas, a direção das operações de seleção e de transferência dos colonos desde as regiões de origem, a delimitação dos perímetros de colonização, a medição das terras, o preparo do território, a demarcação dos lotes e o assentamento dos colonos. (SANTOS, 1993, p. 198)

A primeira experiência dos Projetos Integrados de Colonização nas terras da Amazônia Legal foi realizada em Rondônia com a criação do PIC Ouro Preto<sup>6</sup>. O PIC-OP está situado na faixa de 60 km para cada lado da rodovia BR-364 no trecho entre Ariquemes e a Vila Rondônia, o projeto iniciado em 1970 possuía 1.070 parcelas rurais demarcadas e cerca de 6.371 em demarcação e a seleção dos agricultores foi realizado na sede do próprio projeto e em Vila de Rondônia (hoje Ji Paraná)<sup>7</sup>.

Segundo dados do INCRA, o PIC-OP assentou nos primeiros anos o numero 4.746 famílias (Ianni, 1979, p 80). Ocorreu uma explosão demográfica, uma realidade incontrolável nesse projeto, que não comportava o número de famílias que chegavam diariamente a fim de ganharem 100 ha de terra. Tentando resolver o problema foi criado o Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho Rohl (PIC-Pe. AR) no ano de 1975, compreendendo uma área de 50 quilômetros de distância da sede do PIC-OP, área que pertencia anteriormente ao Projeto Ouro Preto 5 (Lima, 2001, p. 149). Assim foi criado o Projeto de Colonização Pe. Adolpho Rohl.

## 1.2 O projeto de Colonização do Padre Adolpho Rohl.

Para Laranjeira (1983) por colonização entende-se o ato de ocupar o território, de modo racional “é o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração, economia do solo. Colônia é o resultado desse procedimento, como um

<sup>6</sup> O PIC-OP foi criado através da Portaria nº 281-70 numa área desapropriada de seringais pelo Decreto-Lei nº 63.104, de 15 de Agosto de 1968, situado na faixa de 60 km para cada lado da Rodovia BR 364 no trecho de Ariquemes e Ji-Paraná. Cf. IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-Reforma Agária na Amazônia**. 1979, p.76.

<sup>7</sup> INCRA: Sistema e Programa de Colonização na Amazônia Brasileira, 1976 *apud* IANNI, 1979, p.34-35.

conjunto de glebas, onde as pessoas possam desenvolver suas atividades” (LARANJEIRA, 1983, p.4).

A partir desse conceito técnico e apolítico de colonizar, como ato de ocupar terras, que os governos militares em sua política de integração nacional, a partir de 1970, incentivaram a migração de milhares de famílias para a Amazônia de forma dirigida, pela ação do governo, de forma induzida realizada por intermediários e também de forma espontânea realizadas pelos próprios colonos que incentivavam seus parentes a migrar através de elogios à terra doada pelo INCRA.

A primeira experiência de colonização dirigida em Rondônia foi o Projeto Integrado de Colonização-Ouro Preto (PIC-OP). A partir dessa experiência é que surgiram outros Projetos Integrados de Colonização, como o PIC Sidney Girão, em 13 de Agosto de 1971; o PIC Ji-Paraná, em 16 de Junho de 1972; o PIC Paulo de Assis Ribeiro, em 4 de Outubro de 1970, apresentados por Souza (2008) da seguinte maneira:

**Tabela 2** - Projetos de Colonização Dirigida em Rondônia, 1971-1981

| Projetos                                                    | Área Total (ha)  | Famílias Assentadas |
|-------------------------------------------------------------|------------------|---------------------|
| PIC Ouro Preto                                              | 512.585          | 5.161               |
| PIC Gy- Paraná                                              | 476.137          | 4.730               |
| PIC Paulo Assis Ribeiro                                     | 293.580          | 3.076               |
| PIC Pe Adolpho Rhol                                         | 413.552          | 3.462               |
| PIC Sidney Girão                                            | 73.000           | 638                 |
| PAD Marechal Dutra                                          | 478.546          | 4.603               |
| PAD Burareiro                                               | 304.925          | 1.540               |
| Assentamento Rápido                                         | 1.576.311        | 13.700              |
| <b>TOTAL</b>                                                | <b>4.128.636</b> | <b>36.910</b>       |
| <b>FONTE:</b> INCRA-CETR/CDA, 1981 <i>apud</i> Cunha, 1985. |                  |                     |

Para Eliaquim T. da Cunha (2008), o INCRA assumiu responsabilidades de organização territorial, implantação da infraestrutura, seleção e assentamento dos beneficiários nos Projetos Integrados de Colonização (PIC) e nos Projetos de

Assentamento Dirigido (PAD). Seria responsável também nesses projetos por promover a assistência técnica, o ensino, a saúde, a previdência social, a habitação rural, a criação de empresa cooperativa, oferta de crédito e a comercialização das safras (CUNHA, 2008, p.15).

Essa era a promessa feitas às famílias migrantes que chegavam à Rondônia, sonhando encontrar a ajuda necessária para a abertura de seus lotes, como afirmava o Estatuto da Terra. Além da assistência técnica, os colonos receberiam mudas, mecanização agrícola, assistência financeira e creditícia, à comercialização, à industrialização e ao beneficiamento de produtos e contariam com uma política de preços mínimos para a produção (Artigos 73 *apud* Lima, 2001, p.135).

Como o PIC-OP não dava conta da quantidade de pessoas que chegavam na década de 1970, o Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho Rohl surgiria no dia 27 de Outubro de 1975, com o nome simplificado de PIC-PeAR.

A área proposta a ser desmembrada do PIC OP localizava-se entre os quilômetros 270-290 da BR 364 abrangindo uma faixa de 40 quilômetros de cada margem da rodovia com uma superfície de 235.200 ha. (IANNI, 1979, p.76).

O nome dado a esse projeto foi uma homenagem ao padre Adolpho Rohl, que trabalhou na catequese nessa região de Rondônia por mais de cinquenta anos, como afirma a resolução n.160 de 22 de Novembro de 1975 (Lima, 2001, p. 162).

Segundo o mesmo autor, para a distribuição de terras em Rondônia, o INCRA dividiu os loteamentos demarcados em parcelas, sendo que para os PARs, as parcelas chegavam a 50 ha. para os PICs 100 ha. Nos PADs eles chegavam a 250 ha. A disposição espacial dos lotes tinha a forma de uma espinha de peixe. Os lotes de terra mediam nos PICs 500m x 200 m com a frente voltada para as estradas vicinais da BR 364 (Lima, 2001, p.142). Isso pôde ser confirmado nas entrevistas com os moradores que ainda residem na Comunidade Cachoeirinha e que receberam lotes de terra naquele período. Também é possível observar através das dificuldades relatadas, que o auxílio previsto no Estatuto da Terra não foi implementado. Pois, observava-se a falta de estradas vicinais para o escoamento da safra, de assistência médica para conter a epidemia de malária. Os postos da SUCAM na cidade de Jaru, sede do Projeto PIC-PeAR, situavam-se a uma distância de 35 quilômetros. Essas famílias tinham que andar a

pé em busca de remédios ou se contentar com o auxílio de um vizinho, que aprendia a furar o dedo do outro para extrair o sangue e colocá-lo em uma lâmina de vidro, para enviá-la à cidade e diagnosticar a doença.

Foi no Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho Rohl que a Igreja Católica também passou a criar Comunidades Eclesiais de Base numa distância de quatro quilômetros uma das outras. Dessa forma foi criada a Comunidade Cachoeirinha, localizada na linha 605, km 35 da BR 364. Nessa comunidade, a partir da construção da igreja no ano de 1982, é que se criou uma escola primária oferecendo às quatro primeiras séries de forma multisseriada. Também oferecia o ensino para adultos analfabetos através do MOBREAL, que fazia parte da propaganda governamental para erradicar o analfabetismo e funcionava à noite sob a luz de lampiões, mas que não durou muito tempo.

Segundo dados do INCRA de 1981 a área total do Projeto Integrado de Colonização Pe. Adolpho Rohl era de 413.552 hectares e foram assentadas 3.462 famílias no período de 1971-1981, sendo que o PIC Ouro Preto tinha uma área de 512.585 hectares e recebeu no mesmo período 5.161 famílias (INCRA-CETR/CDA, 1981 *apud* Cunha, 1985).

## **CAPITULO II- A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA EM RONDÔNIA**

### **2.1 Contextualização da atuação da Igreja Católica na transição do século XX até a década de 1970.**

O objetivo desse capítulo é analisar a presença da Igreja Católica durante o processo de colonização em Rondônia a partir da década de 1970, tendo como objetivo principal compreender a formação da Comunidade Eclesial de Base Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha, localizada na Linha 605, 35 quilômetros da Paróquia São João Batista do Município de Jaru, Rondônia. Essa comunidade foi criada no ano de 1982 como a primeira forma de organização das dezenas de famílias que chegavam ao estado de Rondônia, durante o projeto de colonização Pe. Adolpho Rohl. A comunidade de Cachoeirinha e as 120 comunidades que foram criadas na década de 1980 estavam inseridas no contexto político e econômico brasileiro de transição do período do Regime Militar para a Democracia. O contexto religioso estava relacionado às mudanças na Igreja Católica decorrentes do Concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais de Medellín e de Puebla, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

Para analisar a presença da Igreja Católica em Rondônia é preciso abranger um período mais amplo, que aponte as mudanças significativas de sua atuação social no Brasil. Dessa forma, visa-se a uma melhor compreensão da atuação da Igreja no processo de colonização e ocupação da terra na região amazônica.

O primeiro momento a observar é a transição do século XIX para o século XX, quando a Cúria Romana optou pela reorganização do espaço amazônico em Prelazias, contrastando com a política de instalação de Dioceses que havia vigorado até então. Nas últimas décadas do século XIX, período chamado de Romanização da Igreja Católica na Amazônia, essa região possuía apenas a Diocese do Pará, composta por uma população profundamente abalada com a derrota da Cabanagem (SANTOS *apud* CEHILA, 1992, p. 296). O Papa era Gregório XVI e o Brasil era governado por D. Pedro II sob o sistema de padroado. Foi o imperador que aceitou a indicação do Pe. José Afonso de Moraes Torres do Rio de Janeiro para o cargo de bispo da Diocese do Pará. De tendência “lazarista” (da

Congregação dos Padres da Missão), ele tinha como objetivo alargar o relacionamento com Roma e não se submeter completamente ao Imperador. A Reforma Lazarista na Amazônia consistia em unir a população outrora dividida e derrotada para atingir esse objetivo. Algumas metas prioritárias foram determinadas, entre elas, as visitas pastorais às Paróquias e uma melhor formação do clero. A presença da Igreja nesse período era de caráter sacramentalista. O padre comparecia a pedido do seringalista para realizar os ritos sacramentais e demais celebrações encomendadas (SANTOS *apud* CEHILA, 1992, p. 307). A região amazônica vivia o Primeiro Ciclo da Borracha e uma corrida migratória do Nordeste para o Norte como afirma Teixeira (1992, p.121):

Durante a segunda metade do século XIX em duas regiões distintas do Brasil, o Norte e o Sul, havia simultaneamente, forte demanda de mão-de-obra. O crescimento da demanda do látex, nos países que consumiam essa matéria prima em suas indústrias, estimulou o aumento da produção extrativista, o que fez aumentar, enormemente, a procura por mão-de-obra na região amazônica para trabalharem nos seringais, data das primeiras décadas do século XIX. Contudo se intensificou com o aumento da demanda da matéria prima e com a pior seca do século (1879 /80).

Segundo Teixeira (1992, p. 122), com o sistema de barracão o seringueiro ficava preso ao seringalista em face de sua necessidade de abastecer-se de produtos alimentícios. Nesse período, a Igreja Católica da Amazônia passou a ser desafiada pela chegada de missionários de igrejas protestantes. João Santos (1992), afirma que Belém se transformou nesse período num “porto missionário”. A crescente presença de Igrejas Protestantes na região gerou a desconfiança de que a ação delas contribuiria para atender a expectativa de abertura do Rio Amazonas à navegação mundial. Os Estados Unidos da América (EUA) pressionavam a tal ponto para a abertura do Rio Amazonas, que D. Pedro II registrou tais pretensões em seu diário pessoal no ano de 1862 (Teixeira, 1992, p. 88-89). O que terminou por acontecer em 1872, quando a *Amazon Steam Navigation Company* comprou três empresas de navegação que operavam na bacia amazônica, monopolizando o transporte fluvial na região.

Segundo o CEHILA, os protestantes na Amazônia recebiam o apoio da maçonaria e sua principal ação consistia em distribuir bíblias e folhetos com trechos dos Evangelhos. A dificuldade de a Igreja Católica enviar padres em número suficientes à Região Amazônica propiciou o desenvolvimento de uma religiosidade popular voltada à devoção aos santos. Um exemplo dessa religiosidade foi apresentado por Hugo (1997):

O mês mariano celebrado na Amazônia desde 1862, já o era em Porto Velho, mesmo antes dos salesianos e até na ausência de qualquer sacerdote... mesmo quando ainda sem salão que servisse de capela, as novenas eram praticadas em casas particulares (HUGO, 1997, p. 44).

A Igreja Católica nesse período era contrária a esse tipo de catolicismo de devoção e propunha um catolicismo de sacramento<sup>8</sup>. No início do século XX, a proposta da Igreja era de uma retomada missionária após o fim do padroado e a criação da Diocese do Amazonas em 1892<sup>9</sup>. Fez parte dessa perspectiva de ação evangelizadora afirmar a presença da Igreja Católica através de uma reconquista espiritual com a criação de novas prelazias, paróquias e promover a chegada de novas congregações religiosas e aumentar o número de visitas pastorais nos campos da saúde, da educação e da assistência aos indígenas vítimas da exploração da borracha.

A região do Alto Madeira, que posteriormente passou a ser parte do Território Federal do Guaporé e de Rondônia, foi lembrada pela ação do terceiro bispo de Manaus, D. João Irineu Joffily (HUGO, 1992, p.3). Porém, em 1916 essa região ainda pertencia aos Estados do Amazonas e do Mato Grosso divididas em duas Dioceses diferentes: a de Manaus e a de Cáceres. O Coronel Leopoldo de Matos, veterano Delegado Fiscal do Mato Grosso, produziu um relatório sobre a situação da bacia fluvial do Rio Madeira nos limites entre os estados de Mato Grosso e Amazonas. Um dos pontos tratados no relatório era a importância da missão salesiana na região do Guaporé, vista como a mais rica e de maior futuro.

A preocupação do bispo vinha ao encontro das pretensões de Roma de criar prelazias e de implementar o processo de evangelização interrompido após o período pombalino (MATA *apud* CEHILA, 1992, p.343). Assim veio a proposta de criação da primeira prelazia nas terras de Rondônia: A Prelazia de Porto Velho, que abrangeria áreas da Prelazia de Cáceres.

---

<sup>8</sup> Dom Antonio de Macedo Costa (1861-1890) bispo do Pará compreendia as manifestações da religiosidade popular como expressão da ignorância, de fanatismo e de superstição. Cf. AZZI, Riolando. D. Antonio de Macedo Costa, Cadernos de História da Igreja no Brasil, CEPEHIB. São Paulo, 1982 *apud* CEHILA, 1992.

<sup>9</sup> O Bispado do Amazonas foi criado no dia 27 de Abril de 1892 pelo papa Leão XIII, desmembrada de Belém e teve como primeiro bispo D. José Lourenço da Costa Aguiar. Era cearense e renunciou ao cargo em 1909 por motivo de doença. Idem, p.399.



Em 1924, O bispo de Cáceres cedeu a área do município de Santo Antonio à prelazia de Porto Velho que passava a ter como limites o rio Cabixi e o rio Verde<sup>10</sup>. Segundo Hugo (1992, p.5), o problema que a nova prelazia era atender uma grande população e fazer face ao crescimento do protestantismo e da maçonaria na região. Apesar de ser considerada na época a mais próspera das cidades da Amazônia, por ter estrada de ferro, telégrafo, igreja, um porto de navegação<sup>11</sup>, também apresentava contrastes sociais devido às doenças tropicais e ao clima, como afirma Borzacov (2007, p. 16):

Porto Velho é um lugar insalubre, colocado em uma reta do rio, ao passo que Santo Antonio, situada em curva e onde se encontra a primeira cachoeira, é um dos pontos mais doentios, onde grassa epidemicamente, durante todo o ano, o impaludismo, a cuja ação violenta ninguém resiste. Ter-se-á uma ideia perfeita do que é a infecção palustre nesse local sabendo-se que aí não se encontra um natural do lugar, porquanto nenhuma criança resiste à ação do impaludismo, que as vitima todas.

Por todos esses motivos eram necessários padres experientes para atuar nessas áreas. Daí o elogio do Presidente Vargas aos salesianos por serem os “pioneiros da civilização” na região (Hugo, 1991, p. 2).

O primeiro bispo da prelazia foi monsenhor Pedro Massa, sucedido por Pedro Gheslandi. Os primeiros padres foram Antonio Peixoto e João Nicoletti, que assumiram em 1928. Além da prelazia de Porto Velho, outra prelazia foi criada em 1929, em Rondônia: A Prelazia de Guajará-Mirim, na área que ainda pertencia ao Estado do Mato Grosso:

---

<sup>10</sup> .Em 1925 foi criada a Prelazia de Porto Velho pelo papa Pio XI, período em período em que Porto Velho era administrado pelo superintendente Dr.Joaquim Tanajura e como administrador apostólico coube à responsabilidade do italiano Pedro Massa em 25/07/1925. Cf. HUGO, Vitor. Desbravadores, 1991, p.40.

<sup>11</sup> Porto Velho era a maior cidade do Amazonas e vista como centro cosmopolita por excelência, centro de migração e imigração. Quase a totalidade de sua população era formada por pessoas vindas do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e de estrangeiros, como norte-americanos, bolivianos, turcos, ingleses, peruanos, árabes, chineses e hindus, além dos amazonenses Cf. BORZACOV, Yeda Pinheiro. **Porto Velho 100 Anos de História**. 1907-2007, 2007, p.18.

Porto Velho

Guajará-Mirim



Figura 4 FONTE: [www.robertopassarini.com](http://www.robertopassarini.com) Acesso: 17/04/2015

A presença da Igreja Católica nesse período era visível através das visitas dos missionários salesianos aos fieis através da navegação pelos rios e pelos igarapés, bem como no setor da saúde de Porto Velho no Hospital São José. Como afirma Borzacov (2007, p. 123):

O Hospital São José localizado no plano alto da cidade, inaugurado a 7 de Setembro de 1929, em prédio doado pela Sociedade Portuguesa Beneficente local à Prelazia de Porto Velho, institucionalizando-se a partir dessa data, assistência médica filantrópica. O prédio ocupava a quadra 31, em uma área de 2.167,50 m<sup>2</sup>, sendo então realizadas obras visando adaptá-lo para o hospital. O Padre João Nicoletti e o Pe. Dr. Antonio Carlos Peixoto foram responsáveis por esse trabalho. Desde 1927, o Bispo D. Pedro da Massa tentava sensibilizar as autoridades amazonenses para liberação de recursos financeiros visando à construção de um hospital, por causa do abandono total em que se encontravam os doentes da cidade e os que chegavam de outras localidades.

A atuação da Igreja Católica também contou com a presença feminina através das Irmãs Salesianas ou Filhas de Maria Auxiliadora em 1930, vindas do Rio de Janeiro, que se encarregavam do catecismo das meninas. Já os meninos ficavam a cargo do Pe. João Nicoletti. Além da catequese, a Igreja criou cursos noturnos de alfabetização, aulas de música instrumental e de teatro no Colégio Maria Auxiliadora e no Colégio D. Bosco.

Em 1943, após a visita do presidente da República Getúlio Vargas em cumprimento aos acordos de *Washington*, foi criado o Território Federal do Guaporé através do Decreto Lei 5.812 de 13 de Setembro de 1943. Segundo Teixeira (1992), o

território compunha-se de áreas desmembradas dos estados do Amazonas e do Mato Grosso. Foram definidos quatro municípios: Lábrea, Porto Velho, Santo Antônio e Guajará-Mirim. Posteriormente, o Deputado Federal do Partido Trabalhista Brasileiro, Auro Melo sugeriu substituir o nome de Guaporé por Rondônia. O novo nome do território seria uma homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. A mudança de denominação foi concretizada no governo de Juscelino Kubstchek de Oliveira, que assinou a Lei nº. 2.731 em 17 de Fevereiro de 1956 (TEIXEIRA, 1997, p.163).

Segundo Hugo (1991, p. 102), a nova forma de atuação da Igreja Católica em Rondônia foi decisiva, pois a sede da Prelazia estava situada na capital Porto Velho e era de todo interesse do primeiro governador Major Aluízio Ferreira e do bispo D. Pedro Massa que os dois poderes atuassem de pleno e mútuo acordo.

No plano internacional, com o fim da Segunda Guerra Mundial iniciava-se o período da Guerra Fria e a disputa entre o capitalismo e o socialismo. No plano nacional, a Era Vargas deu lugar a um período democrático com o renascimento da vida partidária que ia se estender até meados de 1964 (Gonzales, 2010, p.4).

Vários partidos políticos foram criados após a II Guerra Mundial, com o fim do estado Novo, como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSB), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi legalizado. Percebendo o jogo político de Vargas, que aparentemente apoiava o General Eurico Gaspar Dutra e ao mesmo tempo estimulava o movimento Queremista, os setores de oposição concentrados na UDN, temiam que Vargas continuasse no poder. Dessa forma as tropas do exército cercaram o Palácio do Catete obrigando Vargas renunciar em 25 de Outubro de 1945. O Ministro José Linhares do Supremo Tribunal Eleitoral assumiu o governo até a proclamação do resultado das eleições do mesmo ano, das quais Eurico Gaspar Dutra saiu vencedor. Dutra foi o primeiro presidente eleito pelo voto secreto, com participação das mulheres e governou com uma nova Constituição (1946), vista como liberal, mas que atendia mais aos interesses dos grandes empresários do que aos dos trabalhadores (Fausto, 2012, p. 382-492).

Nesse contexto político e econômico de mudanças mundiais e nacionais, dentro da Igreja Católica aconteceram grandes mudanças, mas também permanências. Sobre isso afirmou Mainwaring (2004 p.43-47):

A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e que imiscuisse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim conseguia o que percebia como sendo interesses indispensáveis da igreja: a influência católica e o antiprotestantismo... Na visão da igreja o Estado deveria seguir sua doutrina social, proteger seus interesses, o sistema educacional e os meios de comunicação devem refletir os princípios e a doutrina católica.

Segundo Mainwaring (2004), a Igreja apoiou Vargas não só por causa dos privilégios que recebia, mas também devido à afinidade política, já que o governo Vargas era de caráter nacionalista, patriótico e anticomunista e sua legislação realizava a própria doutrina social da igreja. Desde a década de 1930, a Igreja Católica mobilizava politicamente os seus fieis através da Liga Eleitoral Católica (LEC). Também faziam parte desse esforço de mobilização política os Círculos Operários e a Juventude Operária Católica (JOC), através dos quais a Igreja procurava fazer frente ao crescimento do comunismo nos sindicatos (GONZALES, 2010, p.3). A Igreja através da LEC exerceu influência nas eleições da Assembleia Constituinte, dando apoio aos candidatos que defendiam sua doutrina social e suas reivindicações políticas (SOUZA, 1994 p.60). A Ação Católica (AC) havia chegado ao Brasil, calcada no modelo proposto pelo papa Pio XI na Itália que visava a reagrupar os católicos diante da escalada fascista. Entretanto, a criação do Partido Democrata Cristão, dirigido pelo sacerdote monsenhor Arruda Câmara, inspirado pela AC, não teve o apoio das altas hierarquias da Igreja como era esperado. Muitos católicos militaram em outros agrupamentos com a reorganização dos partidos em 1945. Mainwaring (2004, p. 49) afirma que:

Os bispos desse período percebiam os problemas sociais de uma forma moralista e ignoravam as causas estruturais... até as manifestações da doutrina social da Igreja eram tímidas e despolitizavam os problemas sociais...essa resposta revelava uma análise pouco realista do alcance potencial da caridade, uma dependência do Estado e das classes dominantes (para recursos financeiros que implementassem programas de caridade) e paternalismo em relação às classes populares.

Enquanto isso, na Amazônia observava-se as consequências do apoio do Brasil aos aliados na Segunda Guerra Mundial a partir de 1942. O presidente dos EUA Franklin Roosevelt sugeriu ao presidente brasileiro Getúlio Vargas que explorasse a borracha na Amazônia (Perdigão; Basségio, 1992, p.161-162). Um exército de nordestinos foi recrutado para essa exploração. Esquecidos na selva tanto pelo governo brasileiro como pelo governo estadunidense só voltaram ao cenário das discussões com a chegada dos imigrantes durante os Projetos de Colonização na década de 1970<sup>12</sup>.

Na década de 1950 a presença política da Igreja Católica no Brasil organizou em torno da Ação Católica. D. Helder Câmara foi nomeado seu assistente em 1947. Foi da Ação Católica que surgiu a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como afirma Souza, (1984):

A tarefa mais direta para a transformação da AC, entretanto, ainda menos conhecida, será de responsabilidade de outro sacerdote que tinha sido assistente da JOC, Pe. José Távora... É igualmente D. Helder com a participação de D.Távora, quem vai organizar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil... A ideia de uma organização de serviço que cumprisse a função de elo entre o episcopado nascerá nesse mesmo ano de 1947 (SOUZA, 1984, p. 63).

A CNBB foi criada dia 17 de Outubro de 1952 como um organismo inovador da Igreja Católica. Segundo Mainwaring (2004, p. 56-57), porém, na década de 1950 surgiram três facções dentro da Igreja. Cada uma delas com uma visão diferente das mudanças sociais que estavam se processando no Brasil e no mundo: 1) Os Tradicionalistas que achavam que a Igreja deveria seguir no combate à secularização e fortalecer a presença da instituição na sociedade, isto é, tornar a sociedade católica. Foi esse grupo que apoiou a queda do presidente João Goulart em 1964; 2) Os Modernizadores Conservadores que acreditavam que a Igreja precisava mudar para cumprir sua missão no mundo moderno, mas rejeitavam um movimento político aberto, defendendo a Igreja acima da política e da obediência hierárquica; 3) Os Reformistas que compartilhavam essa mesma ideia, mas ansiava por um trabalho pastoral mais intenso, uma educação religiosa eficaz, uma mudança política sem transformações radicais.

---

<sup>12</sup> Analisando o que se tem escrito sobre a Amazônia, fica-se surpreso ao constatar que ninguém apresenta a fundo a história do soldado da borracha. Ora, ele nada mais é que o protagonista da história da Amazônia dos anos quarenta. Eles são migrantes. Eram cerca de 56 mil jovens nordestinos, provenientes do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e parte da Bahia. Por isso, ao recuperarmos a memória das migrações para Rondônia, sentimo-nos no dever de tornar pública sua triste história. Cf.CEPAMI- Centro de Estudos e Pastoral dos Migrantes, 1990, p. 9.

Para Mainwaring (2004), a CNBB era força mais importante e poderia impulsionar os reformistas da Igreja Católica no Brasil. A CNBB deu início a um grande número de programa religioso, como o movimento litúrgico bíblico católico e o catecismo popular, mas também apoiou às políticas da Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (SPVA) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Foi no governo de Jânio Quadros que o Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado como uma tentativa de desenvolver práticas pastorais transformadoras através do método de Paulo Freire. Educador que se comprometeu com a transformação da sociedade, enfatizando necessidade do professor e da educação trabalhar na conscientização dos problemas sociais:

Ensinar não é transferir conhecimento e conteúdos, é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, p.23)

Era urgente para a igreja um plano pastoral frente ao contexto político pelo qual o mundo passava. O comunismo continuava a ser o grande “inimigo”, porém o capitalismo também era alvo de críticas por ter provocado pobreza e desordens entre os povos e no seio da sociedade (Marchi, 2001, p 83). Setores da Igreja passaram a propor uma revisão dos conceitos sobre o sistema econômico, já que o sistema capitalista além de provocar pobreza ainda atentava à moral, sobrevalorizando o material em detrimento do espiritual em nome do lucro.

Após a morte do papa Pio XII e a posse do papa João XIII, a Igreja passou por uma das mais significativas fases de sua existência no Brasil no século XX, iniciada com um planejamento pastoral para toda a América Latina. Em discurso na Conferência do Episcopado Latino Americano (CELAM), em 15 de Novembro de 1959, o papa deixava claro seu desejo de elaborar um Plano Pastoral adequado à realidade da América

Latina<sup>13</sup>, que traçasse metas e congregasse esforços pastorais com vistas a uma mobilização geral da Igreja no continente (PERUCCI apud Marchi, 2010, p.95).

O Plano de Emergência que viria a nascer deveria mostrar aos governantes e autoridades a urgência das reformas que solucionassem os graves problemas de caráter social e econômico<sup>14</sup>. Para a CNBB, essa era uma tarefa de toda a Igreja e foi na V Assembleia Geral Ordinária realizada em 1962 que se discutiu e se elaborou o Plano de Emergência para toda a Igreja Católica do Brasil<sup>14</sup>. O mundo assistia o desenrolar da Revolução Cubana em pleno continente americano. Esse fato soou para a igreja como uma evidência de sua vulnerabilidade política, econômica e religiosa no continente.

O PPC ou Plano de Pastoral em Conjunto tinha como objetivo geral criar meios e condições para que a Igreja Católica do Brasil se ajustasse à imagem de Igreja do Vaticano II, que priorizasse a criação de diretrizes fundamentais de Ação Pastoral, missionária e catequética, reflexão teológica e aprofundamento doutrinal, além de promover ação litúrgica e ecumênica (PPC, p.66-88 *apud* BEOZZO, 2010, p.10).

Tais diretrizes visavam à descentralização das paróquias, no sentido de criarem Comunidades Eclesiais de Base. O Plano de Emergência visava ao apoio apostólico e financeiro à América Latina, com o envio de padres, a mobilização e a articulação de recursos materiais previstos no Concílio Vaticano II.

O Concílio Vaticano II iniciou-se no ano de 1962 sob a orientação do Papa João XXIII e, em 1963, passou a orientação do novo papa Paulo VI. O concílio estendeu-se de 1962 a 1965. Em 21 de Setembro de 1966, o Papa Paulo VI escreveu uma carta ao Congresso de Teologia Pós-Conciliar que resumia os objetivos desse concílio:

A tarefa do Concílio Ecumênico não está completamente terminada com a promulgação de seus documentos. Esses, o ensina a história dos concílios, representam antes um ponto de partida que um alvo atingido. É preciso ainda que as sementes de vida lançadas pelo concílio no campo que é a Igreja cheguem a plena maturidade (COMPÊNDIO DO VATICANO II ,1968, p.6).

<sup>13</sup> Foi na I Conferência Geral do Episcopado, convocada pelo Papa Pio XII e realizada no Rio de Janeiro (1953-1955) que deu início ao CELAM. Cf. GALILEO, Segundo. A Mensagem de Puebla, 1979, p.11.

<sup>14</sup> A pobreza que dizimava contingentes da humanidade obrigava a Igreja Católica a rever sua concepção de ordem sócia e econômica. A desordem provocada por um sistema que sustentava numa desenfreada busca de riqueza, de lucro e de bem-estar material inquietava as autoridades eclesiástica. Cf. Revista de Ciencias Humanas, Florianópolis: EDUFSC, nº 30, p. 81-108. Outubro de 2001.

Segundo Frei Boaventura Kloppenburg que realizou a introdução geral do Compêndio do Vaticano II, esse concílio quis ser pastoral e ecumênico no sentido que visava unir os cristãos ortodoxos e protestantes, mas também quis ser doutrinário visando manifestar tanto aos fieis da Igreja quanto aos irmãos separados o verdadeiro conceito de seus órgãos hierárquicos. Para Beozzo (2010, p.8), o concílio colheu a Igreja Católica do Brasil já em processo de reforma e de renovação. Essa experiência da Igreja foi crucial para o Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (1960-1970), que propôs um esforço conjunto em todo o país para colocar em prática as decisões conciliares, no sentido de enfrentar as necessidades e os problemas do Brasil.

Em resposta ao apelo de João XXIII no discurso de abertura do concílio, afirmando que a “Igreja era de todos, mas, sobretudo dos pobres” e assinalava a igualdade de todos os povos no exercício dos seus deveres e direitos, parte da Igreja passou a se posicionar diferente. A conduta anterior ao concílio era conduzida por lideranças conservadoras que apoiaram o Golpe de Estado de 31 de março de 1964, e que organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (LANZA, GUIMARAES, MORAIS, SILVA, 2001, p. 2). O novo posicionamento era de crítica ao Regime Militar, principalmente durante a implantação da “linha dura”, onde se intensificaram as perseguições aos líderes do movimento operário, de organizações estudantis, de sindicatos, das ligas camponesas, dos partidos de esquerda e de todos aqueles que se opusessem firmemente à Ditadura Militar.

Após o Ato Institucional nº. 5 grande parte do episcopado passou a posicionar-se contra as perseguições, as torturas e a supressão dos direitos políticos em favor da liberdade de expressão e de organização política<sup>15</sup>. Os salões das paróquias foram abertos para reuniões dos setores populares.

Na Amazônia, durante o governo de Castelo Branco (1964-1967), inaugurou-se a Operação Amazônica provocando mudanças rápidas, no sentido de subsidiar e investir em infraestrutura na Região Norte, vista ainda como despovoada. O resultado foi um processo de expulsão dos camponeses e de concentração de terra. A Igreja na Amazônia através da CNBB criou treze regionais entre elas, Norte I, Norte II, Centro-Oeste e Extremo Oeste. A colonização acelerada pela propaganda do governo e a chegada de

---

<sup>15</sup> O AI 5 foi promulgado em 13 de Dezembro de 1968 no General Costa e Silva. Cf. SILVA, Hélio. Os Governos Militares 1969-1974. 2004, p.87-89.



milhares de migrantes de todas as partes do país gerou graves problemas sociais e agudizou os conflitos pela terra. Nesse contexto, a atuação da Igreja passou a fazer críticas à política salarial, sanitária, educacional do governo e, sobretudo, à ação violenta dos órgãos governamentais para controlar o desenvolvimento agrícola (MAINWARING, 2004, p.107).

Segundo Mainwaring (2004), a ação da Igreja Católica na Amazônia antes do golpe era politicamente moderada, mas a partir das atitudes da linha dura, passou a ter uma posição crítica e a posicionar-se contra as políticas de colonização do Estado brasileiro na região. Um exemplo dos conflitos entre Igreja e Estado foi a proibição do clero trabalhar junto aos indígenas, por achar-se tal trabalho subversivo. Foi em meio a esse contexto político que os bispos do Brasil participaram das Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano em Medellín, na Colômbia, em 1968, e em Puebla, no México, em 1979, onde a Igreja direcionou sua atuação em favor dos pobres e dos excluídos (AZEVEDO, 2004, p.112). A CNBB passou a desempenhar um papel chave na articulação da sociedade civil em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos trabalhistas e da redemocratização.

As Conclusões de Puebla (1986, p.56) afirmavam que a Igreja Católica deveria reforçar a sua opção pelos pobres, e que por pobres entendia-se o oprimido, o estrangeiro, o perseguido, o cativo, os indígenas, os afro-descendentes, os camponeses sem-terra, os operários, os desempregados e os subempregados. Denunciavam a pobreza como antievalgética, como sinônimo de exploração e de opressão em uma dimensão sóciopolítica estruturada tanto pelos sistemas políticos capitalistas quanto nos marxistas. A opção pelos pobres seria concretizada nas Comunidades Eclesiais de Base, que existiam desde 1968, mas só amadureceram e se multiplicaram a partir das Conferências de Medellín e de Puebla<sup>16</sup>. Conforme o texto oficial das Conclusões da Conferência de Puebla (1986), as CEBs deveriam tornar-se centros de evangelização, motores de libertação e de desenvolvimento:

629. Em particular está comprovado que as pequenas comunidades sobretudo as Comunidades Eclesiais de Base criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da palavra de Deus, revisão de vida e reflexão sobre a realidade ,à luz do Evangelho; nelas acentua-se o

<sup>16</sup> .A Conferência de Medellín foi a II Conferência Geral do Episcopado da América Latina e em Puebla foi a III, com a participação do Papa João Paulo I que trouxe como tema a Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina. Cf. Conclusões de Puebla, 1979, p. 56-59.

compromisso com a família, com o trabalho, o bairro e a comunidade local (CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1986, p.248).

Na sétima Assembleia Geral dos Bispos brasileiros realizados em Taici, em abril de 1979, foi decidido que de 1979 a 1980 a Ação Pastoral da Igreja no país seria inspiradas nas conclusões de Puebla. As CEBs nesse período conturbado do Regime Militar, e particularmente durante os projetos de colonização em Rondônia atuaram como alicerce do processo de mudanças da Igreja, desenvolvendo novas metas para exercer a influência eclesial. Mesmo sendo dirigidas por uma liderança leiga, elas buscavam estimular a sociedade a refletir sobre sua libertação à luz da palavra de Deus. Segundo Tenucci (1985, p.16), foi a partir daí que se difundiu a Teologia da Libertação aprovada por Puebla nos dizeres:

Como Pastores da América Latina, temos razões gravíssimas para incentivar a Evangelização Libertadora, não só porque é necessário recordar o pecado individual e social, mas também porque de Medellín para cá, a situação se agravou na maioria de nossos países (PUEBLA, 485 *apud* TONUCCI, 1985, p.16).

Apesar de aprovada pela cúpula da Igreja Católica, tal teologia era vista com muitas restrições, como se observa na carta enviada pelo papa João Paulo II à CNBB sobre a missão da Igreja e a Teologia da Libertação:

Faz parte da missão da Igreja preocupar-se, de certo modo, das questões sociais e políticas que envolvem o ser humano desde seu nascimento, mas é preciso uma nítida distinção entre o que é função dos leigos, função dos pastores e formadores dos leigos e a consciência de que cabe à igreja indicar soluções técnicas para os problemas de caráter temporal e o dever de iluminar a busca das soluções à luz da fé (DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS 207, 1986, p.85).

Foi nas zonas rurais que as CEBs mais se proliferaram. O homem do campo, o pequeno agricultor, o bóia-fria, assalariado rural encontravam nessas comunidades seu principal referencial ideológico (BETTO, 1984, p.26). Foram nas CEBs que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) encontrou espaço para que suas denúncias fossem debatidas, como aponta o Estudo da CNBB número 13 (1981):

O problema da terra em Rondônia tem conotações próprias, onde a estrutura econômica é basicamente seringal, mas que vem decaindo às influências dos grupos econômicos e migrantes que chegam antes do INCRA no território. Desde 1967, com a abertura da Estrada BR 364, aproximadamente 30 mil famílias desceram pela rodovia. Muitas

famílias são posseiros expulsos de outras regiões como o Mato Grosso. (ESTUDOS DA CNBB 13 PASTORAL DA TERRA POSSE E CONFLITOS, 1981, p.42).

A presença da Igreja Católica na Amazônia intensificou-se após o Encontro Interregional dos Bispos do Brasil em Santarém, no Pará, nos dias 24 a 30 de Maio de 1972. Nesse encontro, o papa Paulo VI disse no discurso de abertura que “Cristo apontava para a Amazônia”<sup>17</sup>. A partir dele, os bispos e os agentes de pastoral assumiriam o compromisso de viver a missão à luz do Evangelho, dando-lhe um rosto amazônico, através da encarnação na realidade de uma Evangelização Libertadora. O documento escrito nesse encontro apontava para uma refundação da missão evangelizadora da Igreja Católica na Amazônia.

Esse documento estava em consonância com o documento de Medellín<sup>18</sup>, que propunha que todo o continente apresentasse o rosto de uma igreja missionária, pobre e pascal, despojada dos meios de poder e que fosse lugar de comunhão aberta a toda a humanidade (MEDELLIN doc. 5. nº13). No documento da Assembleia dos Regionais Norte I e II da CNBB, produzido em Manaus em 1997, dizia-se que:

Nossas igrejas estão buscando seu rosto amazônico. Por isso, precisam aprofundar a inculturação da fé nas culturas locais da região. Estamos, porém conscientes de que a Amazônia é constituída por muitas Amazonas. Existe uma riquíssima diversidade cultural. Temos entre outras: culturas indígenas, negras, remanescentes quilombola, de seringueiros, lavradores, ribeirinhos, pescadores, culturas de migrantes, das mais diversas províncias... As igrejas amazônicas são chamadas a inculturar-se e inserir-se nesses múltiplos universos e a viver, a partir daí, um sadio pluralismo (CENESCH nº1, 1997, p.9).

Segundo o CEHILA (1992, p.363), no ano de 1960, a CNBB dividiu o Brasil em regiões episcopais para melhor atender as especificidades pastorais, como pode ser observado no mapa:

<sup>17</sup> .Carta do I Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal. Manaus, 31 de Outubro de 2013.CEA-C nº 0696113.

<sup>18</sup> .Ver Documento da Assembleia das Regionais Norte I e II da CNBB. Manaus, 1997, CENESCH nº 1 “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”, p.23.

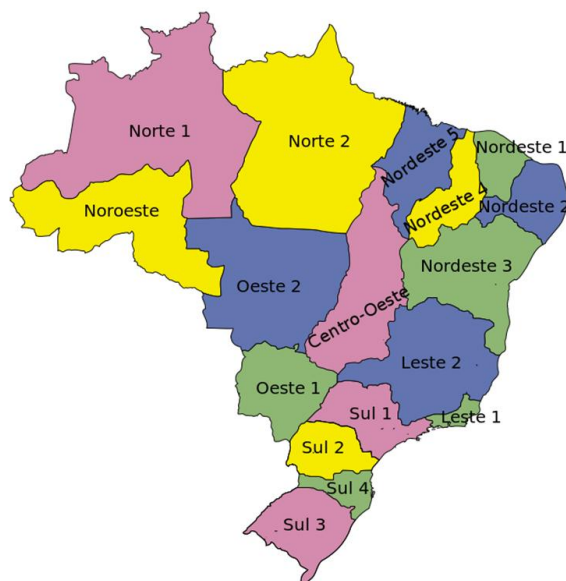


Figura 5 **FONTE:** [pt.wikipedia.org/wiki/circunscrições\\_eclesias\\_ticas\\_catolicas\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/circunscrições_eclesias_ticas_catolicas_do_Brasil). Acesso: 17/04/2015

Dessa maneira, a Região Episcopal Norte I reunia os estados do Amazonas, o Território de Roraima, o Territórios do Acre e o Território de Rondônia. Alguns municípios do Amazonas ficaram ligados à Região Episcopal do Noroeste, como pode ser observado no mapa abaixo com suas respectivas Prelazias e Dioceses:



Figura 6 **FONTE:** [pastoralfamiliarnoroeste.blogspot.com](http://pastoralfamiliarnoroeste.blogspot.com). Acesso: 17/04/2015

Foi a partir da participação de alguns bispos na Assembleia de Medellín em 1968, que a leitura da realidade Amazônica foi mudando aos poucos. Os bispos começaram a perceber as limitações e os perigos que os grandes projetos de colonização promovidos pelo Governo Federal brasileiro durante a ditadura militar representavam para os povos da Amazônia. Os migrantes marginalizados pelos projetos governamentais sofriam a violação de direitos básicos, principalmente o direito a posse da terra. Por esses motivos, segundo o documento de Santarém, era necessária a formação de padres nativos e de leigos, monitores, multiplicadores da palavra e catequistas para a divulgação das denúncias feitas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972, e pela CPT, criada em 1975.

Portanto, o Encontro de Santarém fez com que surgisse uma nova linguagem para falar ao povo amazônico e a necessidade de formação de agentes de pastoral, visando a dar apoio às Comunidades Eclesiais de Base. As CEBs passaram a ter um papel fundamental na organização religiosa, política e social dos migrantes, que a partir dos Projetos de Colonização chegavam à Rondônia.

## **2.2 A atuação da Igreja Católica na área do Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho e a criação da Comunidade de Cahoeirinha**

Neste novo contexto de atuação da Igreja Católica em Rondônia criaram-se as Prelazias de Porto Velho e de Guajará – Mirim. Porém, com a criação do Território Federal e o início dos Projetos de Colonização Integrados foi preciso criar novas Dioceses e Paróquias para fazer frente às demandas de organização de centenas de Comunidades Eclesiais de Base.

Em 1979, Porto Velho foi elevado à Diocese e, em 1982, foi elevada à Arquidiocese constituindo-se na terceira sede metropolitana da Amazônia (CEHILA, 1992, p.360). Uma nova prelazia foi criada na Vila Rondônia (atual Ji-Paraná) no ano de 1978. Em 1983, ela tornou-se a Diocese de Ji-Paraná tendo como primeiro bispo D. José

Martins da Silva. A região da Diocese abrangia vários municípios, como pode ser observado no mapa a seguir:



**Figura 7** FONTE: [www-sites-do-brasil.com](http://www-sites-do-brasil.com). Acesso em 17/04/2015

A Vila Jarú era a sede do Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho Rohl (PIC Pe. AR) e teve sua primeira Paróquia criada em 1976<sup>19</sup>: São João Batista. A sede da paróquia encontrava-se na cidade de Ouro Preto d'Oeste (RO). Os limites da nova paróquia estavam ainda indefinidos, como consta no Livro Tombo (1976-2000, p. 01). Inicialmente a organização da paróquia foi confiada aos padres cambonianos.

As primeiras notícias da presença da Igreja Católica na região de Jarú antes do Projeto de Colonização Padre Adolpho Rohl, criado em 1975, foram descritos por Hugo (1992, p. 27):

Padre Peixoto foi o bandeirante desbravador da região em todos aqueles sertões, rios, igarapés e igapós quase sempre sozinho... por muitos anos Pe. Peixoto singrou de canoas os estirões e enseadas das duzentas e sessenta e quatro léguas do rio Madeira, de Porto Velho até os limites da Prelazia; subiu o rio Guaporé por centenas de quilômetros, penetrou pelo rio Machado pelo Jamari acima, alcançando por terra o rio Jarú.

Padre Antonio Peixoto foi o primeiro missionário salesiano que chegou à Prelazia de Porto Velho no final da década de 1920. Segundo Hugo (1992), o rio Machado era o temível rio de febres e de doenças, sua população ribeirinha recebia anualmente a visita de um sacerdote, um missionário residente na Vila Rondônia, o Padre Adolpho Rohl. O rio Machado sendo afluente do Madeira possuía águas profundas, porém limpas,

<sup>19</sup> Decreto da Criação da Paróquia de São João Batista na Vila Jarú, Território Federal de Rondônia. Porto Velho, 08 de Dezembro de 1976, assinado pelo Bispo Prelado D. João Batista Costa. FONTE: Livro Tombo da Paróquia de Jarú, RO, p. 01.

setecentos quilômetros de percurso e dezoito cachoeiras. Possuía enormes quantidades de borboletas, apesar de uma enorme quantidade de mosquitos borrachudos, micuins, piuins, carapanãs e formigas sacassais que dificultavam o trabalho missionário (HUGO, 1992, p.152).

Padre Adolpho Rohl foi uma das figuras de maior fervor religioso e de grande influência na história dos municípios de Ji-Paraná e de Jaru<sup>20</sup>. Ele era um padre salesiano vindo da Alemanha que chegou ao Distrito de Vila Rondônia no ano de 1949. Além das visitas à população dos seringais e aos ribeirinhos contribuiu para a construção do Colégio D. Bosco, do Hospital Nossa Senhora Aparecida, da primeira capela e para a idealização da Igreja Matriz de Ji-Paraná. Segundo Pereira (2013):

Quando chegou ao espaço definido atualmente como Estado de Rondônia no ano de 1949, o Pe. Adolpho Rohl veio de barco contando com a caridade dos moradores para se alimentar. A fé era o seu ofício e ele decidiu fixar moradia próxima à margem do rio Machado, de onde partia para visitar os poucos fieis e para a “conversão” de índios. A primeira igreja de madeira foi construída com a ajuda dos moradores ao santo de devoção: São João Bosco (PEREIRA, 2013, p.128).

Padre Adolpho Rohl viveu na região entre os anos de 1950-1960. Seu trabalho era celebrar missas e realizar sacramentos nos seringais próximos ao rio Jaru, como no seringal da família Cantanhêde. Apesar de ter voltado à Alemanha por motivo de doença e lá ter vindo a falecer, ele foi homenageado com o nome do Projeto de Colonização Integrado (PIC Pe. A R) e também da avenida principal da cidade de Jaru<sup>21</sup>.

Segundo o Bispo D. Antonio Possamai<sup>22</sup>, antes da chegada dos padres combonianos a Ouro Preto d'Oeste e Jaru, o padre salesiano Patrício Marc Brioli celebrava missas no Grupo Escolar e no povoado da vila, quando essa localidade pertencia à Paróquia de Ouro Preto. Os padres combonianos chegaram a Rondônia no dia 27 de Fevereiro de 1974 e passaram a morar na Vila Rondônia por ter maior conforto (POSSAMAI, 1987 *apud* LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE JARU, 1976-2000 p.7).

<sup>20</sup> Cf. VILHENA *apud* PEREIRA Elias Gonçalves. Vivendo Nossa História. Jaru-RO, 2013, p.128.

<sup>21</sup> FONTE: Revista Ji-Paraná e Sua História: Edição Especial. Ji-Paraná, 2004 *apud* PEREIRA, 2013, p. 130.

<sup>22</sup> Segundo Bispo da Diocese de Ji-Paraná que tomou posse no dia 5 de Junho de 1983. Cf. Livro Tombo da Paróquia de Jaru, RO, 1976-2000, p. 3.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos padres combonianos eram os atoleiros nas estradas que faziam a viagem da capital à Jarú levar até sete dias. Os primeiros padres que chegaram foram Padre Fiovo e Padre Adolfo Xillo. A primeira missa celebrada na Paróquia de Jarú ocorreu em um Domingo de Ramos. No Livro Tombo da Paróquia de Ouro Preto, na página 16,<sup>23</sup> afirma que a Paróquia de Jarú foi criada no dia 1º de Janeiro de 1978.

A presença feminina foi marcante no início das atividades da Paróquia de Jarú. As primeiras religiosas foram as Irmãs Combonianas vindas também de Ouro Preto d'Oeste. Em 1978 chegaram as Irmãs da Imaculada Conceição, as Filhas de Maria Missionária e o segundo padre para Paróquia, chamado Carlos Naldi<sup>24</sup>.

Em 1978, a Paróquia de São João Batista já contava com 45 CEBs. Iniciaram-se os cursos de formação para a preparação das lideranças leigas, que duravam três dias. As lideranças eram chamadas de Diretoria, que tinha como representantes um presidente, um vice-presidente, um secretário, um vice-secretário, um tesoureiro e um vice-tesoureiro, além de catequistas, coordenadores de grupos de jovens e de círculos bíblicos.

Nos cursos de formação eram dadas informações sobre os Sacramentos do Batismo, Crisma, Matrimônio e também sobre as problemáticas da terra, das doenças, das migrações e da formação sindical. Na página 3 do Livro Tombo consta que somente no ano de 1979 foram realizados 278 casamentos e 1029 batizados. Padre Carlos Naldi tornou-se o pároco da Paróquia de Jarú, permanecendo na região até o ano de 1982. Ele atuava também na área da saúde, na enfermagem e no hospital. Em 1981 chegou o Padre Pedro Albertini que visitou as comunidades no interior da Paróquia até o final do ano de 1982.

No dia 27 de Julho de 1982 foi inaugurada a Igreja Matriz São João Batista. No mesmo ano tomou posse o novo vigário Pe. Franco Vialetto. Em 1983, chegou o Pe. Ambrósio Piazza, ambos combonianos e italianos. No início da década de 1980, a Paróquia de Jarú contava com 120 Comunidades Eclesiais de Base e foi preciso dividir a região em setores para melhor organizar o trabalho missionário dos agentes de pastoral, que contava com a presença de padres e freiras. Os setores foram: Setor Pedras Brancas

---

<sup>23</sup>.Idem. p.3.

<sup>24</sup> Ibidem, p.3-4



no NUAR Pedras Brancas (atual município de Governador Jorge Teixeira de Oliveira), Setor Santa Cruz, Bom Jesus, BR 1, 2 e 3 e o Setor no NUAR Theobroma (atual município de Theobroma) onde nasceu a Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha. Cada um dos padres e feiras visitava cada um dos setores quatro vezes no ano.

As CEBs da Paróquia de Jarú nasceram de forma semelhante ao que foi relatado por uma das mais antigas moradoras da comunidade Cachoeirinha em seu diário datando 1º de Maio de 1982. Segundo ela, as famílias que chegavam de vários cantos do país após se instalarem e plantarem as primeiras roças sentiram a necessidade de catequese para os filhos e formação religiosa. Assim, escolheram um local onde podiam se reunir e rezarem. Na comunidade Cachoeirinha, o local foi o barraco de folhas destinado à escola primária, que havia sido construído para dar início às aulas. Sem a presença ou a permissão do Pároco, esses moradores iniciaram a comunidade utilizando-se dos conhecimentos religiosos que traziam de seus estados de origem, por exemplo, a reza do terço:

“Tudo começou em uma quinta feira santa. No dia 13 de Abril de 1982. Reunimos com as poucas famílias que aqui moravam e fizemos uma pequena celebração. Não foi uma missa, nem um culto, rezamos um terço, na pequena escolinha que a pouco estava funcionando. A Escola era um pequeno barraco coberto com folhas de coqueiro, mas foi o local escolhido para rezarmos com a autorização das professoras Leide e Ivani que atuavam na época. Este foi o nosso primeiro passo. Terminamos de rezar o terço que iniciado por dona Raimunda, que ao terminar convidou a todos para continuarmos a rezar na sexta feira uma parte da via-sacra e no sábado fazermos a virgília, visto que estávamos na Semana Santa... nem se quer tínhamos folhetos apropriados para o dia . Celebramos com a fé e uns folhetos já bem atrasados do ano de 1980 de uma comunidade de Ouro Preto onde Dona Raimunda e sua família participavam antes... Depois da celebração nos reunimos para a escolha da diretoria... Ao terminarmos a reunião já com a lista da diretoria... até que o Sr. Leandro foi à Paróquia com a lista da diretoria para termos o apoio do padre que já nos mandou material para as celebrações e o aviso da primeira visita”.  
(RAIMUNDA DA SILVA FERREIRA, 1º de Maio de 1982).

Durante a década de 1980, os padres combonianos e as religiosas da Congregação da Imaculada Conceição e Servas do Espírito Santo passaram a acompanhar as

comunidades e formar suas lideranças. Em 1987, chegou à Paróquia o Pe. Alcides Costa, missionário camboniano do Sagrado Coração de Jesus vindo de São Paulo e teve como principal tarefa continuar o repasse das Diretrizes Pastorais da Diocese enviadas pelo bispo da Diocese de Ji-Paraná.

Como consta no livro do III Plano de Pastoral, enviado às comunidades nos anos de 1984-1987, essas diretrizes davam continuidade ao II Plano de Pastoral que visava lutar com o povo pela sua libertação, colocando-o como sujeito dessa caminhada. Esses povos eram: os indígenas presentes na Diocese, em grupos reduzidos e marginalizados; os seringueiros, vítimas da ganância dos grandes grileiros, do abandono e das doenças; os migrantes, lavradores expulsos de suas terras pelo latifúndio e pelos grandes projetos do governo; o garimpeiro vítima do desemprego; o operário; a mulher marginalizada; os menores carentes; o jovem e os afro-descendentes (III PLANO de PASTORAL da DIOCESE de JI-PARANÁ 1984-1987, p.8).

O objetivo dessas diretrizes era evangelizar o povo da região à luz da opção pelos pobres apresentada em Puebla. Para realizar esse objetivo, a Diocese dedicou-se na organização das CEBs, que segundo o III Plano de Pastoral representavam “a mais bela realidade da Diocese.”<sup>25</sup>. Essa organização baseava-se na participação de todos os fieis, através de serviços ou ministérios divididos da seguinte forma:

1. Ministério da Coordenação ou Presidente da Comunidade, que exercia uma conexão com os padres e através desses tinham contato com o bispo. Também faziam parte desse ministério o Tesoureiro e o Secretário, que deveriam ser escolhido pelos membros da comunidade através do voto por um período de dois anos, podendo ser reeleitos.

2. Ministério da Evangelização ou da Palavra que exercia o serviço de ajuda à comunidade a crescer na fé. Eram os catequistas, Coordenadores de Grupos de Reflexão, Enviados de Boa Nova, Animadores de Grupos de Jovens, Preparadores de noivos e casais, Conselheiros e Equipe de Preparação aos sacramentos. Também podiam ser escolhidos pelo voto.

---

<sup>25</sup> Cf. III Plano de Pastoral da Diocese de Ji-Paraná 1984-1987, p.10.

3. Ministério da Oração e Liturgia que ajudava a comunidade a celebrar. Eram os Dirigentes de Culto, Ministros Extraordinários da Eucaristia, do Batismo e do Matrimônio, além dos Animadores, Músicos, Leitores e Zeladores.

4. Ministério da Ação Transformadora que deveria contribuir para o bem comum e para a transformação da sociedade. Eram os Agentes da Pastoral da Saúde e do Menor, Pastoral da Terra, Indígena e da Mulher, Equipes da Caridade e Coordenadores de Dizimo<sup>26</sup>.

O dever das Paróquias era formar conselhos para esses ministérios que era o Conselho de Pastoral Comunitário ou CPC com o objetivo de avaliar a caminhada da comunidade, o desempenho de suas atividades através de encontros mensais e repassar as discussões feitas nos cursos de formação pelos agentes de pastoral. A principal prioridade da Diocese era a formação de Grupos de Reflexão como sendo lugares de catequese comunitária que atingia todas as famílias que formavam as CEBs.

Os grupos deveriam se encontrar uma vez na semana e estudarem os livros de reflexão, que incentivavam a oração, mas também a analisar a realidade através do método ver, julgar e agir na busca de soluções para os problemas. Isso pode ser constatado no roteiro de encontros para Grupos de Reflexão do ano de 1982, produzido pela Diocese de São Mateus, Espírito Santo, distribuído pela Diocese de Ji-Paraná. O roteiro trazia temas para a discussão comparando a trajetória dos migrantes da região com a luta pela terra prometida do povo Israelita, de Abraão a Moisés, no livro do Gênesis. Os encontros buscavam animar a luta dos migrantes que saíam do estado do Espírito Santo e vinham para Rondônia buscando a “terra prometida”, além da reflexão sobre a dominação e exploração<sup>27</sup>.

Outro livro para Grupos de Reflexão de 1982 dizia o objetivo de seu conteúdo:

O conteúdo se prende a uma das três prioridades escolhidas para a Ação Pastoral até a próxima Assembleia Geral: a contemplação do homem de fé sobre a realidade social e política, visando a libertação total enquanto anuncia o Evangelho . Não é assunto novo entre nós; e nem pacífico para todos. Nem

---

<sup>26</sup> Idem. P.12-14

<sup>27</sup> .Subsídios para Cursinhos Bíblicos da Diocese de São Mateus, ES. 1982.

será assunto de sempre... (ROTEIRO DE REFLEXÃO A FORÇA DO POVO. DIOCESE DE SÃO MATEUS, ES, 1982, p.1).

Os encontros traziam temas relacionados à economia como fruto da política através de pequenos diálogos com um linguajar simples e pequenas charges que ajudavam a compreender a realidade, além de questões sociais com experiências vividas por outros agricultores que conseguiam produzir com métodos alternativos como adubação orgânica, meios de armazenagens de cereais, receitas caseiras para aproveitarem melhor os alimentos e informações de ecologia. Esses livros eram destinados às associações de agricultores, mas acabavam sendo estudados nos Grupos de Reflexão<sup>28</sup>. As lideranças também passaram a receber cartilhas sobre saúde e prevenção de doenças, que traziam dicas de higiene pessoal, conservação de alimentos, importância da vacinação das crianças e de cães, muito presentes nas casas das famílias, além do controle da natalidade. Abordava métodos anticonceptíveis e falava sobre a importância da organização sindical e a união da comunidade para a busca de direitos relacionados à terra, a preços justos para seus produtos, salários justos, assistência médica, etc; (CARTILHA SAÚDE, PAULINAS, SÃO PAULO. Nº 2, 1984).

A maioria das comunidades da Paróquia de Jaru foi criada na década de 1980. Para Mainwaring (2004, p. 268), esse período situava-se em um contexto político incerto sobre volta ou não da democracia. A Igreja Católica estava dividida entre os setores que queriam uma transformação mais radical e os setores que acreditavam que a Igreja não deveria se manifestar pela sociedade civil como antes, preferindo uma posição política mais cautelosa. Segundo Mainwaring (2004), a volta da democracia diminuía o incentivo que muitos bispos publicamente davam ao envolvimento político. Os livros de reflexão que propunham questões políticas para serem debatidas e refletidas, não apresentavam uma visão clara do que realmente a igreja queria. Como pode ser confirmado no roteiro para Grupos de Reflexão “A Força do Povo” (1982), que apresentava claramente um resumo de cada partido político que participaria das eleições:

Já escolheu seu partido? 1982 é ano de eleições... Agora rapidamente, iremos lembrar o que cada partido propõe, a fim de descobrirmos juntos se eles querem conservar, reformar, administrar ou transformar a política social e econômica da nação: Partido Democrático Social: PDS, formado por maioria

---

<sup>28</sup> Cf. Livro Agricultura Alternativa. Elaborado pelo Projeto Padre Ezequiel, Setor Agrícola, Diocese de Ji-Paraná, RO.

dos políticos da antiga ARENA e apóia o governo imposto pelos militares de 1964, não possui programa de reforma agrária ...defende o lucro dos patrões e favorece as multinacionais...Partido Popular: PP, partido apoiado por banqueiros e empresários, mas propõe reformas para a educação e prega direitos para todos.Partido Trabalhista Brasileiro:PTB,partido comprometido com o modelo atual, apóia o capitalismo, mas propõe reforma educacional,liberdade de imprensa e direitos de habitação. Partido Democrático Trabalhista: PDT, suas bases são os empresários, classe media, trabalhadores e marginalizados. Tem ligação com o Social Democrata, prega a Assembléia Constituinte e o controle do capital. Quer a Reforma Agrária, liberdade sindical e direito de greve. Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PMDB, suas bases são os grandes e médios fazendeiros. Propõe a Democracia, o controle das multinacionais, Reforma Agrária, livre organização de sindicatos. Partido dos Trabalhadores: PT, partido que defende a Reforma Agrária, livre organização dos trabalhadores, nacionalização de empresas, extinção dos aparelhos repressivos, combate à miséria, à doença à ignorância e os preconceitos (DIOCESE DE SÃO MATEUS, 1982, p.17-19).

A atuação dos membros da Igreja Católica na Paróquia de Jarú também era de cautela em relação à questão política, apesar do envolvimento da Diocese na produção de livros para os círculos bíblicos, para grupos de jovens, catequese, cursos de formação para lideranças, cursos de Fé e Política, de formação política e análise de conjuntura da realidade brasileira. A atuação da Igreja através dos combonianos na década de 1980 era de cautela, tendo em vista que as lideranças das comunidades não conseguiram se engajar na política, ou implantar nas associações de agricultores esse pensamento libertador. Isso pode ser observado nos depoimentos das lideranças no último capítulo da dissertação.

A Igreja na década de 1980 continuava com o propósito de dar preferência aos pobres, mas a atitude entre as lideranças leigas girava em torno do pronunciamento da CNBB de 1983<sup>29</sup>. O pronunciamento lamentava o alarmante processo de corrupção política, mas deixava claro que não competia à igreja apurar a veracidade de tais denúncias. Alertava que as eleições de 1982 se aproximavam e que a voz da igreja seria a defesa da “reconciliação”. Essa reconciliação estaria baseada na justiça e na criação de novos mecanismos de participação que envolvesse um novo projeto democrático, que aceitassem os questionamentos da nação em um regime político que estivesse a serviço

---

<sup>29</sup> O pronunciamento foi apresentado no Documento da CNBB nº 27 elaborado na 21ª Assembleia Geral em Itaici nos dias 6 a 15 de Abril de 1983.

do povo. A reconciliação nacional aconteceria pela liberdade consciente do voto, sem anular as falhas do passado, mas com um compromisso com o bem comum. (PRONUNCIAMENTO DA CNBB, 1983, p.36-39).

Nas visitas realizadas pelos agentes de pastoral da Paróquia de Jarú às comunidades eram consideradas um dia de festa. Os padres ouviam as lideranças, faziam palestras para os casais, enquanto os jovens e as crianças se encontravam em locais separados com as irmãs religiosas para cantarem, brincarem e se informarem. Depois dessa programação é que se realizava a missa. Nos depoimentos das lideranças pode ser percebido que os problemas eram discutidos, para que essas mesmas lideranças encontrassem uma solução. Muitas vezes o entusiasmo acabava após os agentes saírem da comunidade e os problemas continuavam até a próxima visita.

Na década de 1980, era muito forte a presença da Igreja no período da Quaresma, onde a Campanha da Fraternidade estimulava o método ver, julgar e agir trazendo todos os anos temas para a reflexão relacionados às questões políticas, econômicas e sociais. Exemplo disso são os trazidos pela campanha de 1980, que refletia sobre as migrações. A Igreja Católica assumia a causa dos migrantes, a partir das orientações de Puebla, e destacava a migração do povo nordestino para a Amazônia. Trazia dados das migrações internas e as de longas distâncias, além de denunciar o êxodo rural relacionado ao acúmulo de terra nas mãos de latifundiários (TEXTO BASE, CNBB, 1980, pp. 8-15).

Na Campanha da Fraternidade de 1981, o tema era Saúde e Fraternidade. A campanha abordava a saúde como direito de todos, além de chamar a atenção sobre os cuidados que todos devem ter para conservar a saúde, denunciava que a partir dos anos de 1960 o nível de vida e de saúde havia decaído em todo o Brasil nos setores nutricionais, saneamento básico, poluição ambiental e o aumento da mortalidade infantil. Incentivava a participação política, a organização social, e a luta por direitos civis e políticos<sup>30</sup>.

Ao lado do envolvimento na conscientização desses problemas na década de 1980, a Igreja Católica enfrentava o mais difícil e complexo desafio ao tentar manter a

---

<sup>30</sup> O tema da Campanha da Fraternidade de 1981 Saúde e Fraternidade e o Lema “Saúde para Todos” fazia parte d 18º Campanha da Fraternidade convocada pela CNBB desde o ano de 1962, ano em que o Episcopado Brasileiro começou oficialmente uma pastoral de conjunto, com o chamado Plano de Emergência, pedido por João XXIII. Cf. TEXTO- BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1983-CNBB, p.9.

influência numa sociedade cada vez mais pluralista e caracterizada pela competição religiosa dentro do cenário democrático, (SERBIN, 2001 apud AZEVEDO, 2004). O crescimento da população evangélica dentro da Diocese de Ji-Paraná foi outro assunto debatido principalmente na carta do Bispo D. Antonio Possamai enviada às comunidades. Era um costume do bispo enviar cartas referentes a algum assunto polêmico na sociedade ou dentro da Igreja. Na carta escrita em Outubro de 1988 com o título “Os católicos e os Movimentos Religiosos”, D. Antonio demonstrava sua preocupação com o crescimento dos grupos protestantes e o número de católicos que abandonavam as comunidades eclesiais de base.

Muitas lideranças deixavam seus serviços na comunidade e ingressavam nas igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais. O Bispo achava-se legítimo pastor para esclarecer aos católicos das comunidades e ajudá-los a serem firmes na fé:

São muitas as causas que facilitam o crescimento das seitas. Não vou descrever todas aqui. Não daria. Mas, vou, sim, apresentar algumas que sinto importantes para nossa realidade da diocese. a) A falta de uma maior consciência de igreja entre nós católicos e a falta de maior ação missionária. A verdade é está; nossos católicos não têm muito compromisso com a igreja. É verdade que também nós, padres e religiosos temos nossa culpa, mas é verdade também que os católicos quase não agem para difundir a verdade do Evangelho. b) O pouco conhecimento que os católicos tem dos ensinamentos da sua Igreja. A maioria parou com a catequese da primeira Eucaristia. Daí para frente não estudaram nada (CARTA PASTORAL DO BISPO D. ANTÔNIO POSSAMAI, OUTUBRO DE 1988, p.2).

O Bispo também atribuía a evasão dos católicos para outras denominações religiosas ao estado de penúria e as dificuldades em que essas populações se encontravam; a perda de suas raízes culturais, a falta de recursos para tratar as doenças, a pobreza, etc. Muitas famílias migrantes passaram a buscar no espiritismo e nas igrejas evangélicas a cura e apoio, ao invés de debaterem as soluções propostas nos livros de reflexão. A preocupação do Bispo era clara quanto ao afastamento dos fieis das questões políticas:

O atual governo dos EUA, no seu programa deixou bem claro que a Igreja Católica do Brasil não está de acordo com seus interesses por isso deve ser enfraquecida e combatida. Uma das formas mais fáceis... foi o de facilitar a

vinda para cá de muitas seitas e ajudá-las no seu crescimento. Este programa tem todo o apoio do sistema político-econômico e militar brasileiro... São religiões que não defendem a justiça, que não optam pelos pobres, que não ensinam o povo a unir fé e vida, fé e participação na vida da sociedade. (Idem, p.3)

Sobre o número de Evangélicos e outras denominações religiosas foi apresentado por Azevedo (2004, p.113) baseado nos dados do IBGE que dizia que em 1950, 93% da população brasileira declararam-se católicos apostólicos romanos, 3,4%, evangélicos; 1,6% mediúnicos/espiritualistas e 0,8%, de outras religiões com o mesmo percentual para autora os sem religião e sem declaração. Em 1970, o percentual de católicos caiu para 91,8%, em 1980 esse número foi para 88,9% e em 1991 o número de católicos chegou a 83,0% enquanto a população evangélica subiu para 10,0% segundo o autor, na condição de religião majoritária era uma dificuldade da Igreja em acertar o passo, diante desse novo quadro religioso, cultural e político<sup>31</sup>. A carta do Bispo D. Antônio referente a preocupação da população evangélica na Diocese passou a incentivar a participação nos Grupos de Reflexão, nas Pastorais, nos cultos e nos serviços da comunidade e as Paróquias da Diocese se empenharam para que ela fosse estudada pelas lideranças e divulgadas nas celebrações, além do envio de boletins de informação como o *Anunciando e Defendendo* e as *Revistas Sem Fronteiras* ou *Igreja do Brasil Aberta ao Mundo*. As *Revistas Sem Fronteiras* traziam informações sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil e no mundo, depoimentos de líderes religiosos sobre seus trabalhos missionários e também denúncias de violência cometidas contra membros da igreja. O que pode ser visto no número da revista de outubro de 1987, que trazia o relato do assassinato do Irmão Vicente Cañas:

O Irmão Vicente Cañas morreu. Assassinado. Seu cadáver foi enterrado no dia 16 de Maio por companheiros de missão que foram visitá-lo, preocupado por não terem notícias suas, há tantos dias. Ele estava junto à barraca que lhe servia de alojamento e depósito em suas idas e vindas até a aldeia dos índios *Ena-wené-nawé*, que ficava a uns 60 quilômetros, rio acima... o mandante talvez um madeireiro que ambicionava entrar nas terras dos índios para tirar madeira de lei que via no Irmão Vicente um obstáculo...(SEM FRONTEIRAS, OUTUBRO DE 1987 nº 153, p.18).

---

<sup>31</sup> Cf. AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. Estudos Avançados 18 (52), 2004, p.113-120.



Na década de 1980, a revista *Sem Fronteiras* era assinada, lida e divulgada pelas lideranças das comunidades. Ela chegava aos grupos de jovens, que tinham nelas um apoio para os encontros.

Outro fato de repercussão mundial que provocou na Diocese de Ji-Paraná um intenso trabalho pastoral de conscientização, encontros, celebrações e romarias foi o assassinato do Padre Ezequiel Ramim ocorrido na fazenda Catuva, município de Cacoal, RO no dia 25 de Junho de 1985. Pe.Ezequiel estava em Cacoal a cerca de um ano e meio e através do Conselho Indigenista Missionário desenvolvia trabalhos junto aos índios e posseiros (BARBOSA, 1985, p.3). A Diocese enviou às comunidades várias informações sobre o crime, o poema em cordel *O Assassinato do Padre Ezequiel Ramim “O Mártir da Terra”*, que além de contar a vida do missionário denunciava os assassinos:

Julho de 84 em Cacoal ele chegou nesta progressista cidade Pe. Ezequiel começou a sua grande jornada sequência daquela estrada que o destino reservou Latifúndios em Rondônia é o problema da disputa do fazendeiro ambicioso ao pequenino que luta por um pedaço de terra de campo ou de serra entre as terras devolutas. Os valentes latifundiários não dão o braço a torcer mesmo com as terras paradas não deixam ninguém mexer, quem mexe a sorte é ingrata ou o pistoleiro mata ou corre pra não morrer. (BARBOSA, 1985, p. 4-9).

Com a morte do Pe. Ezequiel, grande comoção tomou conta das comunidades, a paróquia de Jarú produziu camisetas com o rosto desse mártir. Um exemplo foi o nascimento de outra comunidade com o nome de Pe. Ezequiel Ramim, em 1986, localizada quatro quilômetros da Comunidade Cachoeirinha no Travessão Seis. Sofrendo com a distância que dificultava às famílias participarem da Comunidade Cachoeirinha, acharam por bem criar uma nova comunidade.

Apesar do engajamento político cauteloso da Igreja, diante das críticas e denúncias ao sistema político e econômico, alguns membros das CEBs optaram por ingressar no Partido dos Trabalhadores (PT). A respeito disso escreveu Della Cava (1986):

Algumas CEBs haviam optado pelo Partido dos Trabalhadores. Um agrupamento político inteiramente novo, formado por operários da indústria automobilística, intelectuais e jovens universitários, principalmente de São

Paulo... Apesar de sua hostilidade inicial contra a igreja e sindicatos católicos (as “oposições sindicais”), com as quais competia era agora duplamente identificado como “partido da igreja” ou, pelo menos, como “partido das CEBs” (CAVA apud KRISCHK E MAINWARING, 1986, p. 32).

Havia uma opção clara de alguns setores da Paróquia de Jarú pelas propostas do PT, como por exemplo, os grupos ligados à Pastoral da Juventude, à Pastoral do Migrante, à Pastoral da Terra e, principalmente, nos cursos de formação chamados de Fé e Política que contavam com a participação das lideranças das comunidades. A partir do encontro da CPT, que aconteceu em 24 de Setembro de 1987, os integrantes dos Cursos de Boa Nova visitavam as comunidades e debatiam em palestras os temas relacionados à terra, ao êxodo rural, às doenças e à violência no campo. O mesmo acontecia nos Cursos de Pastoral Política, realizados no dia 10 de Fevereiro de 1987 (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE JARU, 1976-2000, p.10).

Porém, na década de 1980, as lideranças da Comunidade Cachoeirinha não conseguiram eleger nenhum representante político como consta nos depoimentos do último capítulo. Essa derrota nas urnas do Partido dos Trabalhadores não foi sentida somente na região da Paróquia de Jarú, mas em todo o país no ano de 1982, como explica Della Cava (1986):

O fraco desempenho do PT nas urnas , em 1982, fez mais do que aturdir os neófitos políticos. Para a classe política de elite, trouxe o alívio de saber que a igreja das bases não era uma ameaça tão forte nem exigia uma audiência tão grande quanto a anteriormente haviam imaginado. Para as CEBs e os intelectuais da igreja do povo, trouxe a exigência de uma reavaliação em profundidade de suas posições perante a nova ordem política e a igreja como um todo. (CAVA apud KRISCHK E MAINWARING, 1986, p. 33).

Segundo Mainwaring (2004, p. 275), outro fator que contribuiu para uma atuação política da Igreja Católica na década de 1980 foi a rejeição do Vaticano às propostas brasileiras para a realização de missas populares: “Missa da Terra sem Pecado” e “Missa dos Quilombos”, apesar dos elogios aos bispos do Brasil, o apoio às Comunidades Eclesiais de Base e de criticar as estruturas sociais injustas do Brasil. O Papa João Paulo II atacou a Teologia da Libertação e condenou Leonardo Boff no ano de 1985, impondo-lhe um silêncio por tempo determinado.

Na Paróquia de Jaru as orientações para as CEBs foram dadas pelos padres Luis Folone (1984-1986), Liro Stoechetti (1986), Alcides Costa (1987), Mario Andrighetto e Alessandro (1988). Em 1988, ano da saída do Pe. Ambrósio Piazza<sup>32</sup> foi realizado um trabalho de grande significado pelas irmãs Servas do Espírito Santo e pelas Irmãzinhas da Imaculada Conceição, que de uma maneira ou de outra passaram aquilo que a Igreja almejava: manter sua influência mesmo ao número crescente de outras denominações religiosas que chegavam a se instalavam na região. De maneira bem material e bem colocada em seus objetivos, simbólica ou não, a Igreja manteve seu poder durante a década de 1980, tendo nas Comunidades Eclesiais de Base sua principal aliada<sup>33</sup>.

Partindo do princípio que na década de 1980 as principais informações que as famílias católicas da Paróquia de Jaru e, principalmente as famílias da Comunidade Cachoeirinha, recebiam eram as que a Igreja disseminava, os sistemas simbólicos cumpriram sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação que contribuem para assegurar a dominação (BORDIEU, 1989, p.11). Pois, eles contribuíram para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra. A Igreja conseguiu desempenhar seu papel de preferência aos pobres e ao mesmo tempo conseguiu cumprir as exigências de Roma de controlar as organizações sociais através de suas orientações. Provocando dessa forma uma dependência das lideranças das comunidades sobre o que fazer e qual o próximo passo a ser dado. Pois, esperavam que esse passo fosse indicado pelos agentes de pastoral em suas diretrizes e planos de pastoral. Bordieu escreveu sobre a razão de ser de uma instituição e suas palavras ajudam a compreender esse processo:

A razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e de seus efeitos sociais, não está na “vontade” de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados à diferentes posições (dos habitus) dos seus ocupantes, se geram as “vontades” e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos (Idem, p.81)

<sup>32</sup> Cf. LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE JARU, RO, 1976-2000, p.10.

<sup>33</sup> Vale ressaltar nesse sentido, o conceito de poder simbólico de Bordieu (1989): “É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é completamente ignorado, portanto, reconhecido: O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber o que lhe são sujeitos ou mesmo que os exercem (BORDIEU, 1989, p.7-8).

A situação em que as famílias recém-chegadas de vários estados do Brasil onde deixaram para trás suas raízes, seus parentes e a segurança que possuíam, foi de uma maneira aproveitada pela igreja que se apresentou como solidária diante dos sofrimentos do início da colonização. Era a igreja que oferecia maneiras de solução e de segurança, modelos de luta e busca de alternativas, mantendo assim seu poder e sua influência .

## CAPÍTULO III. MEMÓRIAS DAS PRIMEIRAS FAMILIAS QUE FORMARAM A COMUNIDADE CACHOEIRINHA.

### 3.1. Chegada a Rondônia

Na reconstrução das memórias das primeiras famílias que criaram a Comunidade Eclesial de Base Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha no início da década de 1980, ficou constatado que a maioria delas veio do estado do Mato Grosso. Porém, não era esse o estado de origem dessas famílias, mas o primeiro ponto de parada destas após saírem dos estados do Paraná e de Minas Gerais. Nesse ponto de parada, muitas famílias adquiriram pequenos terrenos, os quais foram vendidos para que pudessem adquirir marcações de terras de até vinte e um alqueires por preços baixos em Rondônia, especificamente no local que viria ser criada a Comunidade Cachoeirinha.

“Nós viemos do Paraná, do Paraná nós viemos para o Mato Grosso, moramos em Mato Grosso um ano e do Mato Grosso nós viemos para cá. A minha chegada aqui foi uma chegada um pouco complicada. Nós morávamos em Mato Grosso quando ganhamos do INCRA um lote aqui na região de Jarú. Saimos de lá com os filhos e o pouco que a gente tinha e viemos, mas não deu para vir para o lote porque não tinha estrada, ficamos no Ouro Preto mais ou menos oito meses, do Ouro Preto viemos para um sítio uma distância de catorze quilômetros do local onde era o nosso lote...”**(30 de Setembro de 2013,13h45min. Entrevista com Raiminda da Silva Ferreira).**

“Viemos do município de Cochim, casamos em Cochim e depois de casados voltamos para o Rio Verde, do Rio Verde para Campo Grande, de Campo Grande para Cochim e de Cochim voltamos para Rio Verde, de Rio Verde para Cochim e de Cochim para cá... A única coisa que eu tinha era uma pequena casa perto da minha mãe. Eu tinha terra, mas vendi e trabalhava de empregado. Aí o Zé Du disse: se você quiser eu te levo e não cobro nada. Eu falei, se eu vender a casa eu vou, aí eu consigo comprar uma terra lá. Porque morar na terra dos outros não é bom, já falei logo. Deus abençoou que eu vendi a casa, vendi quase pela metade do preço, só para vir mesmo. Falei para minha mãe: mãe com fé em Deus vou possuir uma terra para mim, porque na cidade não é para mim, não funciona, aí vendi a casa por quase a metade do

preço e vim com o Zé Du”. (28 de Dezembro de 2014, 16h30min. Entrevista com Levino Pereira Saraiva).

Algumas das famílias também haviam adquirido outras propriedades no Mato Grosso ou moravam em terras de outras pessoas trabalhando em arrendamentos. Ao virem para Rondônia foram novamente para terras arrendadas em outro município, por exemplo, o município de Presidente Médici.

“Lá no Mato Grosso morávamos em terra arrendada e nunca conseguimos comprar nenhum pedaço de terra. Em Presidente Médici trabalhamos também em terra arrendada e só fazíamos mal para comer. Lá tivemos quatro filhos e depois fomos para a linha 38 onde ganhei duas meninas e aqui na Cachoeirinha tive mais três meninos... A viagem do Mato Grosso para Rondônia foi muito sofrida. Primeiro viemos de Dourados até Cochim e depois de Cochim foram três dias de viagem. Era um areião só. Foram três dias e três noites. Viemos de ônibus só com as malas de roupas e as vasilhas da cozinha. As outras coisas ficaram lá. Não tínhamos nada que prestasse mesmo!” (07 de Outubro de 2014, 16h00min. Entrevista com Aparecida Cardoso Pereira).

A causa da vinda dessas famílias para Rondônia foi demonstrada em muitas memórias como busca de melhorias de vida, de extensão maior de terras e da facilidade em adquirir a terra por meio do INCRA ou comprando de quem já havia adquirido por meio de invasões.

“Morava na 603 e trabalhava nas terras de um conhecido e vim do Paraná. O José Carlos vendeu para mim uma marcação aqui, pensando que nunca ia ter nada e disse que achou um besta para passar a marcação, vim para o Cachoeirinha por volta de 1979 a 80. A marcação que ele fez não dava nem para fazer uma casa, eu comprei com o dinheiro do meu bolso, dei quinhentos e trabalhei num cafezal pura formiga na Três para pagar o restante. Comprei com a cara e a coragem, se não sair a estrada, eu vou plantar o que der, ia derrubar ...A área era de 42 alqueires, mas quando saiu a divisão foi de 21, mas o Baratela me deu a oportunidade de ceder para quem eu quisesse, aí eu cedi para o Sr. Oliveira. Eu fiquei com a parte de cima e ele com a parte de baixo. Eu achava que a estrada ia passar na picada de baixo pelo rio Cachoeirinha e quando saiu dividiu no meio a marcação e eu fiquei com a parte de cima perto do Delício e Antônio Goiano e o Oswaldo comprou do Delício. A marcação do Antônio Goiano ele vendeu para o Sr. Alcino.” (02 de Novembro, 09h00min. Entrevista com Leandro Leite Vieira)

“Nós viemos em 1983. Em Junho de 1983. Chegamos e ali direto para a Cachoeirinha. Viemos de Cochim, Mato Grosso do Sul, em busca de terra. A nossa terra era pequena e meu pai queria aumentar, buscar uma sobrevivência e aí viemos em busca dessa terra, a tão sonhada terra. Lá no Mato Grosso, a terra era nossa, mas era muito pequena. A sobrevivência não era ruim, nós vivíamos até tranquilos lá. Nós tínhamos quatro alqueires de terra, o padrão de vida era equilibrado, mas é aquele negócio: O sonho era crescer e aí a gente veio atrás de terra.” (01 de Setembro de 2014, 9h00min. Entrevista com Severino Dionísio Viana)

Em março de 1990, na cidade de Ji-Paraná, o Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes (CEPAMI), lançou uma pesquisa com dados do número de famílias que chegou a Rondônia por meio da BR 364 nos anos de 1979 ao ano de 1987 aumentando em grande proporção a população do Estado. A tabela apresentada na pesquisa nos dará uma idéia desse fato:

**Tabela 3**

| ANOS | POPULAÇÃO | Nº DE MIGRANTES |
|------|-----------|-----------------|
| 1979 | 419.643   | 36.791          |
| 1980 | 493.000   | 49.205          |
| 1981 | 572.000   | 60.791          |
| 1982 | 674.000   | 58.052          |
| 1983 | 770.000   | 93.723          |
| 1984 | 870.000   | 153.327         |
| 1985 | 1.040.000 | 151.621         |
| 1986 | 1.300.000 | 151.014         |
| 1987 | 1.500.000 | 97.000          |

FONTES: Censo Demográfico, 1980, DEI / SEPLAN (população estimada 1981 /83) in: 5 a ANOS DE MIGRAÇÃO EM RONDÔNIA 1979/83, Porto Velho, 1984. Nure / SEPLAN in: V ENCOTRO DE MIGRAÇÃO – Relatório Final, Fev. 87, pp.35 a 65. CEPAMI. Op. Cit., pag. 10

Das famílias entrevistadas, apenas duas famílias disseram que ganharam terra do INCRA, mas nenhuma relatou estar dentro de um projeto integrado de colonização

chamado Padre Adolpho Rhol. Sendo o INCRA o órgão responsável para essa distribuição nesse período, havia um processo seletivo e para essas famílias era natural e necessário sem perceberem o controle social que havia por parte do governo militar no final da década de 1970 e início da década de 1980.

“Saí do Paraná, de lá vim para a cidade Vera, Mato Grosso. Fiquei um ano na cidade Vera e aí veio uma turma conhecida minha para Ouro Preto, Rondônia. Eles escreveram para mim que em Rondônia estavam dando terra e aí eu vim da cidade Vera para Ouro Preto para a casa deles. Chegando lá fomos ao INCRA, fizemos a seleção e eu voltei para a cidade Vera. Trouxe minha mudança direto para Ouro Preto e da casa deles eu vim para o Soledade (Jaru) para a casa de outro amigo meu. Tirei uma lavoura de arroz e naquele ano mesmo eu entrei no meu lote no travessão quatro. Em Janeiro de 1980 eu mudei para dentro do lote. Eu queria vir para Rondônia, mas a turma dizia que em Rondônia tinha muita malária e era muito distante. Tinha vindo gente e já havia morrido de malária. Meus amigos me deram conselho e eu com medo não quis vir. Aí depois no Paraná eu fiquei doente de reumatismo e o médico falou para eu não morar mais lá, aí eu vim para a cidade Vera, MT...No Paraná eu não possuía terra porque já não tinha mais, teve uma época que o INCRA doou terra, mas é que eu morava na terra de uma pessoa que estava fora e aí o INCRA chegou para cortar a terra e eu avisei para eles que eu não tinha direito de tomar terra dos outros. Cheguei à casa dos meus amigos em Ouro Preto, Rondônia e viemos para o INCRA para fazer a seleção em Jaru. Primeiro eu vim para a casa de um amigo nas Duas Placas, em Jaru. Ele havia comprado uma marcação na 605 e o cara tinha mais duas para vender. Eu e o senhor Lindolfo compramos. Comprei uma e ele outra e depois nós fomos lá no INCRA fazer a seleção. Ninguém sabia se íamos passar ou se íamos ficar com a terra que compramos, porque o cara vendeu a terra e foi embora, demos uma entrada e o restante pagaria com o que produzisse na terra. Quando fui em Mato Grosso e voltei, eu já havia passado na seleção, o INCRA me chamou para pegar meu lote e aquela marcação que eu comprei, perdi. O INCRA perguntava se era casado, tinha que ter documentos pessoais e perguntava qual a lavoura que plantava qual o plantio que já tinha trabalhado e eu desde criança fui criado na roça. Em Minas Gerais nós plantávamos cana, mandioca e fazíamos rapadura. Em São Paulo eu plantava algodão e batatinha. Depois me casei e fui para Minas Gerais e plantei lavoura de eucalipto, milho, feijão, algodão. De lá vim para o Paraná e continuei com a lavoura de milho, algodão, arroz, trigo, soja. Aí eu contei lá no INCRA e tirei em primeiro lugar das turmas alcançando mil pontos, das terras da Linha 605.”(21 de Outubro de 2014, 14h00min. Entrevista com José Marques Ferreira)



Percebe-se que um primeiro grupo de pessoas veio primeiro em meados da década de 1970 e ocupou pedaços de terras na Linha 605, trinta e cinco quilômetros da BR 364. Essas marcações foram vendidas a um segundo grupo que chegou no final da década de 70 e início da década de 1980. Essas marcações eram compradas por agricultores que não tinham certeza de que essa terra ficaria em suas mãos depois que o INCRA repartisse de forma legal e mesmo assim faziam os primeiros trabalhos no terreno como derrubada da mata e plantações de alimentos. Após a entrega dos lotes, alguns proprietários vendiam seus lotes por preços irrisórios.

“Antes de vir para Rondônia veio uma vizinha minha próxima do meu lote que era Dona Angelina... O ‘Dotor’ veio e eu vim com ele para Rondônia na ideia dele. Dona Angelina já tinha vindo com o filho dela, o Antônio Cardoso... Eu vim para conhecer as coisas, aí cheguei aqui e gostei demais e falei para ele: ‘Dotor’, não é que eu tenho orgulho, mas o lote para você é esse aqui que estou hoje, já que sua sogra está aí do lado. Esse lote aqui é uma terra boa. Desci aqui para dentro com o Luizinho, era cheio de pau d alho e aquela fruta nativa da terra, o cacau. Era o que tinha cacau nativo. O Luizinho falou: Essa terra aqui que tem cacau nativo é a melhor terra. Eu falei pro ‘Dotor’: O lote para você é esse daqui. Aí tudo bem, eu fiquei mais um ano e meio no Mato Grosso, vendi e vim de mudança para cá. Chegando aqui ninguém tinha comparado ainda esse lote. Tinha o Bastião aqui na frente que era o Sebastião Pinto e tinha esse lote aqui que eu tinha gostado dele, aí o compadre Natalino me levou lá em Jaru, eu devo esse favo a ele, me levou no Kenedi, que comprava borracha antigamente, ele tinha comprado do Antônio Goiano. O Antônio Goiano tinha ganhado do INCRA com o compadre Leandro, mas o Antônio Goiano tinha dado pro Kenedi a troco de um fusca, naquele tempo a muitos anos atrás a troco de um fusca. Eu disse: compadre Natalino o negócio é esse, se ele vender esse lote aqui... O Kenedi falou assim para mim: vou no Ji-Paraná com você e passo um documento como esse lote é seu. Eu disse: Não, eu pago para você a vista, mas sua mulher tem que assinar a desistência, ela era a dona, aí eu fico com o seu lote. Aí tudo bem, nós fomos no Jaru...Eu não ganhei do INCRA esse lote, eu comprei do Antônio Goiano, mas direto do Kenedi porque ele tinha vendido a troco de um fusca velho. O Antônio Goiano era um cara novo tinha duas crianças e foi ele quem ganhou do INCRA e vendeu para o Kenedi.”(02 de Dezembro de 2014, 16h00min. Entrevista com José Pedro da Silva)

“No dia que o INCRA veio cortar as terras, tinha um cara que queria tomar minha marcação. Eles chegaram no meu barraco, tinha trezentos

homens em volta do meu barraco. Aí no outro dia cedo eles disseram assim: Quem quiser lote nos acompanhem, mas de noite eu conversei com o Baratela que havia um homem que queria tomar meu lote. Havia outro cara que tomava conta das picadas e sempre ele ia lá para casa almoçar e perguntou como era o meu nome e topou o Baratela e ele pediu encarecidamente que o lote que aquele ‘barbudo’ está, você não dá para ninguém, custe o que custar, porque todo mundo que chega ele acolhe lá dando o que comer e tudo. Aí chegou o Delício e outros que queriam falar com o Baratela, porque tinha o lote pareado com o meu. O Baratela já estava desorientado e quando foi lá pelas onze da noite ele disse que não queria ninguém no barraco. Ele largou a mochila ali e de quatro fiscais, mas eu peguei as mochilas e levei para casa, porque eles tinham que cortar folhas de coqueiro e fazer um barraco. Eles ficaram caçando as mochilas e acharam que tivessem sido roubadas. Eu disse que estavam guardadas no meu barraco e que podiam arrumar as redes e dormir tranquilo. A turma ficou em volta esperando eu falar com o Baratela, mas o Baratela disse: Ninguém me incomoda porque quando o dia amanhecer aquele que me acompanhar pegará lote e quem não for ficará sem lote. No dia seguinte ele pegou minha foice e chegou lá em cima e disse: Lote 1, Gleba 4 é para o Leandro, você passou na seleção? Não sei se passei, mas tenho quatro dependentes, uma mulher e três filhas. Vou mudar para aqui logo, logo. O mandiocal foi eu que plantei, o barraco foi eu que fiz. minha família estava na 3, na terra do Joaquim Lucio, não do Jetro. Aí ele entregou a foice para mim e disse: Pode limpar a cabeceira da sua fazenda. Nossa Senhora, foi o dia mais feliz da minha vida! Poucos dias eu falei para minha velha para mudar para o lote, mas ela disse que lá não tinha nada. Fui primeiro ali por volta de 1979 a 80 e nove meses depois chegou a estrada”(02 de Novembro de 2014, 09h00min.Entrevista com Leandro Leite Vieira)

Saindo do Paraná ou não, todas as famílias passaram por Mato Grosso, mas nenhuma delas mencionou a propaganda do governo em trazer homens sem terra para terra sem homens ou que a Amazônia era um vazio demográfico e uma solução para os Nordestinos e Sulistas sem terra que se organizavam em lutar por uma reforma agrária. A Comunidade Cachoeirinha foi formada por esse segundo grupo que veio para Rondônia não pela propaganda do governo, mas pela propaganda de vizinhos e amigos que vieram primeiro.

“Dona Angelina veio primeiro e fez uma propaganda muito grande. “Você plantava arroz até nos tocos”. Ela veio em 1980. Naquela região não tinha

esse tipo de propaganda. Somente dos que vieram primeiro.” (**Severino Dionízio Viana**)

“Vim para cá caçar melhora da situação. Lá tava difícil para gente fraco, aí o Zé Dudu veio, porque o ‘Dotor’ já morava aqui, ele disse que aqui era o céu, chegou lá e disse: Olha vocês derrubam, plantam a roça e não arranca um pé de mato, não dá mato de jeito nenhum. Aí nós ficamos doidos. O Zé Du disse: Estou falando o que eu vi, mas não estou chamando ninguém não. Se vocês quiserem ir sem ver, não sou responsável pela vida de ninguém. O cara tava pedindo mil contos nesse lote aqui e o dinheiro que eu tinha no momento era quatrocentos. O Dotor pelejou, pelejou, ele agoniado para ir embora e o Zé Du disse vai lá e faz outra proposta. Se ele pedir novecentos, nós damos seiscentos e fica devendo trezentos, no prazo de noventa dias. Ele pegou o dinheiro e sumiu.” (**Levino Pereira Saraiva**).

“Lá no Paraná eu já sabia da doação de terras em Rondônia, mas só que eu não vim. Esse conhecido meu é que veio e falou para mim, porque o INCRA deu uma quantia de terra e parou. Aí eles iam dar outra remessa em 80. Eles deram até 72 por aí, em 80 iam dar outra remessa, aí eles se comunicaram comigo e dessa forma eu vim para Rondônia. A primeira remessa era de quarenta e dois alqueires, já a remessa de 80 era de vinte e um alqueires para cada parceleiro. Não havia propaganda do governo. Quem contou para mim lá no Paraná foi quem veio para Rondônia e voltou para lá para casa de amigos e esses amigos combinaram vir embora para Rondônia.” (**José Marques Ferreira**).

“Vieram parentes na frente, vieram primeiro, gostaram e foram buscar a família e aí nós viemos atrás. Ficamos vizinhos deles por um tempo e depois esparramamos”. (**Aparecida Cardoso Vieira**).

Nota-se uma repetição de lembranças nessas falas sobre a chegada a Rondônia tanto dos que vieram em caminhão pau-de-arara ou de ônibus. Sobre esse assunto, Santoro (2011, p.18), reforça que a repetição de informações é que dá maior sentido às entrevistas. A repetição de atitudes definidas do passado é que garantem as regras da vida social que se baseiam nelas para confirmarem o presente (MEIYI, 2005, p.75). Três décadas se passaram e essas famílias mantêm essas memórias vivas por ainda viverem próximas uma das outras e mesmo as que não estão próximas estão ligadas por laços de amizade e religiosos como o apadrinhamento dos filhos através dos sacramentos

realizados pela Igreja sendo os principais o batismo e a crisma. Sobre a duração da memória, ressalta Halbwachs (2006):

A duração da memória está limitada à duração da memória do grupo. Isso significa dizer que há necessidade de preservação de elos entre os integrantes de um grupo para que sua memória permaneça (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Já Pollak (1992, p. 200-212) afirma que a memória é constituída de elementos vividos pessoalmente ou acontecimentos vividos por tabela e que essa mesma memória pode ocorrer transferências e projeções com aquilo que continua sendo repetido nas conversas entre familiares e rodas de amigos para darem sentido a sua própria identidade. Nesse sentido acrescenta Thompson (1992):

Por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança, e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história... Pelo sentimento de descoberta nas entrevistas, o ambiente imediato também adquire uma dimensão histórica viva; uma percepção viva do passado, o que não é apenas conhecido, mas sentido pessoalmente (THOMPSON, 1992, p. 21-32).

### **3.2. Acesso aos Lotes de Terra e os Primeiros Anos de Ocupação.**

As famílias que iniciaram a Comunidade Cachoeirinha começaram a chegar com seus pertences a partir do ano de 1980. Esses pertences eram somente coisas necessárias ao uso doméstico e pessoal enquanto outros pertences de menor necessidade foram deixados para trás nos locais de origem. Ficou registrado em suas memórias que primeiro vinha o chefe da família, no caso o homem, e os filhos mais velhos quando havia. Os primeiros trabalhos feitos nos sítios ainda em mata virgem era a derrubada, a preparação da terra para as primeiras plantações e a construção das primeiras moradias feitas com o que a floresta oferecia como folhas de coqueiro, lascas de árvore e tábuas rusticamente produzidas com o uso do machado e do facão.

“Comecei de machado, plantei como primeiros produtos o arroz e o milho. Plantei um pedacinho de capim para ter uma vaquinha para dar leite para as crianças porque ninguém tinha. A primeira colheita que eu fiz de arroz, milho

e feijão eu comprei três vaquinhas. Hoje a criação que eu tenho começou naquele tempo. A minha primeira moradia foi um barraquinho coberto de folhas de coqueiro cercado de prancha do outro lado da Cachoeirinha. Quando nós mudamos, eu tinha derrubado três alqueires. Nós chegamos num dia e no outro pus fogo. O fogo virou para dentro e ameaçava queimar o barraquinho e nós buscando água e água para não queimar... caiu um pedaço de pau pegando fogo e caiu bem próximo da minha filha Leoneuza, se batesse em cima dela esbagaçava ela na hora. Deus abençoou que não aconteceu nada. Então isso marcou. Os apuros que você passou e a gente foi protegido por Deus.” **(02 de Novembro de 2014, 09h00min. Entrevista com Leandro Leite Vieira)**

“Tínhamos sete filhos e todos vieram para cá. Os dois mais velhos sempre estavam juntos do pai trabalhando e nós ficamos parados no sítio de um amigo com as outras crianças menores, até que conseguissem abrir uma trilha na mata para que a gente pudesse chegar até o local do nosso lote e chegando ao nosso lote, tinha coisas plantadas, porque meu marido que veio primeiro antes da gente foi plantando. Ele plantou manga, arroz, um pouco de milho, já ia derrubando a terra e já ia plantando o que podia plantar. No ano que nós viemos, chegando à entrada do nosso lote, a dois quilômetros, o pouco que a gente trouxe tinha que ser carregado nas costas porque não tinha estrada. Tinha apenas uma pequena trilha mata adentro até chegar ao local do nosso lote. Chegando ao local do nosso lote também não tinha casa, era um barraquinho coberto com folhas de coqueiro, beira chão, onde nós acampamos com as crianças e toda a família.” **(30 de Setembro de 2013, 13h45min. Entrevista com Raimunda da Silva Ferreira).**

O acesso à terra na memória de José Pedro, Severino Dionízio Viana, Lucinete Ferreira Saraiva e Levino Pereira Saraiva destacou-se primeiramente a experiência da viagem no caminhão pau-de-arara. Apesar dessas famílias virem no mesmo veículo e passarem pelas mesmas dificuldades, há respostas diferentes sobre algum fato que ocorreu. A esse respeito poder-se-ia dizer que houve omissão de detalhes ou invenção de pensamentos para preencher o esquecimento, porém ressalta Halbwachs (2003):

Para que a memória se beneficie dos outros, não basta que elas nos tragam seus testemunhos: É preciso também que elas deixam de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contrastes entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstituída sobre base comum. (HALBWACHS, 2003, p. 39)

“Eu comprei esse caminhão, vendi minhas 15 hectares de terra no Mato Grosso comprei o caminhão por mil e quinhentos contos, aí chamei o Bastião Viana, o Levino e o Rubinho. Eu disse: Levino vamos para Rondônia, você mora aqui no Rio Verde no Mato Grosso, o pedacinho de terra que você tinha já vendeu e comprou uma casinha na cidade, vamos para Rondônia. Já o Bastião Viana e o Rubinho vieram na minha ideia, no meu pensamento eles disseram: Você é nosso vizinho e quase um parente, você vai trabalhar atrás de serviço, nós confiamos em você, aí viemos e graças a Deus chegamos aqui. Quando eu comprei o caminhão, mandei um rapaz enlonar ele e por aqueles ares de ferro e disse a ele que não queria nenhuma bala doce do caminhão, só o queria enlonado para a viagem. O Levino eu fiz a cabeça dele para trazê-lo, mas o Bastião Viana e o Rubinho vieram com a confiança em mim e eu até fiquei com medo quando chegassem em Rondônia eles não gostarem e colocarem a culpa em mim, mas graças a Deus o compadre Bastião até hoje, não está mais vivo, mas nunca reclamou de Rondônia. O Rubinho nunca reclamou também, pegou algumas malárias, mas está bem. Nós pegamos as coisas melhorzinhas e trouxemos e as mais ruins deixamos para trás. No caminhão nós tínhamos cinco fogões a gás para dividir bem no meio. Pertinho dos filhos de cada um nós trouxemos cinco sacas de arroz limpo, trinta sacas de arroz com casca para plantar aqui, arroz que plantávamos em Mato Grosso, um tal de arroz Carolina, um arroz bem curtinho, mas um bom arroz. Gastamos oito dias de viagem para chegar aqui bem debaixo daquele pé de manga. O rapaz que me trouxe era um fazendeirinho lá do Mato Grosso, ele havia comprado a terra da minha vizinha, a Dona Angelina, e ele falou assim: Seu Zé, não ele não falava o nome da gente, ele chamava todos de ‘Coisa’. Olha, ‘Coisa’ eu comprei as terras da Dona Angelina e perdi, porque ela tinha duas meninas menores de idade e o dinheiro estava nas mãos do Juiz, era a mulher do Vicente e a outra era a Lurdinha, como as meninas já estavam maior nessa época, eu preciso ir para Rondônia. Levo o caminhão e vocês até onde vão, não cobrarei nada, só quero a comida na estrada. Então nós viemos e nesse sertão do Mato Grosso só havia areia, até que conseguimos chegar depois de oito dias. Para cozinhar nós chegávamos perto dos rios e daqueles córregos no Mato Grosso, parávamos por volta de dez ou onze horas, as mulheres ficavam em cima do caminhão fazendo as comidas e os homens iam para a beira dos córregos, andar por aqueles campos e quando a comida estava pronta, as mulheres nos chamavam e aí nós vínhamos. A minha mulher havia feito a comida para minha família, a do Bastião para a família dele, cada uma fazia para sua família e subíamos no caminhão para comer”.

**( 02 de Dezembro de 2014, 16h00min. Entrevista com José Pedro da Silva)**

“Viemos de pau- de –arara. Veio a família do Zé Dudu, família do Levino, do Rubem e a do meu pai. A viagem teve a duração de sete dias. Nessa viagem a dificuldade maior da época é porque não tinha a BR ainda naquela região de Mato Grosso e passávamos pelo areão. O areão foi a situação mais complicada. Para alimentarmos, trazíamos um fogão, parávamos e cozinávamos as comidas e passávamos a noite acampados debaixo de lonas e depois tocávamos a viagem todos amontoados e no fundo do caminhão havia um caixotão com mais ou menos dez cachorros.” **(01 de Setembro de 2014, 9h00min. Entrevista com Severino Dionízio Viana).**

“Foi uma experiência que nunca mais quero passar e foi única. Nunca tinha passado, mas graças a Deus foi tudo em paz. Foi um sofrimento, havia muito areão, havia desvio para o serviço do asfalto, mas era um areão assim que fazia aquelas valetas que se fosse um carro baixo ficava lá. Mas o nosso carro era grande e veio bem, parava só para fazermos as comidas nos lugares que tinha córrego, água para fazer comida, lavar vasilhas, banhar as crianças. Dentro desse caminhão pau de arara, uma parte foi fogão, cama. Essas coisas assim que eram de casa a gente trouxe: colchão, cama, fogão e berço de criança, mas o resto mesmo ficou para trás. Uma parte das mulheres fazia as comidas e outras buscavam água. Geralmente eles tiravam o fogão para fora a comida era feita junto, tudo junto num panelão só, mas eram repartidos os serviços, banhar as crianças, lavar as roupas. Vieram crianças, nessa época era a Cidinha minha e a Patrícia. A comadre Preta tinha o Fabinho nenezinho e do Bastião Viana tinha a Lídia [...] Do Mato Grosso até Rondônia demorou uma base de seis dias.” **(28 de Dezembro de 2014, 16h30min. Entrevista com Lucinete Ferreira Saraiva).**

Portanto, o esquecimento de algum detalhe ou o preenchimento de alguma lembrança por outra são resultados da limitação de tal memória pelo grupo que a viveu. A memória individual de José Pedro da Silva é um ponto de vista sobre a memória coletiva que muda segundo relações que mantém com os outros. (HALBWACHS, 2003, p.69). Em sua fala, o depoente reclamou que a união das famílias nos dias atuais não é a mesma de antigamente:

Não houve nenhuma briga na viagem, graças a Deus. Éramos muito conhecidos um do outro, para falar a verdade, éramos uma única família, antigamente era uma paz diferente de hoje. ” **(José Pedro da Silva)**

Se essa memória vem sendo apagada é porque não vem sendo lembrada pelo grupo que a experimentou por não ser tão importante como outras que permaneceram.

Dessa forma, conclui o autor, *que quanto mais os grupos que se tocam, se distanciam, ou quanto mais numerosos são eles, mais a influência de cada um é enfraquecida* (p.56). Nesse caso, os depoentes que se lembraram de como tiveram acesso a seus lotes selecionaram suas memórias reforçando detalhes que ainda são lembrados por eles em suas conversas. Para Meihy (2005, p.77) além de seletiva, a memória é também dinâmica e mutável, sujeita às vicissitudes das circunstâncias. Sobre isso reforça Rousso (1992):

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado... A memória para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional (ROUSSO, 1992, apud MARIETA & AMADO, 2005, p. 96).

Corre-se o risco de pensar que essas lembranças são erradas partindo do pressuposto de suas contradições principalmente se tratando do número de dias da viagem, dos objetos sobre o caminhão, ou simplesmente a distribuição de serviços durante a viagem, mas Portelli (1997, p.27) lembra que *não há falsas fontes orais. Afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas” e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis*. Já Pollak (1992) ao dizer que a memória possui elementos que são acontecimentos vividos pessoalmente ou por tabela, também deixa claro que na memória existem caracterizações, sendo a primeira a própria seleção da memória que não grava tudo, que não registra tudo e que pode herdar de outras memórias detalhes em que a pessoa pede não ter vivido. Dessa forma, para o autor, a memória é um fenômeno construído e organizado em função das preocupações pessoais e políticas do memento em que foi instigada a ser exposta (POLLAK, 1992, p. 200-212). As memórias esquecidas nas falas de algum depoente e que entraram em contradição não prejudicam a história da Comunidade que eles mesmos querem manter viva, para Bosi (1987):

Os fatos que não foram testemunhados, “perdem-se”, “omitem-se”, porque não acostumam ser objeto de conversas e de narração a não ser excepcionalmente, assim, quando o sujeito os evoca não vem o reforço, o apoio contínuo dos outros; é como se estivesse sonhado ou imaginado (BOSI, 1987, p.27).



### 3.3 As Primeiras Formas de Organização das Famílias.

Até o ano de 1983 dezenas de famílias foram ocupando as terras no local que viria a ser a Comunidade Cachoeirinha. No primeiro momento não se pensou numa forma de organização que atingisse todos os moradores próximos que poderiam ter vindo outro lugar desconhecido, mas cada família que chegava primeiro ajudava as outras sendo dessa forma o começo de uma organização que começaria logo depois.

“Aqui só tinha um barraquinho bem ali, aqui tudo era mato e um capoeirão. Esse sítio aqui já tinha até título, mas ninguém sabia onde estava o primeiro dono ‘Zé do Saco’, ele que comprou a marcação... Aí comprei por novecentos. Com muita luta e muita peleja, eu consegui fazer o resto. Foi muito sofrido com duas meninas pequenas, sem condições. Deus abençoou que o Dotor me deu feijão de graça, o Moisés me deu arroz para bater na pia para me ajudar porque eu não tinha condições, aí minha vida foi indo. Eu trabalhava três dias para os outros, muitas vezes trabalhava quatro e três para mim. Cansei de cortar arroz de domingo, empilhar para o Luizinho, para o Zé Du, fazia só para sobreviver, era uma vida sofrida, não vou falar que andava bem vestido, porque não andava mesmo. No segundo ano a malária me pegou, a mulher e a Cidinha. Eu não tinha nenhum centavo e por último fomos para o Jarú e chegando lá a SUCAM estava em greve, a minha sorte que o Dedé me deu cinquenta contos. Chegamos aqui e encontramos a comadre Angelina e a comadre Lena que nos acolheram porque eles tinham feito uma casa melhor e o barraquinho que eles moravam antes a gente repartiu com a comadre Preta enquanto fizesse a casa dela lá e o meu barraquinho aqui.” **(28 de Dezembro de 2014, 16h30min. Entrevista com Levino Pereira Saraiva e Lucinete Ferreira Saraiva).**

“Os doentes chegavam e deitavam lá, ficavam com os dentes tremendo igual queixada e lá eu dava comida e depois que melhoravam iam embora. Nós tiramos gente na rede, igual à mulher do Delício que nós tiramos na rede e levamos para a rua. Graças a Deus não morreu ninguém. Era um tempo sofrido, mas o povo parece que tinha aquele amor um no outro, aquela consideração. Nós éramos sete famílias quando mudamos para ali. Todos os dias nós sabíamos um do outro... quando era o meu dia eu fazia um círculo até chegar ao derradeiro. Todo santo dia nós sabíamos um da vida do outro.” **(02 de Novembro de 2014. Entrevista com Leandro Leite Vieira).**

Percebe-se que as famílias já se organizavam através da mútua ajuda. O desejo de um local de culto para se encontrarem foi uma consequência dessa união entre elas tendo em vista que a maioria era católica. Em todos os depoimentos foi destacado que a primeira forma de organização social foi realmente a construção de um barraco de folhas e de lascas de árvore no início de 1982 para ser a capela e a escola primária. Esse ponto de encontro além de servir para manterem viva a fé como arma diante das dificuldades em que passavam, também servia como ponto de reuniões que poderiam sair ideias, projetos, troca de experiências ou simplesmente o sentimento de irmandade em que havia nas pequenas comunidades de base.

“No início, as poucas famílias que moravam aqui eram quase todas católicas e não tinha igreja. A igreja mais próxima que tinha era com uma distância de quinze quilômetros, não dava para a gente participar. A gente sentiu falta, sentiu necessidade de uma igreja, da catequese para os nossos filhos, então nós resolvemos nos reunir e combinar para formarmos uma comunidade. Foi até numa quinta – feira da semana santa, a gente se reuniu para rezar um terço e após esse terço já convidei as pessoas para no Domingo de Páscoa nos reunirmos novamente para fazer uma pequena celebração visto que era o dia da ressurreição de Jesus e nessa celebração, as famílias todas participaram e nós terminamos a celebração e já combinamos de fazer a comunidade. Todo mundo se prontificou em ajudar e formar a liderança. Já recebeu o nome de Cachoeirinha. Era para ser Nossa Senhora Aparecida, mas de Cachoeirinha, e aí nós já fizemos a lista da liderança para depois levar à Jarú para os padres para que eles nos apoiassem para nós formarmos a comunidade. O nome Cachoeirinha que esse lugar recebeu e a comunidade, é um pequeno rio que o pessoal do INCRA quando estava marcando os lotes, colocando os marcos nos lotes para serem distribuídos cada um para seu dono, fazendo trilha mata a dentro, descobriram esse riozinho, um riozinho pequeno todo cheio de lajes, muita pedra que formavam ali uma pequena cachoeira, então era ali o ponto de descanso deles na ida e finais de semana na volta para casa de cada um. Ali eles paravam descansavam, cozinhavam seus alimentos e colocaram o nome de Cachoeirinha. Então era o ponto deles, era no rio Cachoeirinha, vamos nos encontrar no rio Cachoeirinha, vamos parar hoje no rio Cachoeirinha e ficou esse nome de Cachoeirinha e foi o nome que nós também colocamos na comunidade: Nossa Senhora Aparecida de Cachoeirinha”.**(30 de Setembro de 2013, 13h45min. Entrevista com Raimunda da Silva Ferreira).**

“Era só rezando nas casas de uns e de outros, aí sua mãe se coleou com as outras e comigo também e fez uma igrejinha de palhas, assim tudo cercadinha,

tapada de palhas. Ela falou isso? Tudo tapado de coqueiro e ali ficava assim de gente. Ali rezávamos, fazíamos o terço, todos alegres, contentes, aquele amor uns com os outros. Ninguém fazia cara feia para ninguém e isso custou muito tempo. Aí sua mãe foi falando e foi juntando até que começou aquela que tem até hoje. Então ela custou a sair, mas graças a Deus ela saiu”. **(02 de Outubro de 2013, 14h00min. Entrevista com Ana Maria Alves).**

Na pesquisa realizada pelo CEPAMI (1990, p.22) ressaltou que a grande maioria dos entrevistados por ele disseram que participava de um movimento ou entidade. Em ordem de prioridade, aparece em primeiro lugar a igreja/ CEBs, seguindo-se do sindicato, lutas concretas e partido político. Entretanto, reforçou a pesquisa que em porcentagem, a grande maioria participava a nível religioso apenas. Somente 3,20% declararam que participavam de partido político e 3% no sindicato. Em toda a Diocese de Ji-Paraná a realidade das CEBs era semelhante, além de ser local do culto, era também o local da diversão, dos jogos e brincadeiras que sempre aconteciam após o culto dominical. Tais lembranças reforçam que o domingo era o dia em que os integrantes da comunidade reforçavam suas raízes e buscavam seu próprio sentimento de identidade, tanto individual como coletivo. A esse respeito, cofirma Pollak (1992, p.16) que a memória constituinte do sentido de identidade é também um fator extremamente importante do sentimento da continuidade e da coerência de uma pessoa ou de um grupo em reconstrução de si.

“Quando cheguei a Comunidade já estava em funcionamento, mas como eu já tinha uma proximidade com seu Leandro e a família dele, do seu Zé Marques e aí eles contavam que o pessoal que veio do Sul, Mato Grosso e Paraná, veio para ali e sentiram a falta da comunidade onde podiam se reunir, celebrar a palavra de Deus, onde podiam estar contando as histórias e dividindo as dificuldades e aí foi essa carência de se buscar a comunidade. Eu gostava de se envolver e chegando ali pela primeira vez, não sei se já havia uma propaganda da família que gostava muito de participar de comunidade. Na primeira vez eu já me arrisquei e dei um depoimento na comunidade e baseado nesse depoimento... no primeiro ano que foi em 84 já assumi a dirigência da comunidade. Na época não tinha pessoas que faziam a homilia e a gente partilhava alguma coisa, mas não fazia uma homilia direta e a partir daí a Paróquia investiu bastante e formamos um grupo de homilia com Dona Raimunda, o Manoel, eu, e começamos a formar um grupo e aí foi o pontapé inicial para o meu envolvimento na comunidade Cachoeirinha”. **(01 de Setembro de 2014, 9h00min. Entrevista com Severino Dionísio Viana).**

“Íamos para o culto e para a diversão. Após o culto aproveitávamos para as reuniões. Saíamos a pé com as crianças para os grupos de reflexão até o seu Leandro no barro e hoje tem asfalto e moto e muitas vezes está desanimado, está mais fácil para batizar os filhos. Antigamente havia muitas exigências, se não participasse dos grupos de reflexão não podia batizar os filhos.”

**( Lucinete Ferreira Saraiva).**

Na memória de Leandro Leite Vieira e José Marques Ferreira destacou-se a lembrança dos trabalhos como lideranças na comunidade para conseguir unir as pessoas através da igreja, mas também a busca de lazer e de melhorias para todos. Esse sentimento de liderança soou como um grande orgulho por parte desses depoentes, hoje na terceira idade demonstrando a sua colaboração para a formação da comunidade. Nesse sentido a história oral tem uma fundamental importância que segundo Thopson (1992):

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo... Tráz a história para dentro da comunidade e extrai a história dos menos privilegiados, especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança (THOMPSON, 1992, p.44).

“Levamos uma igreja e lá era o encontro da religião, encontro da EMATER. Tinha encontro da igreja e aí depois entraram as famílias evangélicas e levantaram a igreja deles. A igreja era onde o povo se reunia para fazer oração e ali se entendia um com o outro do que fazer. Eu passei a ser representante da EMATER como líder multiplicador. Aí fazíamos reunião com a EMATER e a comunidade estudando um meio de melhorar a situação e depois é que surgiu uma associação, saiu financiamento e como vender o leite.” **(José Marques Ferreira).**

“Eu que dei o nome na comunidade de Nossa Senhora Aparecida, porque toda a vida eu sou católico e devoto de Nossa Senhora Aparecida. No meu lote o nome do sítio era Sitio Nossa Senhora Aparecida. Eu prometi que quando tivesse um pedaço de terra eu ia construir uma igreja dentro do meu terreno. Eu vivia no Paraná, trabalhei numa das melhores firmas no Paraná, a Itaipu, tive carteira assinada, mas todo o santo dia eu batia o joelho no chão e pedia a Deus para ter um pedaço de terra e ter a minha vida e criar a minha família. Foi aí que surgiu essa oportunidade de vir para Rondônia. Eu chamei minha velha para vir para Rondônia ela topou e hoje estou feliz... quando a estrada chegou foi chegando mais famílias, aí eu fui à prefeitura para eles fazerem um

campo de futebol, limpar o lugar da igreja e da escola. Aí eu fui ao Silvernani Santos. Ali era o lugar deles, eles chegavam e iam comer lá em casa. Eles disseram: Nós nunca tiramos essa máquina um palmo para fazer nada para os outros, é da estrada. Mas, o serviço seu nós vamos fazer. Isso me marcou para toda vida... Ele disse: Por que te interessa o campo? Aí eu disse: O campo é um lazer, vamos começar uma comunidade. Aqui vai chegar muitas crianças e onde elas vão estudar? Vou correr atrás da Prefeitura e vai vir essa escola para ali e conversei com o Baratela. O barraquinho da escola era o da igreja. Fui eu e minha filha Deusa quem fez. Dava aulas e fazia o culto. No domingo a mesa da professora virava o altar... Ali eu que iniciei e naquele tempo era chamado de Presidente, aí eu fiquei como Presidente da igreja. Conforme as famílias foram chegando criou uma Diretoria e aí formamos uma comunidade. O primeiro culto foi celebrado no Domingo de Páscoa. Eu fiquei oito anos de Presidente e ninguém queria que eu saísse. Eu era o Presidente da igreja, do campo e da escola. Ninguém queria que eu saísse porque foi tudo eu quem começou”. **(Leandro Leite Vieira)**.

Sendo o objetivo principal dessa pesquisa refletir como se deu o início da Comunidade Cachoeirinha, os demais depoentes entraram em detalhes resumidos sobre o início dessa comunidade. Seleccionaram suas lembranças daquilo que ouviram falar e articularam elementos que nem sempre correspondiam ao que realmente viveram, mas que continuam a lembrar porque isso trás unidade ao grupo que ainda se encontra no mesmo local (MEIHY, 1993, p.63). O diário de Dona Raimunda da Silva Ferreira, destacado no capítulo dois, era lido em todas as celebrações da Páscoa que para ela era o dia do aniversário da comunidade. As lembranças da maioria dos depoentes sobre o assunto são retomadas dessa memória anterior que segundo Becker (1987) essa memória anterior é que projeta a vida comunitária, pois são arquivos provocados:

Ora, qualquer que seja a forma do arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito a *posteriori*; ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “conicidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores (BECKER, 1987 apud MARIETA & AMADO, 2005, p. 28).

Já Bosi (1987), a esse respeito afirma que:

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato da entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal (BOSI, 1987, p.331).

### **3.4. Dificuldades nos Primeiros Anos de Ocupação**

Nas memórias de todos os depoentes, ficaram registradas com grande ênfase as dificuldades vividas nos primeiros anos e ocupação dos lotes, o que deixa claro que não havia ajuda por parte do governo na época tendo em vista a falta de documentação das terras que resultava no impedimento de fazer financiamento junto aos bancos, agravando dessa forma as dificuldades e deixando profundas marcas em suas memórias.

“Não havia nenhuma ajuda do governo. Essa entrega de 80 eles deram a terra, levavam a gente por conta deles, mostravam a terra e davam uma ‘carta de nuencia’ para o Banco da Amazônia e a minha carta valia para Ji-Paraná e Ariquemes porque em Jaru não havia o Banco. Só havia financiamento onde tivesse estradas e a estrada só chegou para nós em 1983. Eu já havia conseguido abrir o lote por conta própria trabalhando para os outros, não quis mexer com financiamento porque tinha um tanto aberto no meu lote... Houve muitas vendas de marcações, a turma pegava e vendia. Antes de 80 a turma invadiu a 5 marcando 42 alqueires, depois o INCRA tomou providência e cortou a terra pro povo colocando um decreto de 21 alqueires, então aqueles que tinham marcado e estava morando, ficou só com 21, e 21 passou para outra pessoa. Quem tivesse filho passava para o filho e quem não tivesse, passava para outra pessoa e aí vendia porque achava dificuldade, não tinha financiamento, longe da cidade, não tinha estrada e o cara vendia e ia para outro lugar. A maior dificuldade que encontramos nos primeiros anos é que não havia estradas. Ficamos três anos sem estradas. Os cereais eram carregados no ombro de animais e não dava para plantar grandes coisas. Não tinha condições para carregar. Aí quando foi em 1983 quando chegou a estrada a gente aumentou as lavouras. A dificuldade maior porque no começo eu tinha que andar catorze quilômetros para chegar ao meu lote. O meu lote era no travessão, três quilômetros da linha 605 onde saiu a estrada, três quilômetros de mata e picada. Quando entrou o primeiro prefeito de Jaru, o

Baratela, a estrada foi feita no meu travessão.”.”(21 de Outubro de 2014, 14h00min. Entrevista com José Marques Ferreira).

“Tinha ajuda do governo, mas não havia estrada e nem documentos. Ali era uma invasão. Tínhamos um documento de posse quando eu cheguei era marcação, então era uma invasão porque não tinha documento de nada, não tinha documento do INCRA como em Ouro Preto. Demorou para sair o documento. Com nove meses que eu cheguei ali a estrada chegou na cabeceira do lote. E dias depois o ônibus encostou também. O finado Claudinei era o motorista. Teve uma vez que eu tinha cem sacos de arroz para vender e passei um apuro. Eu anelava caucho e levava nas costas por quinze quilômetros e chegava lá pegava um caminhão e ia para o Jarú, trazia as compras nas costas para casa. Era uma renda extra até chegar a colheita.”(02 de Novembro de 2014, 09h00min. Entrevista com Leandro Leite Vieira)

As famílias que chegaram posteriormente desses dois depoentes e adquiriram suas terras por meio da compra de marcações, também passaram por dificuldades nos primeiros anos porque vieram com pouco dinheiro e além da falta de estradas e de alimentação, a malária foi outro fator que castigou esses migrantes.

“As dificuldades que a família passou nos primeiros anos de ocupação, foi com a saúde. A malária atacava bastante. Depois por ter vindo com um pouquinho de dinheiro e ter comprado a terra. Não havia roça para produzir e o que fazer nesses três primeiros anos? A dificuldade maior foi a falta de alimentação”. (01 de Setembro de 2014, 9h00min. Entrevista com Severino Dionísio Viana).

“Não sofremos muito com a malária. Só alguns dos meninos. Eu nunca tive malária. Lembro que no dia 15 de Novembro de 1982 nós fomos votar em Médici e quando chegamos o Paulo estava com malária. Nós sofremos muito não tinha carro e tivemos que ir a pé quase quinze quilômetros com as crianças no braço, os outros pequenos a pé. Viemos de noite caminhando debaixo da chuva”. (07 de Outubro de 2014, 16h00min. Entrevista com Aparecida Cardoso Vieira).

“No segundo ano a malária pegou eu, a mulher e a Cidinha [...] Fomos de ônibus para o Jarú. Já tinha estrada até o travessão seis e o Claudinei era o motorista. Eu tive que pagar a lâmina ‘cinco mil reis’ cada lâmina. A mulher já tinha o José, aí para eu não ficar internado, fiquei tomando soro na casa do Natalino. Tinha uma farmácia ali em frente e o Natalino foi lá e falou: O que

esse rapaz precisar pode entregar que eu sou responsável. Ele passou remédio para a mulher e ela veio para casa. Eu que estava muito ruim, fiquei na casa do Natalino e a mulher do farmacêutico ia aplicar os remédios em mim. No outro dia tive que vir embora e com dois ou três dias tive que levar a Cidinha. Eu estava pior, não tinha melhorado nada. Nessa época tinha muito abacaxi e eu não podia comer nenhum. Aquele Elias que o Dedé comprou o lote dele, estava para Cuiabá tratando de uma malária. Lá ele curou com uma injeção que aplicava na pessoa e doía três dias. Ele trouxe duas pra cá e eu tomei uma só. As maiores dificuldades nesses primeiros anos de ocupação foi a malária e a produção de alimento. Porque para começar, para conseguir um arroz mais fácil eu plantei um arroz de três meses lá no Zé Dudu naquelas brejos. Esse lote tinha uma capoeira na frente, um barraquinho e havia um mandiocal que nos ajudou muito para a merenda. O restante era mata. Eu trabalhei sozinho, às vezes trabalhava comendo arroz com feijão sem nenhuma mistura”.**(28 de Dezembro de 2014, 16h30min. Entrevista com Levino Pereira Saraiva)**

É bom ressaltar que além de existir a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) na cidade mais próxima, para a busca de remédios para o tratamento da malária, outro meio alternativo foi usado nos primeiros anos de ocupação amenizando a situação de alguns moradores que não tinham condições de chegar a esse recurso.

“As dificuldades que enfrentamos nos primeiros anos de ocupação foi a doença... e ali não tinha estrada. Quando mudei para ali era uma picadinha e quantas vezes eu fiz a pé com cacaio nas costas. Quantas vezes eu cheguei no barraco uma hora da madrugada sozinho naquela mata, graças a Deus nunca tive problema nenhum. A gente escutava urro de onça para tudo quanto é lado, mas graças a Deus eu nunca fui atacado e nem os de casa. A dificuldade foi essa, a doença. Era uma malária, uma em cima da outra. Era difícil para o povo ir na rua porque não tinha nada, aí eu fui na SUCAM e pedi um postinho para ficar em minha casa e ficou por muito tempo, o posto dentro de casa, até o povo ter condições de ir para a rua e aí eles tiraram. Eu e minha filha Deusa colhíamos o sangue e fazíamos a lâmina das pessoas. A SUCAM deu alguma formação, veio por dois dias. Treinou a gente tudo direitinho como era e aí ficaram muito satisfeitos da gente se prontificar. Porque era difícil para o povo e para eles e aí colhíamos as lâminas numa semana e na outra eles vinham e levavam as lâminas. Se eu fosse na cidade levava as lâminas. Os remédios eles deixavam lá caixas de remédios para os adultos e materiais para furarmos os dedos e a quantidade de remédios. Já dávamos o remédio mesmo sem saber se era a malária, só tinha os sintomas, mas a doença era essa, aí levavam os remédios. Se fosse para um doente sair comigo, lá tinha o



hospital, nem precisava eu pegar ficha, já tinha autorização de entrar direto e colocar o doente na cama e falar para eles atenderem. Eu tinha uma liberdade tremenda naquele hospital. Aí todo mundo tinha aquela obrigação com a gente, mas eu nunca quis só para mim, eu queria para todos.”(**Leandro Leite Vieira**).

Mesmo não percebendo a propaganda do governo e o controle social através dos projetos de colonização, apesar de não questionarem a pobreza, a falta de escola, estradas, transporte, postos de saúde próximos como sendo resultado do abandono político e da falta de políticas públicas para a região, essas famílias sentem orgulho de sua luta e se sentiram valorizadas por serem reenquadradas nesse contexto político. Contexto este, segundo Portelli (1997), capaz de distinguí-los, melhorando sua autoestima ao se verem como parte da história. O autor afirma que ao converterem suas memórias, as pessoas não contam apenas o que fizeram, mas o que queriam fazer e aquilo que agora pensam em fazer. (PORTELLI, 1997, apud MEIHY, 2005, p. 93).

Todos os depoentes sentiram satisfação ao registrarem suas memórias como exemplo de perseverança e força para as gerações que vivem hoje na comunidade.

“A Comunidade Cachoeirinha representa para mim tudo, tudo (choro). Era a terra que sonhei o começo da minha vida, o sucesso da minha família e base para eu ter o que tenho hoje. Saí do Paraná e fiquei ali e do jeito que ele me deu a terra de Cachoeirinha me deu também a que estou hoje e estou muito satisfeito. Gosto da Cachoeirinha e considero todos como meus irmãos e essa história ninguém vai apagar, quando chego lá, vejo o meu rosto. Esse trabalho de pesquisa de registrar a nossa história eu achei importante. Porque tantas crianças já passaram por aquela escola e qualquer pessoa que passar por ali pode falar que ali teve o esforço de um guerreiro, a escola, o campo e a igreja. Aquilo marcou muitas coisas importantes na minha vida e se ninguém registrar essa história ela será esquecida.” (**Leandro Leite Vieira**).

“É importante, porque o que vai passando se você largar tudo para trás os que estão chegando não sabem do sofrimento daquela pessoa. É bom demais, tem meus filhos, meus netos vão saber o que sofri até eu chegar aqui e o que eu passei. A nova geração precisa saber dessa história”. (02 de Dezembro de 2014, 16h00min. Entrevista com José Pedro da Silva).

“Olha eu acho muito bom uma pesquisa que seja como essa para resgatar também a história do povo, de modo particular a Linha 605 e todas as linhas

que eu percorri quando podia ia de carro, quando não podia , por exemplo, em Theobroma, ia a pé. Não tinha condições nenhuma, mas eu visitava todas as comunidades. Fiquei mais de um ano sozinho e visitava todas as comunidades e a gente procurava colocar no povo a responsabilidade e também a responsabilidade como cristão de fé e fé , quando é uma fé transformadora, quando transforma a situação a serviço do homem e não transforma o homem a serviço da situação que está. O homem tem uma importância fundamental por ser protagonista, de modo particular o protagonismo dos leigos. A igreja sempre deu grande força para que todos assumissem essa responsabilidade e ajudassem como igreja a transformar a sociedade numa sociedade humana, digna, cristã e transformadora.” **(24 de Novembro de 2014, 15h00min. Entrevista com Padre Franco Vialleto)**

Se as dificuldades representam em suas memórias símbolo de resistência e algo que querem destacar para os filhos e netos e outras famílias que chegaram no final da década de 1980 e início de 1990 que as dificuldades não foram capazes de vencê-los, essas famílias contaram de seu modo suas experiências através da oportunidade oferecida pela história oral que representa nesse sentido, segundo Meihy (2005):

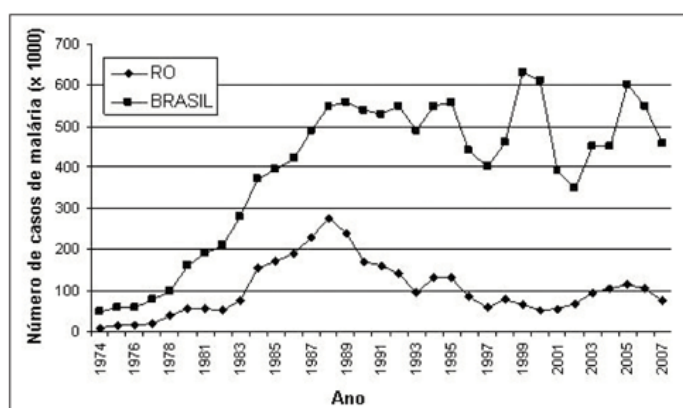
A história oral é um espaço aberto para abrigarem suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias. A história oral se apresenta como forma de capacitação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento (MEIHY, 2005, p.44-57).

Por outro lado, vale ressaltar que os dados da pesquisa de Reinaldo Sousa Santos (2007, p. 5)<sup>34</sup> afirmam que ao final da década de 1980, o número de casos de malária em Rondônia era de 128 para mil habitantes. Número que levou o governo federal a fortalecer a campanha de controle, criando centenas de unidades para diagnóstico, tratamento e combate ao vetor nas áreas endêmicas. Segundo o autor, o resultado foi positivo diminuindo para 50 mil casos no início da década de 1990, como pode ser constatado nesse gráfico:

---

<sup>34</sup> Reinaldo Souza Santos é do Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

Tabela 1



Fonte: Sivep-Malária (2008).

Gráfico 1 – Evolução dos casos de malária no Brasil e em Rondônia, de 1974 a 2007.

Para o CEPAMI, na pesquisa realizada em 1990, mostrou os seguintes números da epidemia da malária em relação ao número de habitantes no estado de Rondônia:

| ANO  | POPULAÇÃO | CASOS DE MALÁRIA | %    |
|------|-----------|------------------|------|
| 1980 | 493.000   | 59.145           | 12   |
| 1981 | 572.000   | 59.598           | 10,4 |
| 1982 | 674.000   | 59.936           | 8,9  |
| 1983 | 770.000   | 80.752           | 10,3 |
| 1984 | 874.000   | 151.095          | 17,3 |
| 1985 | 1.040.000 | 168.302          | 16,2 |
| 1986 | 1.200.000 | 189.986          | 15,8 |
| 1987 | 1.400.000 | 228.859          | 16,3 |
| 1988 | 1.500.000 | 401.000          | 26,7 |

FONTE: V ENCONTRO DE MIGRAÇÃO – RO; Fev. 1987, pag.35; SEST / SUCAM/RO, Ministério da Saúde; Folha de São Paulo.

Já Santos (2008, p. 222) apresentou o número de óbitos por malária entre os anos de 1987 a 1988 nos Municípios de Rondônia<sup>35</sup>:

| Municípios         | * 1987 | *1988 |
|--------------------|--------|-------|
| Porto Velho        | 64     | 86    |
| Guajará Mirim      | 3      | 11    |
| Costa Marques      | 6      | 11    |
| Ariquemes          | 98     | 55    |
| Jaru               | 30     | 23    |
| Ouro Preto D'Oeste | 11     | 23    |
| Ji-Paraná          | 24     | 23    |
| Presidente Médici  | 2      | 1     |
| Cacoal             | 6      | 12    |
| Rolim de Moura     | 25     | 13    |
| Espigão D'Oeste    | 2      | 5     |
| Pimenta Bueno      | 6      | 7     |
| Vilhena            | 6      | 6     |
| Colorado D'Oeste   | 1      | 4     |
| Cerejeiras         | 7      | 3     |
| Alta Floresta      | 6      | 4     |
| Santa Luzia        | -      | 3     |
| Alvorada D'Oeste   | 6      | 8     |

<sup>35</sup> Os números de óbitos por malária nos anos de 1987-1988 foram apresentados por Anamélia Medeiros Santos na Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Março de 2008, p. 222. Os dados são do Departamento de Informação e Estatística de Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde.

|                    |     |     |
|--------------------|-----|-----|
| Nova Brasilândia   | 4   | 1   |
| Machadinho D'Oeste | **  | 2   |
| Rondônia           | 307 | 301 |

\*Dados sujeitos a revisão \*\*Incluído em Ariquemes

Se os municípios de Ji-Paraná, Presidente Médici, Ouro Preto D' Oeste e Jaru pertencentes à Diocese de Ji-Paraná sofreram com a malária e em muitos casos chegaram ao óbito, as famílias da Comunidade Cachoeirinha não sofreram nenhuma perda de seus membros vítimas dessa doença e esse fato pode ser visto como vitória por seus moradores, sem deixar de ressaltar as lutas contra a doença.

### **3.5 Presença da Igreja Católica na CEB Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha**

O objetivo da presença da Igreja Católica na região do município de Jaru no início da década de 1980 era incentivar a participação das lideranças das CEBs no engajamento político, tendo em vista o período de transição da Ditadura para a Democracia em que acontecia no Brasil. A Igreja em Rondônia, mesmo antes da criação da Diocese de Ji-Paraná, já fazia um trabalho junto às famílias que chegavam durante os projetos de colonização, sobre esse trabalho Padre Franco Vialleto ressaltou em suas memórias:

“Olha eu fui o primeiro comboniano que chegou aqui em Rondônia. Pe. Camonion, Pe. Ludovico. Era destinado a Ouro Preto. Naquela época, Jaru nem existia e tinha só o nome, o rio e tinha duas ou três famílias, só que quando cheguei em 73/74, eu fui destinado a Ouro Preto quando o Bispo D. João pediu que um dos três padres fosse para Pimenta, porque não tinha ninguém, nenhum padre para atender a comunidade de Pimenta e Cacoal no período da páscoa. Então eu vim. E no ano que chegamos, nós iniciamos um trabalho que já tínhamos começado no Espírito Santo. A maioria do povo naquela época era do Espírito Santo e do Paraná. A maioria era do Espírito Santo. Em Jaru, eu lembro era da Barra de São Francisco, Ecoporama, São Gabriel, Linhares e outras pessoas. O trabalho nas Comunidades Eclesiais de Base, esse foi o nosso trabalho tanto em Pimenta Bueno, em Cacoal em que fiquei a primeiro tempo a pedido de D. João em Ouro Preto, Jaru, Ariquemes. Ariquemes era uma capela no começo de Ouro Preto, porque a Paróquia de Ouro Preto ia do igarapé do Miolo, até Candeias. No começo era

tudo Paróquia de Ouro Preto, depois cresceu e foi dividido em Jaru, Ariquemes, Candeias etc., mas o nosso trabalho era implantar as comunidades de base porque era a maneira de ser igreja naquela época, também hoje, não é diferente de hoje”(24 de Novembro de 2014, 15h00min. Entrevista com Padre Franco Vialleto).

O trabalho dos agentes de pastoral nas comunidades consistia em visitas periódicas, cursos de formação bíblica e de formação política. As visitas dos padres e freiras eram vistas como dia de festa na década de 80 permanecendo nas memórias de todos os depoentes como um dia de aprendizado, troca de informações e de lazer. Os conselhos dos agentes eram recebidos como um incentivo a permanecerem unidos e de se ajudarem mutuamente.

“Era um dia muito feliz, todo mundo tinha aquela ansiedade que chegasse logo esse dia para assistirem à missa. Os padres eram muito bons, muito amigos das pessoas, aconselhavam as pessoas para ficarem nos lotes e não venderem os lotes. Muitos já tinham saído até, devido à malária que era demais e não aguentaram a doença e tiveram que sair e eles nos aconselhavam para que a gente aguentasse a mão e ficasse, procurasse um meio de formar ali uma associação e depois foi feito uma associação e continuamos assim com mais tempo, aí já foi feito a escolinha. A primeira escolinha que tivemos ali era no barraquinho de folhas de coqueiro, foi feito para ser a escola e nele nós fazíamos as celebrações do culto, da missa quando o padre vinha”. (30 de Setembro de 2013, 13h45min. Entrevista com Raimunda da Silva Ferreira).

“Era um dia muito animado. Havia muito entusiasmo. Os padres e irmãs almoçavam aqui conosco, dormiam aqui, jogavam baralho com os meninos. Era aquela amizade! A missa eram às duas horas da tarde, aí eles dormiam e no outro dia cedo iam para outra comunidade. Havia encontro com a Diretoria, para as crianças, para os jovens. Era um dia de festa”. (07 de Outubro de 2014, 16h00min. Entrevista com Aparecida Cardoso Vieira).

“Havia muita gente. A gente fazia mesa comunitária, vinham padres e irmãs. O lugar deles comerem era lá em casa. Acabavam de celebrar iam lá para casa. O quarto da sala, o padre dizia que era dele. Então eles ficavam o dia inteiro, dormiam e no outro dia iam para outra comunidade. Isso era o meu maior prazer, saber que estava começando uma comunidade, unindo o povo. Muitas vezes até um evangélico que chegava por ali participava .”(02 de Novembro de 2004, 09h00min. Entrevista com Leandro Leite Vieira).

“Eu lembro que a missa era cedo, tinha o padre Franco que chamava a gente de ‘pistronco’ e perguntávamos a ele: Padre, explica para nós o que é ‘pistronco’? E ele dizia: É só vocês olharem no espelho que verão. Havia um envolvimento com as famílias. Vinha um padre e uma irmã. A irmã reunia com as crianças, fazia perguntas, cantava, animava as crianças. O padre ficava com os adultos, era muita brincadeira, explicava sobre a bíblia e do que as pessoas não entendiam faziam perguntas para ele. Davam conselhos para não vendermos os lotes e não ficarmos mendigando. Aconselhava a gente para abrir os lotes, plantar e ficar ali do que comprar lote em outro lugar. O padre Franco acostumava a almoçar na comadre Lena e Angelina e a gente ia conversar com ele, era bom de papo” **(28 de Dezembro de 2014, 16h30min. Entrevista com Lucinete Ferreira Saraivã).**

“Eles davam informações nos dias de missa, havia reunião e na reunião havia palestras. Ensinavam como se fazia, para não vendermos os lotes para os outros. Antigamente a relação dos padres com as famílias era bem melhor, eles falavam em política, davam informações, aconselhavam como podia escolher um político. Os livros de reflexão vinham também ensinando. Para mim era um aprendizado.” **(28 de Dezembro de 2014, 16h30min. Entrevista com Levino Pereira Saraivã).**

Era de interesse da Igreja Católica, além de unir as famílias recém chegadas, dar subsídios para que se organizassem e buscassem soluções para suas dificuldades. Encontros eram elaborados para os grupos de reflexão que funcionava como uma catequese de adultos e traziam o jeito de ser igreja na Diocese de Ji - Paraná alicerçada pela Teologia da Libertação que reforçava a participação política das famílias, e também a formação de lideranças através dos cursos de Fé e Política e de Boa Nova, o envio de jornais, revistas para os grupos de jovens e coordenação que traziam notícias da Igreja no Brasil e como a Diocese deveria auxiliar as comunidades das Paróquias em seu trabalho pastoral. Esse era o trabalho da Igreja nesse período, segundo a memória do Padre Franco Vialleto:

“Eu tinha sido destinado prioritariamente em 73 a Ouro Preto, o Bispo pediu que eu fosse para Cacoal porque não tinha padre e estava aqui aquele padre alemão... como é o nome dele... Pe. Adolpho Rohol. Ele era pároco de Pimenta e Cacoal, mas ele tinha ido para a Alemanha porque a mãe estava doente, então ele foi visitar a mãe. Faleceu a mãe e um mês depois ele faleceu também. Então o Bispo, quando ele foi para a Alemanha , que de Ouro Preto

eu fosse junto com o Pe. Ludovico para Pimenta Bueno e Cacoal. Eu fiquei em Cacoal seis anos até 82, de 73 a 82 e depois fui tirar umas férias e fui destinado a Jarú, então praticamente a situação de Cacoal para Jarú naquela época não era muito diferente era quase a mesma coisa, então eu comecei a trabalhar com muita alegria porque eu gostava muito do pessoal lá, fiz muita amizade também em Jarú. O Bispo naquela época era D. José Martins da Silva, e eu lembro quando ele foi nomeado, ele passou a noite comigo em Jarú e depois eu acompanhei junto com o padre Mansani até Porto Velho para participar da posse como arcebispo de Porto Alegre. Então para mim não mudou nada de Cacoal para Jarú, praticamente foi o mesmo trabalho, o mesmo entusiasmo, a mesma maneira de trabalhar, a mesma doação para o povo. O que mais me chamava a atenção naquela época era a instabilidade das famílias e muitas eram precárias. A terra era provisória e nós trabalhávamos para que esse pedaço de terra que as famílias tinham conseguido fosse exatamente para eles e se plantasse. Lembro que eu sempre pregava três conselhos naquela época: Amar a terra que tinham recebido não brigar em família e votar em pessoas honestas. Porque estávamos na época da Ditadura ainda e infelizmente toda a política era manipulada e a grande maioria do povo votava sem conhecimento específico. Então foi um aprofundamento que fizemos junto com o povo: social, político, e religioso. Porque são três aspectos de nossas vidas que nunca podem andar separados. Era a Teologia da Libertação que estava em voga e eu abracei, eu era o Pároco em Jarú e sempre trabalhei para isso, só que aos poucos essa teoria da Teologia da Libertação foi se esquecendo, entraram novas pessoas, mudaram o bispo. D. Antonio abraçou muito essa ideia, depois que ele saiu, a Teologia da Libertação acabou.”(**Padre Franco Vialleto**).

Apesar da Diocese de Ji-Paraná ter apostado no trabalho de conscientização política, poucas lideranças das comunidades se envolveram nas campanhas eleitorais na década de 1980. Na comunidade Cachoeirinha, por exemplo, apenas um integrante engajou na política e em suas memórias, ele apontou o trabalho da Igreja como sendo fundamental em suas decisões políticas.

“Não guardei muito os números do ano, mas eu participei diretamente da emancipação de Theobroma em todos os processos e de repente participei da primeira política. Fui candidato a vereador como primeiro suplente e findei o mandato assumindo por uns dias por ter se afastado o vereador do Partido dos Trabalhadores do qual eu faço parte. Nós estávamos acabando de sair de uma Ditadura Militar e a Igreja investiu muito quando enfrentou os confrontos do regime. Eu não, diretamente não participei, porque era muito jovem, mas



conheci a história de sofrimento da Ditadura, até porque eu vivi nesse período, nasci em 65, mas a gente via na história, na escola e a Igreja investiu bastante em cima dessa situação, na formação de grupos que na época o partido mais forte de esquerda era o Partido dos Trabalhadores e a igreja incentivou na formação da Fé e Política, da Boa Nova. Investiu quase que diretamente incentivando as pessoas que faziam parte das lideranças das comunidades para tentar mudar, ter uma proposta e as irmãs e os padres através das pastorais se preocupavam em formar esse pessoal. Diante desses cursos, principalmente os de Fé e Política... Eu não cheguei a concluí-los, mas a gente saía dos cursos preparados para assumir qualquer mandato seja do legislativo ou do executivo. Eu diria que a grande maioria do Partido dos Trabalhadores era liderança de comunidade, mas uma porcentagem pequena se elegeu”. **(01 de Setembro de 2014, 9h00min. Entrevista com Severino Dionísio Viana)**

A presença da Igreja Católica foi fundamental para que as lideranças das CEBs, especialmente as lideranças da Comunidade Cachoeirinha se envolvessem na candidatura desse depoente, como ele mesmo afirmou em sua memória e deixou claro os motivos que levaram as lideranças de outras comunidades não continuarem na política:

“Agradeço muito hoje a minha trajetória política que eu tive na época à comunidade Cachoeirinha. Porque na verdade saí candidato numa necessidade do partido. Não tinha ainda aquele incentivo para ser candidato, eu não queria ser candidato e a comunidade incentivou. O partido precisava e aí eu saí candidato. Não fui para campanha. Enfrentei outras lideranças de outros grupos que tinham um suporte maior para disputar as eleições e a comunidade foi louvável, foi tudo. A questão da minha campanha já veio feita desde a época que cheguei aqui. Porém, as lideranças das comunidades enfrentavam a dificuldade financeira. Na época quem disputava eleição era quem tinha dinheiro e quem não tinha dinheiro entrava na política. Como se faz uma campanha se você vai com um cara que tem uma frota de carros trabalhando a seu favor e de repente você só tem uma bicicleta velha? Sem contar que estávamos saindo de um costume de Ditadura que quem podia mais, chorava menos” **(Severino Dionísio Viana).**

O mesmo motivo foi explicado pelo padre Franco Vialleto ao ser questionado se o motivo que levou poucas lideranças das CEBs a se engajarem na política poderia ser o abandono dos agentes de pastoral nas tomadas de decisões, permanecendo sua influência apenas no incentivo nos dias de visitas e cursos de formação.

“Era muito problemática. A política naquela época era dominada por certas pessoas e por ideologias da Ditadura e era muito perigoso entrar na política, em modo particular ser da oposição, porque era só a ARENA e o MDB, só tinha esses dois partidos e quem era contra a ARENA, sofria violência e discriminação a toda hora. Então eram poucas as pessoas que tinham a vontade e a força de enfrentar as dificuldades e se colocar numa situação de oposição. A igreja nessa época foi uma verdadeira oposição ao Regime Militar e lutou com todas as forças para o retorno da Democracia no Brasil. Se O entusiasmo das lideranças acabava logo após os agentes saírem? Isso é verdade, porque o ideal de servir não é de todo mundo, então enquanto muitas pessoas tinham o apoio, iam para a frente, quando acabava o apoio era muito mais fácil se acomodar, esquecer e seguir o andamento da época, porque ser a oposição de modo particular, na Ditadura Militar, sempre foi muito complicado e muito difícil.” **(Padre Franco Vialleto)**

Percebe-se que nesse período a Igreja enfrentava o desafio em manter sua influência na sociedade pluralista dos anos 80 caracterizada pela competição dentro do cenário democrático, além do grande número de migrantes que deixavam as comunidades e entravam em outras denominações religiosas, por exemplo, as Igrejas Evangélicas. O desafio era maior pelo fato das lideranças terem pouca formação de estudo e pela falta de agentes de pastoral, não manterem um acompanhamento mais direto com as lideranças que nem sempre compreendiam a posição da Igreja frente à política.

“Eu peguei um cargo de Presidente, de Tesoureiro, não tenho leitura, mas peguei muitos cargos na igreja, sem ser o primeiro, sempre era o segundo por causa da minha leitura. Lembro bem do envolvimento dos padres na época, hoje a explicação dos padres está mais arrumada do que antigamente. Eles envolviam com muitas coisas que não precisavam se envolver. Acho que os padres se envolviam com a política e política não tem nada a ver com igreja, é outra coisa. Na política têm muita covardia, ladroagens. Você tem que explicar na igreja, eu não sou contra, mas antigamente eles envolviam demais. Em relação ao povo, eles tinham mais tempo. Dormiam nas casas das pessoas. Só que hoje a missa, a palestra, estão sendo mais honestas, eles estão dizendo mais a verdade, mais envolvidos com a palavra de Deus, antigamente eles estavam envolvidos com as coisas do mundo.” **(02 de Dezembro de 2014, 16h00min. Entrevista com José Pedro da Silva).**

“Peguei cargo de conselheiro de catequese, depois fui vice Tesoureiro, apesar de ser um analfabeto, mas havia boa vontade e assumia na falta do outro, aí eu aceitei por quatro anos de Conselheiro e quatro anos de Tesoureiro”. **(Levino Pereira Saraiva).**

Ao ser questionado da possibilidade da Igreja Católica da época de manter um poder simbólico nas CEBs e esse poder, segundo Pierre Bordieu (1989, p.7-11) pode existir na sociedade e nas instituições, além de simbólico pode também ser invisível e camuflado. Padre Franco Vialleto destacou em suas memórias que a preocupação dos agentes de pastoral em repassar as Diretrizes e normas da Diocese às lideranças das CEBs não seria uma forma de deixar as lideranças dependentes e controladas ou uma forma da igreja demonstrar seu poder e ganhar terreno diante do avanço do protestantismo, preocupação do bispo D. Antônio Paossamai. Mas, segundo ele, esse era o jeito de ser igreja na época:

“Olha a igreja na época, a igreja verdadeira é aquela que se coloca a serviço do povo e defende os interesses da pessoa humana. Então com D. Antonio a igreja sempre lutou para que o ser humano fosse respeitado e fizesse parte desse processo também de democratização da época, era muito importante, só que era muito difícil para as pessoas que não tinham uma formação também forte de seguir esse exemplo até o fim, mas muitos lutaram para isso. Uma dessas pessoas que sempre lutou para isso foi o Severino Dias. Severino era muito amigo da gente e ele foi candidato a Deputado Federal em 82, 83, 84, não me lembro bem o ano, lembro bem ainda o número que ele tinha 1313 e era muito forte. O Severino como outras pessoas lutaram para isso e em Jaru tinha um grupo de pessoas conscientes e sempre defendia essa teoria. A preocupação dos agentes de pastoral em repassar as Diretrizes e normas da Diocese às lideranças das CEBs não seria uma forma de deixar as lideranças dependentes e controladas, não era. A igreja sempre estava a serviço. O que a igreja procurou era a dignidade, salvaguardar a dignidade humana em todos os seus aspectos. No aspecto político, religioso, humano e lutar para que o homem tivesse uma influência muito grande na sociedade. Então esse era o papel da igreja e também hoje em dia. É que muitos padres infelizmente e muitos bispos que se acomodaram e não defendem mais o interesse do povo, mas defendem uma igreja desencarnada, que não tem nada a ver e defender aspectos exteriores que não levam a nada.” **(Padre Franco Vialleto)**

Mesmo não atingindo o objetivo de engajar as lideranças na política da década de 1980, a paróquia de Jaru teve fundamental importância nas vidas das famílias sendo nessa década um órgão informativo, apesar de que as informações vindas nos jornais Anunciando e Defendendo, nas revistas Sem Fronteiras, Jornais informativos da Pastoral da Terra que chegavam até as famílias por meio da Igreja, traziam informações que a Igreja queria repassar levantando uma hipótese se realmente eram repassadas todas as notícias, mas de qualquer forma, as famílias dependiam dessas informações, porque além delas só possuíam o rádio a pilha que apenas sintonizava a Rádio Nacional da Amazônia que era produzida em Brasília.

## CONCLUSÃO

O objetivo principal dessa pesquisa foi refletir sobre a atuação da Igreja Católica no contexto político, social e econômico de colonização de Rondônia nos anos 1970 e 80, tendo como estudo de caso a formação da Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha.

A atuação da Igreja Católica nesses vários momentos não esteve desligada do contexto político, que desde o segundo governo do presidente Vargas incentivava a Marcha para o Oeste embasada no Plano de Valorização Econômico da Amazônia, na criação do Instituto Nacional de Colonização e na construção de estradas.

A atuação da Igreja Católica em Rondônia nesse período tinha como objetivo a reconquista espiritual que fazia parte da visão da ação da igreja na década de 1950. Apesar de haver divergências de opiniões dentro da CNBB, existia a necessidade da elaboração de um plano de pastoral para todo o Brasil. No território de Rondônia, a falta de padres e a dificuldade de acesso por terra (através de estradas precárias) e pelos rios, a atuação da Igreja Católica deu-se através de visitas. A cada dois ou três meses, seguindo o calendário anual de datas santas (Páscoa, Natal etc.), os padres visitavam as Comunidades Eclesiásticas de Base para a realização de sacramentos: batismos, primeiras comunhões e casamentos.

Neste projeto de reconquista espiritual que visava a barrar o avanço da maçonaria, das igrejas evangélicas, do espiritismo e de cultos populares, os padres salesianos e combonianos tiveram importância fundamental.

Na década de 1970, durante a Ditadura, criaram-se vários projetos de colonização estimulando a vinda de milhares de famílias para ocuparem as terras doadas pelo INCRA. Nesse período, a Igreja Católica esforçava-se por abandonar o posicionamento conservador e moderado para fazer críticas mais intensas ao sistema político baseado na perseguição, na tortura e na violação de direitos. Essas críticas eram inspiradas nas conferências de Medellín e de Puebla, que reforçavam o Concílio Vaticano II de uma missão evangelizadora que priorizasse os pobres, mas também o engajamento político, à liberdade democrática, à reforma agrária e a democratização.

Com a chegada dos migrantes a Rondônia, especialmente nas regiões Sul e Centro- Oeste, a Igreja Católica teve papel fundamental na organização dessas famílias através da criação de Dioceses e de Paróquias compostas por centenas de pequenas igrejas no estilo das Comunidades Eclesiais de Base.

A Diocese de Ji-Paraná foi criada no ano de 1983. Porém, desde o início da década de 1980 na região do projeto de colonização Padre Adolpho Rohl, que tinha como sede a cidade de Jaru, a Igreja Católica criou várias CEBs numa distância de quatro quilômetros uma da outra. A Paróquia São João Batista de Jaru foi criada para articular o trabalho da CNBB e da própria Diocese de Ji-Paraná nessas pequenas comunidades.

A iniciativa de construir um local para o encontro das famílias, para que elas pudessem realizar suas orações, não partiu da cúpula da Igreja Católica ou dos agentes de pastoral. Os locais de culto que mais tarde viriam a ser as CEBs foram criados a partir da necessidade das próprias famílias, que chegavam para ocupar os lotes. A reza popular, especialmente o Terço à Nossa Senhora era uma forma de buscar força frente às dificuldades que enfrentavam os migrantes nos primeiros tempos, como a falta de ajuda dos órgãos governamentais para abrir estradas, construir a escola, implantar o posto de saúde e para o financiamento da safra. A construção de local de oração favoreceu a permanência da família, sua união e ajuda mútua. Era um ponto de encontro não só para reforçar a fé, mas também para a busca de informações, a troca de experiências e a construção de uma nova identidade local.

A Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha foi um exemplo desse modelo de igreja, que nasceu no início da década de 1980, e foi seguida por outras comunidades que se formaram do quilômetro 30 ao 50 da Linha 605, além das que se formaram no percurso das estradas vicinais chamadas de Travessões.

Com uma liderança improvisada essa “pré-comunidade” buscou autorização dos agentes de pastoral na cidade de Jaru, que providenciaram a documentação de doação dos terrenos para a construção das capelas e também do material do culto dominical, para substituir o terço que era rezado aos domingos.

Na década de 1980 poucas famílias possuíam formação que lhes permitisse ler, interpretar a bíblia e refletir sobre a doutrina da Igreja Católica. Outro fator que

desafiava o trabalho da Diocese eram os diferentes costumes que cada família trazia de seus estados de origem e eram transmitidos na comunidade local. Diante desses desafios e para estar em consonância com as orientações doutrinárias das Conferências de Medellín e de Puebla, a Diocese de Ji-Paraná esforçou-se para oferecer formação bíblica e catequética às lideranças das CEBs, através de cursos, palestras e reuniões durante as visitas dos padres às comunidades. Portanto as visitas dos agentes de pastoral não eram apenas para celebrar a missa ou ministrar os sacramentos, mas também para difundir normas, diretrizes, ensinamentos, dar conselhos de saúde e de organização social. Para dinamizar o trabalho dos agentes de pastoral a Paróquia de Jarú foi dividida em setores compostos por várias comunidades. A Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha passou a pertencer ao Setor Theobroma, um dos nove setores nos quais a Paróquia foi dividida.

Nas visitas dos padres e das freiras, eram distribuídos jornais editados na própria Diocese, que traziam notícias da atuação da Igreja na região. O jornal *Anunciando e Defendendo* e também as revistas *Sem Fronteiras* e *Alô Mundo* (esta para o público infanto-juvenil), falavam sobre a atuação da Igreja no mundo, bem como panfletos sobre o trabalho da Pastoral da Terra e Pastoral Indigenista. Essas notícias eram selecionadas de acordo com aquilo que a Igreja queria transmitir. Por uma década praticamente as famílias dessa CEB foram orientadas pelas diretrizes e informações desses jornais e revista enviados pela Igreja ou ouvindo as transmissões da *Rádio Nacional da Amazônia*, que divulgava os programas do Governo Federal. Em geral, as notícias visavam a difundir o otimismo através do relato de grandes obras realizadas pelo governo, principalmente, no programa *A Voz do Brasil*.

Pela falta de outros veículos de informação e/ou pela dificuldade financeira que essas famílias passavam, elas não percebiam o viés de controle social que os projetos de colonização encerravam. Não lhes foi possível perceber o contexto mais amplo no qual os projetos de colonização de Rondônia se inseriam. Ignoravam que a propaganda do governo para atrair colonos e estimular a ocupação da Amazônia visava a desarticular os movimentos sociais de luta pela terra e os grupos que resistiam à repressão. A propaganda que estimulava a colonização de novas terras em Rondônia, a qual fez essas famílias saírem do Paraná e do Mato Grosso, veio dos próprios parentes, que vieram

primeiro e compraram marcações de terras de outros agricultores, que por sua vez haviam chegado antes, ocupando e demarcando a terra.

Devido à incerteza de investimentos do governo em infraestrutura, os agricultores que ocuparam as terras durante a década de 70 no local que viria ser a Comunidade Cachoeirinha ou próximo dele, venderam as terras por preços muito baixos e de forma parcelada ou mesmo a trocaram por objetos antes mesmo da demarcação feita pelo INCRA no início da década de 80. Algumas famílias perderam o dinheiro investido na compra dessas marcações, pois na divisão oficial feita pelo INCRA, os lotes que lhes foram designados se localizavam em outros lugares.

A propaganda dos parentes que vieram primeiro convenceu famílias inteiras a dirigirem-se para a região de Jaru, porque nela era possível conseguir grande quantidade de terra, plantar lavouras em terras muito férteis e melhorar de vida. A maioria das famílias que chegaram antes de 1984, motivadas pelo chamado de parentes, sentiram frustradas ao encontrarem inúmeras dificuldades. A ponto de desanimarem e quererem novamente vender suas terras para migrarem para outros lugares. Essas dificuldades eram maiores pelo fato de não possuírem documentos de posse da terra. O que lhes impedia de receber a ajuda do governo e impossibilitava-lhes de obterem financiamentos junto aos bancos.

Nesse período, a Igreja atuou na conscientização política desses migrantes, para que se engajassem na política e não vendessem os seus lotes de terra, bem como para que não houvesse brigas entre as famílias. Ela estimulou a organização dessas famílias com base na Teologia da Libertação. Livros de reflexão foram produzidos com um linguajar fácil de compreensão, comparando a caminhada dos migrantes com a conquista da terra pelo povo de Moisés presente no Êxodo. Cursos de *Fé e Política* e de *Boa Nova* incentivavam o engajamento das lideranças comunitárias na política.

Porém, o entusiasmo estimulado por esses cursos de formação não foi suficiente para o engajamento político das lideranças das CEBs. Poucos líderes comunitários seguiram a carreira política nesses primeiros anos da redemocratização, quando ainda perduravam os vícios de uma política voltada para quem tinha maior poder econômico e podia financiar uma campanha eleitoral.



Por outro lado, nem todas as famílias compreenderam o estímulo da Igreja a um engajamento político, pois achavam que esse não era o seu papel, e acabavam se afastando da caminhada comunitária. Apesar de todo esse esforço pelo engajamento político das comunidades para a transformação de sua realidade, muitas lideranças voltavam para suas casas sem saber qual caminho seguir. Poucas lideranças conseguiam iniciar um trabalho de conscientização através dos cursos de formação. A reprovação de algumas famílias a essas novas ideias foram afastando muitos líderes comunitários e sobrecarregando outros.

Nos anos 1950 a Igreja Católica em Rondônia ressentia-se da falta de padres, o que se manteve nos anos 80, apesar da participação das congregações de irmãs consagradas. Elas eram responsáveis pela mística nas celebrações, tornando-as mais animadas, e pela formação de grupos de jovens e de crianças.

Mesmo sendo vistas como um dia de festa e de aprendizado, as visitas dos agentes de pastoral quatro vezes ao ano não eram suficientes para desenvolver todos os projetos da Diocese que visavam à formação de pastorais da mulher, dos migrantes, do indígena, da saúde, da juventude, etc. A constante saída de famílias nos meados da década de 80 e início da década de 90 para as cidades ou para outros locais onde se compravam terras mais baratas, fez com que muitas CEBs desanimassem e fechassem suas portas. Apesar do trabalho intenso do Bispo diocesano por meio de cartas enviadas para as comunidades para serem estudadas pelas lideranças. Um dos exemplos é a Comunidade Padre Ezequiel Ramim, distante quatro quilômetros da Comunidade Cachoeirinha.

Outro fator que contribuiu para a saída de muitas famílias das comunidades foi a ação das Igrejas Evangélicas, que começaram a se multiplicar nesse período, como, por exemplo, a Igreja Congregação Cristã no Brasil, a Adventista do Sétimo Dia, a Assembleia de Deus e a Igreja Deus é Amor.

Porém, a Diocese de Ji-Paraná sob o comando do Bispo D. Antonio conseguiu manter a união, a partilha e a organização das famílias nas CEBs da Paróquia de Jaru, especialmente, a Comunidade Cachoeirinha, que manteve uma liderança forte e sua ligação com a Pastoral da Juventude. Na década de 1980, ela conseguiu fazer do local de culto também um ponto de encontro para o lazer e para conversa entre as famílias, que

preservavam suas memórias e mantinha sua identidade através de festas comunitárias, especialmente a do Domingo de Páscoa, que era visto como o dia da criação da Comunidade.

No final da década de 1980, a Comunidade Cachoeirinha não se restringia a casa dos agricultores e a capela Nossa Senhora Aparecida, ela havia se tornado uma pequena vila com várias casas comerciais, escola, campo de futebol, Associação de Agricultores, posto telefônico e também Igrejas Evangélicas. Tudo isso se constituiu num grande desafio à atuação da Igreja Católica para manter viva a experiência da Comunidade Eclesiástica de Base ali iniciada, bem como para as primeiras famílias manterem sua história viva para as novas gerações e para transmitirem esse legado as novas famílias de agricultores que chegaram nos anos 1990.

Uma história de perseverança e de luta dessas famílias e lideranças comunitárias no contexto de um processo maior de colonização de terras pelo governo federal e de atuação da Igreja Católica em Rondônia nos anos 1980.

## Bibliografia

ALVARES, Afonso, Frederico Monteiro. **Rondônia: Ocupação, Crescimento e Organização Agrária** – Realce Editora & Indústria Gráfica LTDA, 2001.

AGRICULTURA ALTERNATIVA -2. Comunidades do Sertão de Pernambuco e Alagoas, CNBB - Nordeste II, São Paulo: Paulinas, 1984.

ARAUJO, José Carlos Sousa. **A Igreja no Brasil. Um estudo de mentalidades e ideologias**. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja e seu papel político no mundo**. Estudos Avançados 18 (52), 2004.

BARBOSA, Luis Marco. **O Assassinato do Padre Ezequiel Ramim “O Mártir da Terra”**. Cacoal, RO: Marco Barbosa Produções Artísticas, 1986.

BECKER, Berta K. **Amazônia** - São Paulo: Ática S.A, 1991.

BETTO, Frei. **Puebla para o Povo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983

\_\_\_\_. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BEOZZO, José Oscar. **A Recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil**. In: Instituto Nacional de Pastoral-INP-CNBB (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BEOZZO, José Oscar (org.) **O Vaticano II e a Igreja Latino- Americana**. São Paulo: Paulinas, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BORZACOV, Yedda Pinheiro. **Porto Velho, Patrimônio Histórico Material-100 anos de História 1907-2007**, Porto Velho, RO: Primmora Editora.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. -2. ed.—São Paulo:T.A Queirós :Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique e Geraldo Muller. **Amazônia: Expansão do Capitalismo** – São Paulo: 2.ed. Brasiliense, 1978.

CARNEIRO, Néri de Paula. **Invenção de Rondônia: Apontamentos para Estudo das Instituições Escolares em Rolim de Moura**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CARTA DO I ENCONTRO DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA LEGAL. Manaus, 31 de Outubro de 2013. CEA-C nº 0696113. E-mail: [amazonas@cnbb.org.br](mailto:amazonas@cnbb.org.br).

CARTILHA DA SAÚDE 2. Comunidades do Sertão de Pernambuco e Alagoas. CNBB-Nordeste II. São Paulo: Paulinas, 1984.

CEHILA, Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina. **História da Igreja na Amazônia**. Eduardo Hoornaert - Coordenador. Petrópolis: Vozes, 1992.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL: COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL. **Pastoral da Terra - 2; Posse e Conflitos**. São Paulo: Paulinas 1976. (Estudos da CNBB, 13).

\_\_\_\_. Documento nº.16 – “5º Plano Bienal dos Organismos Nacionais (1979-1980)”. São Paulo: Paulinas, 1980.

\_\_\_\_. Documento nº.27 – “Pronunciamentos da CNBB”. São Paulo: Paulinas 1983.

\_\_\_\_. Documento nº.28 – “Diretrizes Gerais da Ação Popular da Igreja no Brasil (1983-1986)”. São Paulo: Paulinas, 1983.

\_\_\_\_. Documento nº.38 – “Diretrizes Gerais da Ação Popular da Igreja no Brasil (1987-1990)”. São Paulo: Paulinas, 1987.

\_\_\_\_. Documento da Assembleia das Regionais Norte I e II da CNBB, CENESCH nº1 “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”, Manaus, 1997.

\_\_\_\_. Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1980. “Fraternidade no mundo das migrações e Eucaristia”. Brasília-DF: CNBB, 1980.

\_\_\_\_. Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1981. “Saúde e Fraternidade”. Brasília – DF: CNBB, 1981

\_\_\_\_. Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1983. “Fraternidade sim-Violência não”, Brasília – DF: CNBB, 1983.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. **Evangelização do Presente: Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano** – 8. ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

CUNHA, Eliaquim T. da. **Cotidiano Familiar no Processo de Colonização em Rondônia: PIC Ouro Preto**. Artigo Apresentado ao Programa Institucional de Bolsas da Intuição Científica, 2008/2009-PIBIC / UNIR.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS 207. **Congregação para a Doutrina da Fé. Instruções sobre a Liberdade Cristã e a Libertação**. Carta do Papa à CNBB sobre a missão da igreja e a Teologia da Libertação. Petrópolis: Vozes, 1986.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**-14ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO Janaina (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa** - São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALILEA, Segundo. **A Mensagem de Puebla**. Tradução de Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva** /Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Rio de Janeiro: CIA Brasileira de Artes Gráficas, 1991.

IANNI, Otávio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (org). **A Igreja nas Bases do Tempo (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

LIMA, Teófilo L. de. **Do Monte Nebo a Jarú: Um Passado a Ser Conhecido**-Canoas: Editora ULBRA, 2001.

LANZA, Fabio, GUIMARÃES Luis Ernesto, MORAIS Edson Elias de, SILVA Claudia Neves da. **A Defesa dos Direitos Humanos no Brasil Durante a Ditadura Militar (1964-1985): A Presença da Teologia da Libertação e da Arquidiocese de São Paulo**. Artigo apresentado junto ao Projeto de Pesquisa “Religião e Política”. Londrina, PR: 2001.

LARANJEIRA, Raimundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, JARU-RO (1976-2000).

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto – São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARINS, José. **Comunidades Eclesiais de Base na América Latina: origem, conteúdo, perspectivas** – São Paulo: Paulinas, 1977.

\_\_\_\_. **Puebla e as Comunidades Eclesiais de Base**, 3º ed. São Paulo: Paulinas, 1980.

MARCHI, Euclides. **A Igreja do Brasil e o Plano de Emergência (1952-1962)**. Artigo apresentado pela Revista de Ciências Humanas – Florianópolis: EDUFSC, nº.30. p.81-108, Outubro de 2001.

MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

MORAES, Maria Blassioli. **Igreja Católica e Estado: Leigos e Sacerdotes Diante do Golpe de 1964.** Texto Integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História –O Lugar da História . ANPUH / SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de Setembro de 2004.

MORISSAWA, Mitsui. **A História da Luta pela Terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Raul Motta. **Manual das Comunidades Eclesiais de Base.** Caratinga, MG: Dom Carlota LTDA, 1978.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Fé e Libertação**-Diocese de Ji-Paraná, RO, 1990.

PERDIGÃO, Francinete & BASSÉGIO, Luis. **Migrantes Amazônicos / Rondônia: A Trajetória da Ilusão.** São Paulo: Loyola, 1992.

PEREIRA, Elias Gonçalves. **Vivendo Nossa História** - Jarú, RO: Gráfica Ave, 2013.

POLLAK, Michael. **Memórias e Identidade Social.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.5. n° 10, 1992. p.1-14.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n.14, fev.1997, p. 31-32.

POSSAMAI, Dom Antônio. **Carta Pastoral: Os Católicos e os Novos Movimentos Religiosos.** Outubro de 1988.

\_\_\_\_. III Plano de Pastoral da Diocese de Ji-Paraná (1984-1987).

\_\_\_\_. IV Plano de Pastoral da Diocese de Ji-Paraná (1987-1990).

\_\_\_\_. REVISTA SEM FRONTEIRA. A Igreja do Brasil Aberta para o Mundo. N° 153, Outubro de 1987.

\_\_\_\_. ROTEIRO DE REFLEXÃO. **A Força do Povo** - Diocese de São Mateus, ES. 1982.

SANTOS, Anamélia Medeiros. **Análise do Potencial do Biodiesel de Dendê para a Geração de Energia em Sistemas Isolados.** Dissertação Apresentada no Programa de Pós Graduação de Engenharia da UFRJ. Rio de Janeiro, Março de 2008.

SECRETO, Maria Verônica. A Ocupação dos “Espaços Vazios” no Governo Vargas: do Discurso do Rio Amazonas à Saga dos Soldados da Borracha. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº. 40, jul. –dez. 2007.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SOUZA, Luis Alberto Gomes. **A JUC: Os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SUBSÍDIOS PARA CURSINHOS BÍBLICOS. **A Maldição e a Benção: A caminhada de Abraão**. Diocese de São Mateus, ES, 1984.

TEIXEIRA, Marco Antonio. **História Regional**. Porto Velho; Rondoniana, 1992.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral** /Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

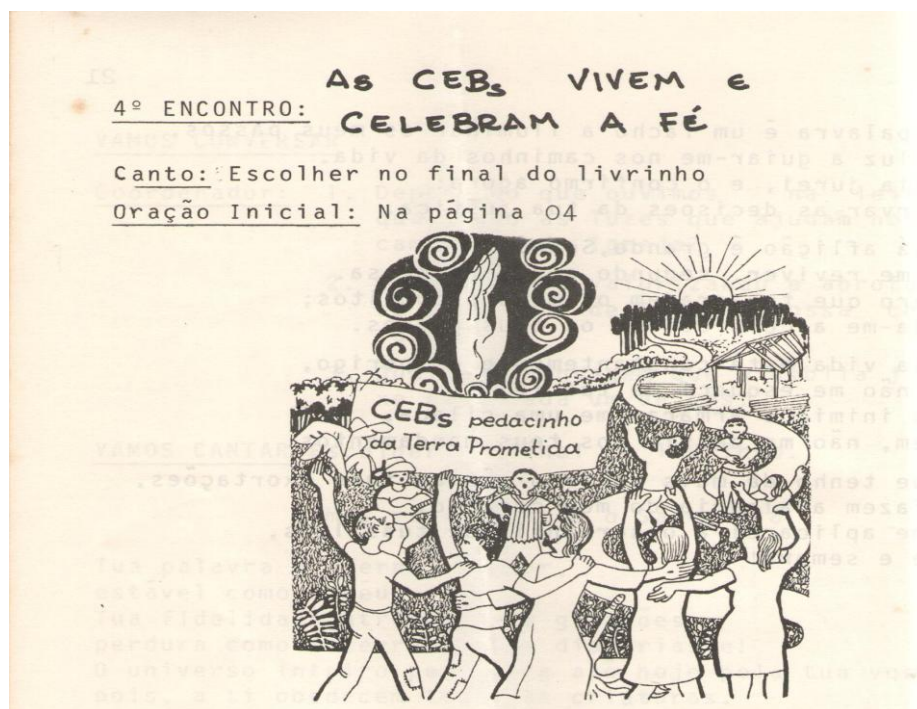
TONUCCI, Paulo Maria. **Teologia da Libertação**, Petrópolis: Vozes, 1984.

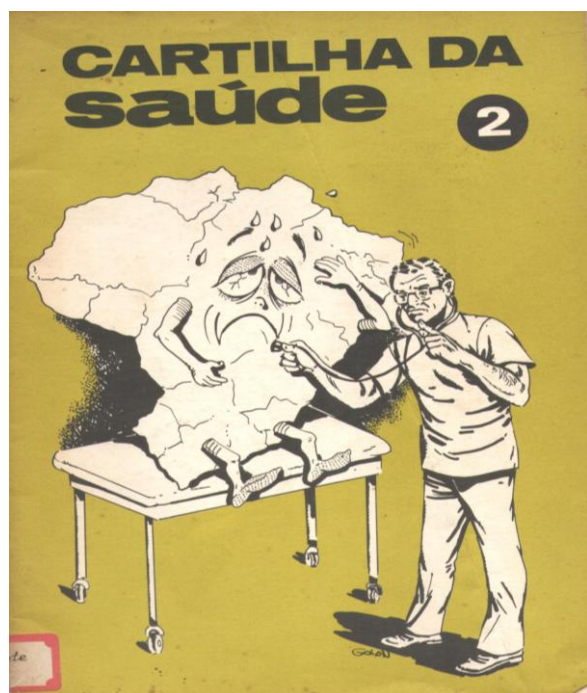
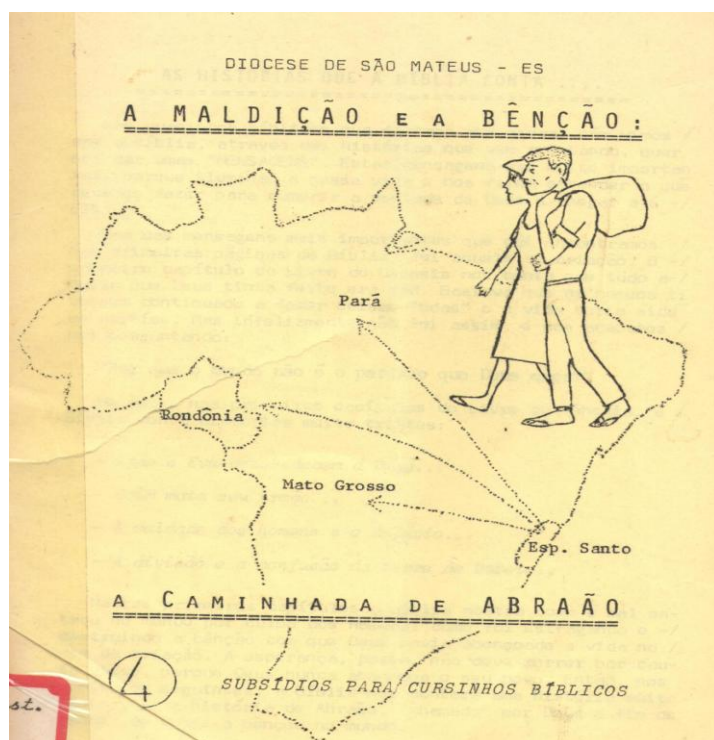
VIERA Frei Frederico O.F. M (Coordenador Geral). **Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos e Declarações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.



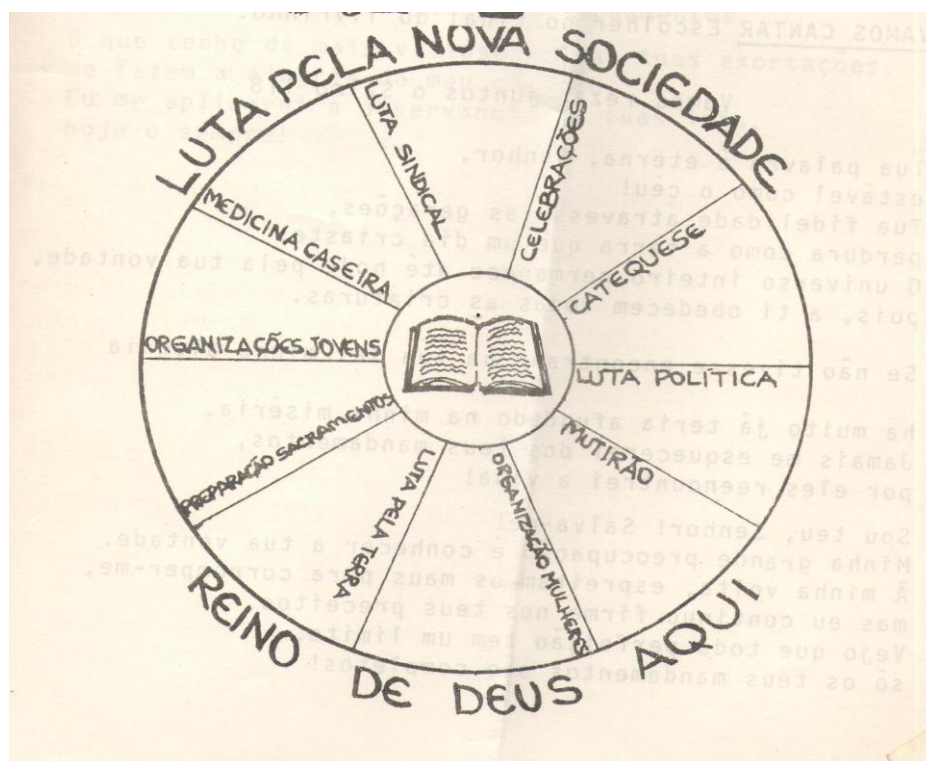
## ANEXOS

Charges dos livros de reflexão.

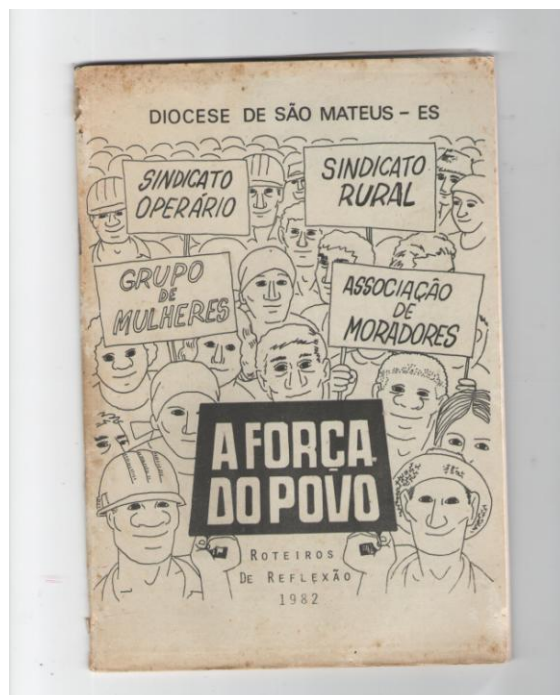
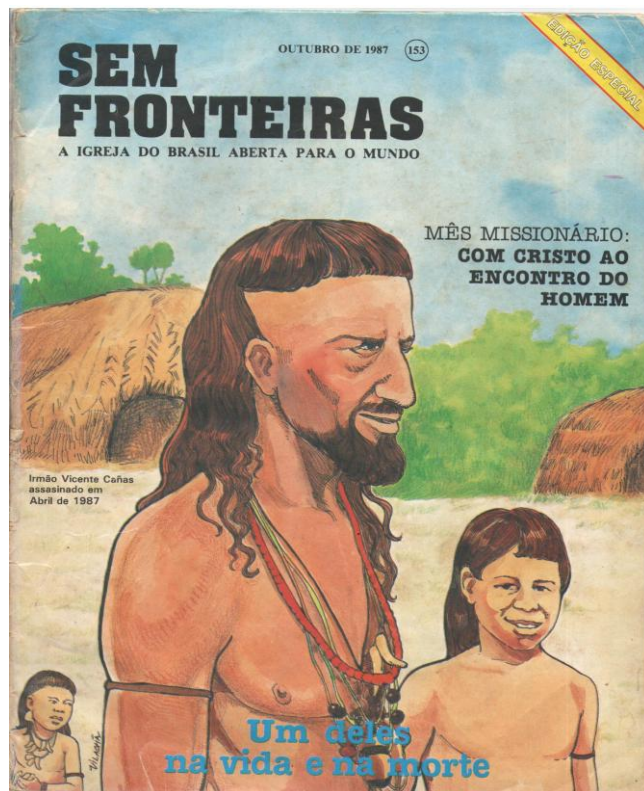








Revista Sem Fronteiras.





## Diário de Raimunda da Silva Ferreira

Um pouco da História de h. Cmo. h. S<sup>ma</sup> Ciparucida  
 De Lachacirinha, 16 de Abril de 1982.  
 Tudo começou em uma quinta-feira Santa. No dia 13 de Abril de 1982, reunimos com as poucas famílias, que aqui moravam, e fizemos uma pequena celebração, não foi uma missa, nem um culto, rezamos um terço, na pequena escadinha que a pouca estava funcionando. A Escala era um pequeno barraco coberto com folhas de coqueiro, mais foi o local escolhido, para repararmos, pois com a autorização das professoras, Leide e Ivani, que atuaram na época. Este foi nosso primeiro passo. Terminamos de rezar o terço que iniciado por dona Raimunda, que ao terminar convidou a todos para continuarmos a rezar, na sexta-feira uma parte da Via Sacra, e no sábado fazer-mos o Virgílio, visto que estávamos na Semana Santa. E tudo aconteceu, no final da celebração do Sábado convidamos a todos para a celebração no domingo de Páscoa. Dia 19 de Abril de 1982, em 12 horas, foi com esta celebração de Páscoa que fizemos aqui a abertura de nossa caminhada Igreja, mais nem se quer tínhamos folhetos apropriados para o dia. Celebramos com a fé, e uns folhetos já bem atrapados do ano de 1980, de um camunido de de dura Preto onde. Dona Raimunda e sua família participaram antes, não foi fácil preparar a primeira liturgia, pois agente não tinha prática, e nem material. Dona Raimunda e seu filho João Marques Ferreira, que foram os primeiros dirigentes de nossa Cmo. com pouca experiência, mais com muita esforço, e com a ajuda do E. S<sup>to</sup> conseguiram preparar, as cantas, as leituras, Homilia, comentário, etc. A celebração aconteceu, foi momento de muita alegria, e emoção, todos se sentiam tomados. Para o grupo da liturgia, nem se fala! surgiu grande vexame, medo de errar, a vergonha de ler, de cantar, de fazer orações, dava para perceber, a sensação de todo um morador pelo E. S<sup>to</sup>. Tudo aconteceu muito insueto.

a força de vontade de cada um, fazia agente buscar, vagar para cantar, para ler, para falar, mesmo um pouco tremulando, dava para perceber, tudo isto era uma mistura, de vergonha e emoção, mais foi tudo feito com muito amor e fé. Este dia para todas nós foi muito especial, um dia de muita alegria e de esperança. Depois da celebração nos reunimos para a escolha da diretoria, as pessoas se dedicaram, com muita boa vontade para os cargos em nossa comunidade. O Sr. Leandro Leite Almeida, que doou o terreno para construir-mos a Igreja, ele mesmo escolheu o nome da padroeira, h. S. Cyrozeida, de Lachoeirinha, Lachoeirinha era o nome dada a este lugar. O Sr. Leandro foi escolhido para ser o ~~Presidente~~ Presidente de nossa comunidade assim se falava na época. Os dois dirigentes foram João Marques Ferreira e sua mãe Raimunda da Silva Ferreira, Joventino Alves de Amarim, foi o vice-presidente. O mesmo ~~João Marques~~ foi Tesoureiro, <sup>Autônio</sup> Eduardo ~~Ribeiro~~ o vice-secretário foi Maria Cleide Ferreira a vice foi a Elena. Catequistas foram, Wanda e Maria. O líder do Grupo de Jovens, foi Manoel Alves de Amarim, foram estes que assumiram a primeira diretoria nesta comunidade por 2 anos. Ao terminar-mos ~~a reunião~~ a reunião já com a lista da diretoria formada veltimos por casa muito felizes, pois plantamos aqui uma pequena semente de fé, com a viva esperança que ela cresce e produz bons frutos. No domingo seguinte continuemos com as celebrações, com a ajuda da Com. h. S. da Conceição que nos mandava alguns folhetos, até que que o Sr. Leandro foi a Paróquia com a lista da diretoria para termos o apoio do Padre, que já nos mandou todo material ~~para~~ celebrações e o aringo da ~~7~~ <sup>7</sup> vizita. No dia 23 de Abril combinamos para iniciar o grupo de jovens, que no domingo seguinte fizemos a abertura, com a ajuda do jovem Odão da Com. h. S. da Conceição, no qual o grupo recebeu o nome de Júpiter, que quer diz Juventude.



aceitaram. heste mesmo ano de 1982, nessa Como: colher  
muitas frutas, que foram batizadas, Casamentos, Eucaristia etc  
O gente percebia a ação, e a presença de Deus e de Maria em  
nessa caminhada. Esta história continua, hoje já se completa -  
~~20~~ anos de caminhada. Caminhada esta que não para.  
Sentimos a falta de muitos companheiros, que também  
caminharam es caminhada, que já não estão mais aqui, por  
varias motivos, mais isto faz parte do nosso dia-dia, nos  
alegra muito com as famílias que foram chegando para nos ajudar.  
nessa caminhada, a cada membro que chega, é uma nova esperança  
de caminhar-mos juntos. Nessa Como: que também é mãe tem  
duas filhas Igrejas que também continua dando bons frutos Como:  
Divina Luz, e Pôr Ezequiel. Como: Lachacirinha se sente  
muito feliz como uma árvore frutífera que espalha seus  
frutos, que já se foi bicaragua. F. Maria da Glória, que por  
um bom tempo colocou-se a serviço de um povo bem diferente  
de nós: E mais frutos que se prepararam para se partirem  
dando seu sim a Deus para uma longa missão: Ismael e  
Manoel e Claudinei. Parabéns Lachacirinha Você é uma  
mãe Sozinha!

Em 1984 a antiga diretoria entregam seus cargos para  
uma nova equipe, a continuaram esta caminhada ao  
entregar-mos nossos cargos no dia 4 de janeiro de 1984.  
os dirigentes João e Raimunda fizeram uma homenagem  
aos fundadores de nossa Como: com um canto, feito por  
eles mesmos: Alegre Despedida. Agora com a equipe se  
completa queremos recordar cantando o canto Alegre Despedida.

lita de Raimunda da Silva Ferreira e João Marques Ferreira,  
musica de João de Barros.

História feita na realidade de nossa Como: Lachacirinha  
por Raimunda da Silva Ferreira fundadora desta Como:  
em 7.5 de 1982.

Documento de Doação de terreno para a construção da CEB Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha.

### Declaração de Doação e Cessão de Direitos

Nós **LEANDRO LEITE VIERIRA e LEONORA GONÇALVES LEITE, brasileiros, casados, agricultores residentes e domiciliados neste município de Jaru, RO. Ele portador da RG de nº 151369**, declaramos para o bem da verdade e garantias legais, que doamos à **Diocese de Ji-Paraná, CGC nº 04.128.765/0001-62, Paróquia São João Batista - Jaru, RO**, uma área de terra, medindo **30X50 = 1.500m (hum mil e quinhentos metros quadrados)** no lote nº **01**, linha **605**, gleba **29**, conforme localizado no Município de Jaru, Estado de Rondônia, para a construção da Igreja da **comunidade Nossa Senhora Aparecida -da Cachoeirinha**

Declaramos ainda que o terreno ora cedido à título de doação que fazemos de nossa livre e espontânea vontade, sem coação e nem influência de quem quer que seja, desembaraçada de qual-quer ônus de dívida e dúvida.

Cedemos e transmitimos todo domínio, jus ação e posse que temos sobre o referido terreno.

Concedemos e ortogamos poderes plenos e ilimitados à Paróquia São João Batista para que possa requerer, em seu próprio nome, a documentação legal da referida área, perante o INCRA ou a quem de direito, de acordo com o decreto Nº 62.504 de 08/03/1968, artigo 2º inciso II, letra C, Nº 5.

E para que a presente declaração produza os feitos legais, vai assinada por nós e por duas testemunhas idôneas e cientes do fato.

Jaru, 06 de junho de 1989

*Leandro Leite Vieira*  
DOADOR

*Leonora Gonçalves Leite*  
DOADORA

Testemunhas: *Antonio Pereira de Sousa*

*Raimunda da Silva Ferreira*

RECEITA TABELIONATO DE NOTAS

Recebi de *Leandro Leite Vieira*  
e *Leonora Gonçalves Leite*  
a quantia de *dois mil e quinhentos* reais.

Valor em letras: *dois mil e quinhentos* reais.

Valor em algarismos: *2.500,00*

Jaru / RO, *16* de *06* de *1989*

*Frederico*  
Tabelião de Notas



Fotos da primeira Missa realizada no ano de 1982 e do grupo de jovens.



Almoço comunitário em dia de visita pastoral e uma das primeiras famílias que formaram a Comunidade Cachoeirinha.



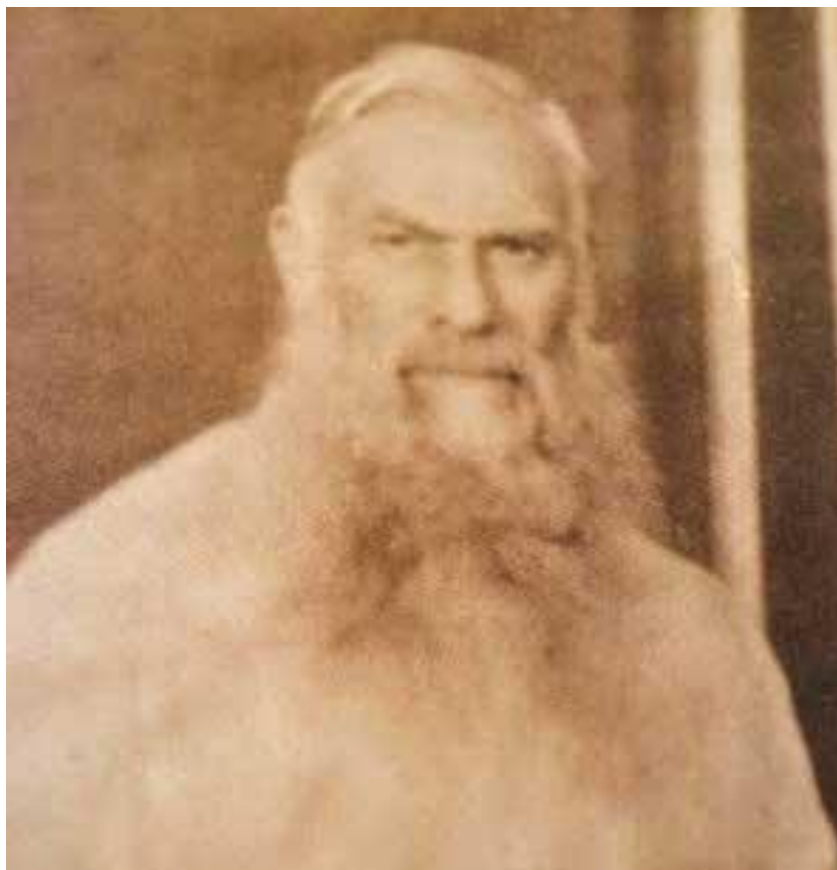


Foto do Padre Adolpho Rohol

Regional Noroeste: Acre, Sul do Amazonas e Rôndônia.



Fonte: [pastoralfamiliarnoroeste.blogspot.com](http://pastoralfamiliarnoroeste.blogspot.com)

**Questionário para as famílias.**

Como foi sua chegada a esse lugar que viria a ser a Comunidade Cachoeirinha?  
De onde sua família veio?

Como vocês viviam lá?

Como foi a viagem para Rondônia?

Como foi o processo para adquirir o lote pelo INCRA?

Quais as dificuldades nos primeiros anos de ocupação?

Quais os primeiros produtos plantados?

Como eram as moradias?

Havia ajuda do governo?

Houve alguma propaganda do governo federal que incentivou a vinda da sua família para Rondônia?

Como vocês tratavam a malária?

Qual foi a primeira forma de organização social nos primeiros anos de ocupação?

Por que a Igreja Católica?

Como vocês formaram a comunidade Cachoeirinha?

Qual seu envolvimento na comunidade?

Qual o envolvimento dos padres e freiras com a comunidade?

Onde buscavam informações?

Qual o incentivo da Igreja para que as lideranças participassem da política?

A comunidade deu apoio para as lideranças que se candidatavam?

Quais as dificuldades que as lideranças passavam nas campanhas políticas na década de 80?

Diante do pedido do papa de que os agentes de pastoral tivessem cautela diante da Teologia da Libertação, como a Paróquia de Jarú e a Diocese de Ji-Paraná atuaram nas CEBs da região?

Houve um poder camuflado da Igreja Católica na região ao repassar as normas e diretrizes para as lideranças e a formação bíblica?

Por que muitas lideranças não deram continuidade aos projetos da Diocese?

Qual sua opinião sobre essa entrevista em deixar registrado suas memórias desse período?